

MEMÓRIAS DA REPRESSÃO MILITAR E DA RESISTÊNCIA POLÍTICA

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES
(ORG.)

Coleção Idéias 7



Maria Lygia Quartim de Moraes (org.)

**MEMÓRIAS DA REPRESSÃO
MILITAR E DA
RESISTÊNCIA POLÍTICA**



UNICAMP

Série IDÉIAS 7

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

Coleção IDÉIAS 7

Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política

Maria Lygia Quartim de Moraes (org.)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas

Diretor: Arley Ramos Moreno

Diretor Associado: Nádia Farage

ISBN 97885865722926

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral: Prof^a Dr^a Nádia Farage;

Coordenação da Revista Idéias:

Prof^a. Dr^a. Maria Lygia Q. de Moraes;

Coordenação da Coleção Idéias:

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva;

Coordenação das Coleções Seriadadas:

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira;

Coordenação da Coleção Trajetória:

Prof. Dr. Álvaro Bianchi;

Coordenação das Coleções Avulsas:

Prof^a. Dr^a. Guita Grin Debert.

Representantes dos Departamentos:

Prof^a. Dr^a. Maria Lygia Q. de Moraes – DS,

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva – DH,

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF,

Prof. Dr. Álvaro Bianchi – DCP, Prof^a. Dr^a.

Guita Grin Debert – DA.

Representantes dos funcionários do

Setor de Publicações e Gráfica:

Maria Cimélia Garcia e Sebastião Rovaris.

Representantes discentes:

Fábio Scherer (pós-graduação)

Eugenio Braga (pós-graduação)

Renato César Ferreira Fernandes (graduação)

Ediforação: Maria Cimélia Garcia

Projeto da capa: Vladimir José de Camargo

Capa: KIEFER, Anselm. Sternenfall

(Chute d'étoiles). apa: DAGEN,

Philippe. Monumenta 2007. Regard

Éditeur, 2007, p. 29.

Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp

Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política /

organizadora: Maria Lygia Quartim de Moraes – Campinas,

SP : UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

2009. 145 p. (Série Idéias ; 7)

1. Memórias. 2. Repressão Militar. 3. Resistência Política. I. Moraes, Maria Lygia Quartim. II. Título. III. Série.

CDD

Catálogo na Ponte – Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP CRB nº 6162 / Maria Fabiana Bezerra Müller

SUMÁRIO

- 05 Apresentação
Maria Lygia Quartim de Moraes
- 09 Biografia e Objeto de Pesquisa
Maria Lygia Quartim de Moraes
- 21 A Participação dos Trabalhadores Rurais nos Grupos de
Esquerda dos Anos 60. O Caso das Forças Armadas de
Libertação Nacional
Alessandra Bagatim
- 47 O Feminismo do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris
Maira Luisa Gonçalves Abreu
- 91 A Contribuição da Narrativa de Carlos Eugênio Paz
Maria Cláudia Badan Ribeiro
- 117 Sobre Quatro Sujeitos Históricos nas Memórias da
Guerrilha Urbana e a Construção de uma Lembrança Afetiva
Mário Augusto Medeiros da Silva

APRESENTAÇÃO

Por isso, a verdadeira escolha com relação ao trauma histórico não está entre lembrar-se ou esquecer-se dele: os traumas que não estamos dispostos ou não somos capazes de relembrar assombram-nos com mais força. É necessário então aceitar o paradoxo de que, para realmente esquecer um acontecimento, precisamos primeiramente criar a força para lembrá-lo.¹

Muitos dos relatos sobre a geração 68 repisam os mesmos lugares-comuns acerca do “sentido” de 68, sem levar em conta as enormes diferenças existentes em países em que o 68 aconteceu. As barricadas de Paris, o massacre dos estudantes no México, os levantes de Praga, o primeiro maio de protestos violentos e o início da guerrilha urbana em S. Paulo ocorrem em contextos muito diferentes, em países diferentes. É inegável, por outro lado, que a novidade da “revolução de 68” foi a juventude dos protagonistas, a grande emergência dos jovens entre 18 e 25 anos nascidos no pós-guerra e no período da prosperidade capitalista dos anos 50. Este é, de fato, o eixo comum na saída às ruas, na forma de manifestações e panfletagens dos jovens. No imaginário social, reativado com as comemorações dos 40 anos, temos as barricadas de Paris, a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro e as manifestações contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos. Digamos que esses foram os momentos gloriosos, consagrados pela imprensa. Mas os momentos de violência, tortura e morte, que parcela da geração 68 enfrentou, são menos conhecidos.

¹ ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 37.

Os trabalhos que compõem este livro partem de pesquisas realizadas sobre o tema dos “documentos e memórias”² e resultam das discussões em grupo, relatórios e teses produzidas³. Nesse sentido, têm em comum o contexto histórico e a perspectiva de análise. Nosso ponto de vista focaliza os “vencidos”, que perderam a guerra e foram desqualificados pelos “vencedores”. No Brasil, esses eram os proprietários de terra, os banqueiros, os industriais, a igreja católica, a classe média assustada, agrupados no projeto da modernização conservadora, num momento em que o poder assumia principalmente a forma

² O projeto iniciou-se com a tentativa de organizarmos um banco de dados relacionados aos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais-BNM, depositado no Arquivo Edgar Leueronh da Unicamp. Trata-se de fotocópias de mais de 5 mil processos contra oponentes ao regime militar, registro inquestionável das circunstâncias em que milhares de brasileiros sofreram violências, torturas e até o aniquilamento físico nas dependências regulares ou clandestinas do aparato policial-militar nos anos da ditadura militar. (Essa fase foi apoiada pelo CNPq na modalidade Projeto Integrado de Pesquisa 2001/04). Na segunda fase do projeto (Bolsa de Produtividade 2004/07) passamos à coleta de dados sobre as atividades dos médicos legistas e outros membros auxiliares do aparato jurídico-repressivo. Foi então que introduzimos o tema das biografias e relatos dos principais envolvidos, os jovens da geração dos anos 68, realizando uma série de entrevistas para aprofundar o tema da violência e seus impactos subjetivos. A experiência do sobreviver a uma situação limite, “traumática” constitui o tema dos testemunhos e da literatura sobre os campos de concentração (basta lembrar Primo Levi, Jorge Semprun, Germaine Tillon, etc.) com profundas relações com as experiências mais contemporâneas do terror e do aniquilamento de oponentes políticos.

³ A monografia “Forças Armadas de Libertação Nacional: o grupo de esquerda armada ribeirão-pretano (1967-1969)”, da aluna *Alessandra Bagatim*, foi premiada no XI Concurso de Monografias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) em 2004. A monografia do aluno *Mário Augusto Medeiros da Silva*, “Representações da Realidade (1966-1970)”, foi premiada no XII Concurso de Monografias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) em 2005. *Andréa da Conceição Pires França* recebeu Menção Honrosa no 3º Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica, concedida pelo CNPq em 2005, pelo trabalho “Um crime: reflexo da repressão de um período – Angueretá/MG (1968-1974)”. E *Maira Luisa Gonçalves de Abreu* recebeu Menção Honrosa do I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concedida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em março de 2006, pelo trabalho “Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”.

de uma ditadura militar cujos métodos descambaram no terrorismo de Estado. Hoje, quando vários dos “vencidos” são membros importantes do governo Lula – o atual porta-voz da presidência da república foi um dos “terroristas que seqüestrou o embaixador americano em 1969” – fica a questão do quê e de quem terão vencido.

Em termos da economia do país, venceu uma concepção de capitalismo baseado no financiamento público da produção, no estímulo à concentração de capitais e à submissão à esfera financeira. O capitalismo deixou de ser o inimigo principal ou, mais prosaicamente, a luta anticapitalista ficou relegada às calendas e a política restringiu-se ao dia-a-dia. A luta de classes passou a ser, na arguta observação de Francisco de Oliveira, a luta pela apropriação do orçamento público. Em termos de ideário político, a democracia, apesar de suas debilidades e imperfeições, tem sido entendida como o sistema que permite a expressão da revolta e do mal estar dos mais atingidos pela desigualdade social. E a radicalização da democracia, quer seja pela inclusão de novos sujeitos de direito ou pela ampliação dos direitos sociais, foi muito impulsionada pela geração 68.

Os artigos selecionados correspondem às questões que mais interessaram cada um dos participantes de nosso grupo de pesquisa. O primeiro deles, de minha autoria, foi motivado pela corajosa iniciativa de uma pesquisadora canadense em organizar um seminário de discussões sobre as relações entre biografia e escolha de objeto de pesquisa. Tento mostrar que nem sempre escolhemos, algumas vezes são os temas que nos escolhem. Analisar os arquivos, reconstruir as histórias dos mortos, desaparecidos, torturados e seus torturadores é sempre doloroso. Por outro lado, no meu caso em particular, permitiu elaborar e relativizar minha própria experiência, entendendo-a à luz dos projetos de uma geração política, marcada pelo ideal da transformação revolucionária.

Alessandra Bagatim analisa a presença camponesa numa organização revolucionária do interior paulista, a Frente Armada de Libertação Nacional. Essa organização, pouco conhecida, foi objeto da imprensa internacional com a prisão e tortura da Madre Maurina, acusada pela polícia de cumplicidade, que ocasionou a primeira excomunhão pública de um agente policial. Maira Luisa G. de Abreu pesquisou em profundidade a trajetória política do “Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”, espaço de organização feminista criado pelas militantes no exílio, cuja influência extrapolou os

limites parisienses transformando-a na matriz hegemônica do feminismo brasileiro dos anos 70/80. Maria Cláudia Badan faz do lendário guerrilheiro Carlos Eugênio Paz, comandante de um grupo armado da Ação Libertadora Nacional – ALN, seu objeto de pesquisa. A partir dos relatos biográficos de Carlos Eugênio, conhecemos as dramáticas circunstâncias de militância, o risco permanente de morte em combate ou na tortura, as quedas sucessivas e a falta de perspectiva da militância armada na primeira metade dos anos 70. Este mesmo interesse biográfico aparece no texto de Mário Medeiros, centrado na experiência biográfica de ex-guerrilheiros e prisioneiros políticos, a partir de entrevistas e da cuidadosa análise dos livros publicados por ex-guerrilheiros.

O conjunto de textos permite avaliar como a ditadura militar brasileira limitou, pela repressão e violência, os horizontes dos jovens brasileiros, a partir do golpe de 1964. Mas, também possibilita entender como a resistência política – nas suas diferentes formas de greves, manifestações, militância clandestina e confronto armado – foi uma experiência que instituiu uma nova radicalidade do agir, de um compromisso integral com a revolução, não importando o preço a ser pago. Nesta medida, como observa o escritor mexicano Carlos Fuentes no livro, *Em 68 – Paris, Praga e México*, talvez a derrota destes movimentos não tenha sido definitiva. Assim como a vitória do rei Pirro, que derrotou os romanos no ano 280, com tantas perdas, levando-o a concluir que “com mais uma vitória dessas estou perdido”, talvez a vitória do conservadorismo e das ditaduras também não tenha sido definitiva e que possamos concordar com Fuentes quando diz:

Tenho pensado no antigo rei Pirro nos últimos tempos para perguntar-me se as derrotas aparentes dos movimentos estudantis em 1968 e, nesse mesmo ano do “socialismo com o rosto humano” na Tchecoslováquia não foram, na realidade, fracassos pírricos, isto é, derrotas aparentes cujos frutos só puderam ser avaliados a longo prazo: derrotas pírricas, vitórias adiadas.⁴

Maria Lygia Quartim de Moraes
Setembro de 2008

⁴ FUENTES, Carlos. *Em 68 – Paris, Praga e México*, São Paulo: Rocco, 2008, p. 9.

BIOGRAFIA E OBJETO DE PESQUISA¹

*Maria Lygia Quartim de Moraes**

1. A conexão entre biografia e pesquisas sobre temas de extrema violência e morte

Pensar as implicações mais profundas de algumas escolhas acadêmicas ou temas de pesquisa faz parte da própria tradição de auto-reflexividade do pensamento sociológico. Uma das importantes contribuições da psicanálise para as ciências humanas reside justamente na compreensão das dimensões subjetivas de nossas atividades intelectuais e das dimensões inconscientes da atividade humana. O próprio impulso de pesquisar constitui um dos mecanismos da sublimação² apontados por Freud. Logo, a conexão entre biografia e pesquisa adquire um caráter mais geral, aplicável em maior ou menor escala às pesquisas no campo das ciências humanas.

Por que algumas pessoas pesquisam temas e situações envolvendo crueldade, violência, morte e dor? Existem aqueles que falam a partir da tortura física e psicológica a que foram submetidos. Outros relatos concernem às pessoas ligadas afetivamente ou por laços de sangue às vítimas da

* Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹ Artigo apresentando no Congresso de Sociologia do Canadá em 2001.

² Sigmund Freud conceituou o termo em 1905 para dar conta de um tipo particular de atividade humana (como a criação artística, literária e intelectual) sem relação aparente com a sexualidade, mas que extrai sua força de um deslocamento da pulsão libidinal para um alvo não sexual que, no entanto corresponde a uma atividade socialmente valorizada (LAPLANCHE, p. 638).

violência. A importância da preservação memória de massacres étnicos é também o ponto de partida de muitas pesquisas. Os relatos podem variar, mas existe a concepção comum de que é preciso superar uma determinada experiência traumática e que a melhor maneira de se livrar da premência da dor é transformá-la em ação contra as causas da violência.

Assim, seja para transcender uma experiência pessoal muito dolorosa, para expiar culpas ou, ainda, para registrar a versão dos vencidos na história, dedicar-se a um objeto que trata da violência e/ou de suas consequências implica um ato de reparação. É uma maneira de fazer justiça, mesmo que *a posteriori*.

Pertencço à geração de mulheres para as quais os livros de Simone de Beauvoir, especialmente o *Segundo Sexo* e *Memórias de uma moça bem comportada*, tiveram importância decisiva: ajudaram a nomear um mal estar difuso e a entender a situação da mulher como produto da história e da sociedade.³ Nesse sentido, minha experiência pessoal constitui um caso similar ao de outras mulheres que descobriram o feminismo em meados dos anos sessenta.

Por outro lado, também faço parte da geração de intelectuais latino-americanos cuja vida foi afetada pela violência das ditaduras militares que oprimiram nossos países nas décadas de 1960, 1970 até meados de 1980. Hoje, uma das grandes questões que unificam a América Latina reside no enfrentamento da grande questão das terríveis violações aos direitos humanos, brutal em todos os países, mas especialmente tenebroso no caso da Argentina. As “locas” eram as mães, hoje, são avós da juventude argentina dizimada nos anos setenta e oitenta. No Chile e no Uruguai as perdas ainda estão sendo contabilizadas. No Brasil, as proporções foram menores, mas também

³ No Brasil, integro a geração de cientistas sociais que realizou a transição entre temas e questões dos movimentos sociais e a institucionalização da “questão da mulher” que se transformou aos poucos em “estudos de gênero”. Nesse sentido, a conexão entre biografia e objeto de pesquisa é uma constante em minha vida profissional (a tese de doutoramento em ciência política, defendida na USP em 1982 e tem o sugestivo nome de “Família e Feminismo” e a tese de livre-docência (defendida na UNICAMP em 1997) “Vinte Anos de Feminismo”).

muito cruéis: mais de 10 mil pessoas presas arbitrariamente e torturadas e mais de 300 mortos e/ou desaparecidos políticos.

Como outros jovens de minha geração participei do movimento estudantil e militei na esquerda tornada clandestina pelo golpe militar de 1964. Quando a repressão político-militar nos atingiu diretamente, com o assassinato de meu marido, em 1970, fiz a rota do exílio semelhante a outros latino-americanos, vivendo em Cuba, no Chile e na França. Retornando ao Brasil, em 1974, militei como feminista e socialista, posteriormente, transformei minha militância em objeto de pesquisa.

A partir de 1969, as denúncias sobre as violações dos direitos humanos mais elementares tornou o Brasil internacionalmente conhecido como o campeão das torturas a presos políticos. O tratamento perverso infringido aos oponentes políticos já tinha uma longa tradição na história do Brasil, especialmente no período da ditadura Vargas (1930/45).

A morte sob tortura de meu marido e pai de minha filha, em 1970, transformou a questão do esclarecimento das circunstâncias de sua morte e da responsabilidade do Estado numa tarefa que levou cerca de 30 anos e que ainda não terminou. Em 1995, o governo federal aceitou formar uma comissão para examinar as denúncias e reconhecer a responsabilidade do Estado Brasileiro para com os mortos e desaparecidos políticos (Lei 9.140 de 1995). No entanto, todo o ônus das provas ficou a cargo dos familiares, pois o Estado não se empenhou em abrir os arquivos dos órgãos repressivos.

A preparação dos dossiês obrigou aos envolvidos a constituir provas, o que requeria a consulta aos arquivos do Instituto Médico Legal, às referências contidas nos processos julgados pela Justiça Militar e a busca de testemunhas de fatos ocorridos há cerca de trinta anos. À Comissão cabia a análise dos dossiês em que se apresentava o caso e as comprovações. Pode-se bem imaginar as dificuldades da apresentação de provas de atos que foram cometidos na clandestinidade pelos órgãos repressivos, especialmente no caso das famílias de mais baixa renda e de menores recursos. Apesar das dificuldades, pouco a pouco, estamos refazendo histórias que se passaram há cerca de trinta anos, não somente para fazer justiça à memória das vítimas da repressão política, mas para evidenciar a atualidade e urgência da questão dos direitos humanos no Brasil.

A dimensão mais positiva dos meus sofrimentos pessoais foi ter conseguido superar o ódio e o desejo pessoal de vingança, transformando-os em um sentimento de solidariedade com as vítimas da violência. Meu objeto de pesquisa acadêmica constitui uma das dimensões de minha atuação no vasto campo dos “direitos humanos”. Porque a questão formulada como “direitos humanos” diz respeito ao reconhecimento dos direitos do Outro. Os direitos humanos são uma conquista histórica e um projeto de um grande pacto moral entre as diversas comunidades humanas.

Nós, descendentes de europeus que colonizaram as Américas, somos herdeiros de uma história de violências cometidas contra os mais fracos e desprotegidos. Os colonizadores europeus – que, em 1500, aportaram no território que hoje é o Brasil – encontraram povos indígenas que foram dizimados no decorrer dos séculos. Outros povos e culturas das Américas sofreram a violência dos brancos colonizadores e desbravadores. Pode-se dizer que a América começa com uma sucessão de genocídios e holocaustos: milhões de africanos são reduzidos à condição de escravidão e vendidos como a força-de-trabalho que alimentará a riqueza dos grandes comerciantes da época. Com a proibição da exportação de escravos africanos por parte da Inglaterra o tráfico negreiro criou grandes fortunas.⁴ Esse foi outro genocídio comum à parte da América do Sul, Central e do Norte e faz parte dos fatos constitutivos da identidade nacional das Américas. Reconhecer as atrocidades cometidas é uma das formas de reparar um passado do qual nem sempre podemos nos orgulhar.

Em torno do objeto de pesquisa: Preservar a memória, atualizar os projetos

“Nada do que aconteceu pode ser considerado perdido para a história”, afirma Walter Benjamin. Cumpre recuperar os fatos e feitos daqueles que

⁴ Como acontece, hoje, com o chamado tráfico de drogas, sempre que encontravam uma patrulha inglesa os navios negreiros jogavam sua carga ao mar, para se livrar das provas do delito.

são os vencidos da história não somente para impedir que sejam silenciados para sempre, mas, principalmente, porque é necessário atender a suas reivindicações e preencher uma esperança que não foi cumprida.

A pesquisa “Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política: Brasil–1964/1985” centrada no resgate da memória de mulheres e homens assassinados pela ditadura militar brasileira, como forma de manter vivas as esperanças pelas quais muitos de minha geração foram mortos. O projeto visava sistematizar, recuperar e preservar dados da memória histórica concernentes às violências cometidas pelo regime militar brasileiro contra oponentes políticos.⁵ Essa documentação encontra-se depositada no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP e tem sido fundamental para a constituição dos dossiês relativos aos mortos e desaparecidos políticos.

A importância da reconstituição dos fatos – decisiva no caso dos mortos e desaparecidos políticos – não diz respeito apenas à recuperação da memória. Na verdade, o reconhecimento das atrocidades do passado comprova a continuidade de uma situação de violência e arbítrio por parte dos detentores do poder e a truculência das polícias militares, como tem sido largamente denunciado pelos instituições de defesa dos direitos humanos⁶. As repetidas matanças de indígenas, os maus tratos aos presos comuns e o massacre do Carandiru, a violência contra os trabalhadores rurais e os “sem-

⁵ Apesar dos muitos trabalhos recém publicados sobre o tema e dos resultados da própria Comissão Especial (Lei 9.140 de 1995), designada pela Presidência da República, as informações estão dispersas e precisam ser unificadas. A principal fonte de informações é o Projeto “Brasil: Nunca Mais” (6 tomos e 12 volumes, Arquidiocese de São Paulo, 1985), com cópia dos inúmeros processos que correram na Justiça e onde a denúncia de tortura e maus tratos foi oficialmente feita, com nomes e circunstâncias. Outra fonte importante são os dados do Comitê Anistia Internacional e Comitê Brasileiro pela Anistia.

⁶ O mais contundente documento a respeito dos direitos humanos no Brasil no ano 2000 encontra-se no relatório do Centro de Justiça Global em parceria com Global Exchange.

terra”, a brutalidade com que crianças e adolescentes são tratados pela FEBEM são alguns dos exemplos mais citados pela mídia.

Last but not least uma dimensão pouco comentada – a mais sigilosa e escondida – está nas relações entre grupos empresariais e a repressão para-militar. Muitos empresários participaram da mobilização política que antecedeu o golpe militar, apavorados com a implantação reformas estruturais do presidente eleito João Goulart. A grande imprensa esteve ao lado dos golpistas de 1964, assim como uma facção da Igreja Católica. Com o progressivo “endurecimento” do regime militar, um ativo grupo de empresários passou a apoiar práticas semi-clandestinas de extermínio de oponentes políticos, financiando e dando apoio logístico aos militares e policiais envolvidos na famigerada Operação– Bandeirantes, em São Paulo.

Não é por mera coincidência que, hoje, alguns dos grandes grupos econômicos que operam no país mantêm os mesmos laços de cumplicidade e proximidade com a “segurança privada” fornecida pelas máfias que controlam o comércio de drogas. Faz parte da tradição oligárquica do Brasil o uso de matadores profissionais cuja principal tarefa é aterrorizar e garantir o poder dos senhores locais. Os “jagunços” nordestinos remontam à época colonial. Atualmente, a omissão do Estado na questão da defesa do cidadão estimula o desenvolvimento da indústria da segurança privada e a transformação da cidade em redutos com muros altos, grades e guardas particulares, configurando uma arquitetura do medo. Nas regiões pobres, os moradores ficam à mercê da “lei” dos traficantes que dominam a maior parte das favelas no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁷ A violência e a impunidade dos “justiceiros” de hoje é muito parecida com a truculência e a impunidade dos torturadores e algozes da oposição política na época da ditadura militar. Essas demonstrações inequívocas do esgarçamento do tecido social e da violência precisam ser superadas para o estabelecimento de uma verdadeira cidadania democrática.

⁷ O caso do hipermercado *Carrefour* em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, em dezembro de 2000, comprovou as consequências desumanas e absurdas da “justiça” dos traficantes que condenaram à morte, através de tortura, a duas mulheres pegas roubando 8 frascos de protetor solar.

O contexto histórico da pesquisa

1. A “nova esquerda” e a revolução dos jovens dos anos sessenta

A grande onda revolucionária dos anos sessenta congregou duas aspirações juvenis: a libertação pessoal da opressão familiar e a transformação da realidade social. A dimensão romântica dos jovens e a dimensão utópica de seus projetos já apontadas em muitos trabalhos e reflexões sobre o tema. O ponto em comum das revoltas juvenis é a urgência e a radicalidade de seus propósitos. Nesse sentido, a influência de Ernesto “Che” Guevara foi e continua sendo fortíssima, pois, como todo herói, morreu por um ideal generoso e, mais do que isso, com um apelo à dimensão afetiva da política porque *hay que endurecerse sin perder la ternura*. O rompimento com o comunismo oficial, a renovação teórica e a busca de novas e mais eficientes formas de atuação política constituem um legado comum da “Nova Esquerda” que se desenvolveu nos anos sessenta. Flacks *et alii* (1989), em *Beyond the Barricades*, sintetizam bem as principais características de seus participantes:

Como não lembrar que, nos anos 1960, o exemplo da resistência do Vietnã à invasão americana, bem a derrocada do ditador Fulgêncio Batista, em Cuba, serviram de bandeira de luta para os jovens de várias partes do mundo ocidental? As revoltas estudantis, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e outros países democráticos colocavam na ordem do dia o duplo desejo revolucionário: sexual e social. Romper com o moralismo e a hipocrisia e, ao mesmo tempo, revolucionar o mundo. A famosa prédica de Marx a respeito da necessidade da *práxis*, da transformação da sociedade na prática e não somente em teoria traduz bem o estado de espírito de muitos da geração dos anos sessenta.

Na América do Sul, a repercussão das manifestações estudantis assumiu a dimensão de uma luta política contra as ditaduras militares, repressivas e moralizadoras. Os *tupamaros*, no Uruguai e os *montoneros*

na Argentina atraíam jovens intelectuais, vanguardas sindicais e velhos militantes políticos. No Brasil, os estudantes universitários e secundaristas aderiram às teses da luta armada como meio de derrubar a ditadura militar, desiludidos com o que lhes parecia ser o imobilismo da esquerda tradicional.

2. As ditaduras militares

A tortura é o método de interrogatório usual das ditaduras e o fato de ser exercida por psicopatas sádicos não lhe tira o caráter de instrumento para um determinado fim. Ao contrário: sempre se entrega a tarefa a um especialista com as melhores qualificações. (...) O sadismo perverso não é visto como doença que inabilite um sargento, um oficial ou um policial para torturar. Ao contrário, é o credencial para torná-lo apto a torturar. É uma condição básica – *sine qua non* –, tal qual a um classificador de perfumes se exige olfato apurado.⁸

O Brasil, a Argentina, o Uruguai e outros países da América Latina foram vítimas de ditaduras militares sanguinárias nos anos 1960 e 1970. É difícil uma avaliação exata do número de pessoas atingidas no período das ditaduras militares dado que a repressão político-militar desenvolveu o método de desaparecer com os corpos. Em termos quantitativos, a ditadura argentina superou os recordes, com cerca de 30 mil casos de mortos e desaparecidos. O terrorismo imposto pela direita militar argentina e seus inúmeros e inescrupulosos aliados foi particularmente cruel com as mulheres e crianças. São mais de quinhentas crianças “desaparecidas”, sequestradas pelos torturadores e entregues a famílias desejosas de adotar crianças, especialmente entre os próprios militares. Quem caminha hoje na capital da Argentina, Buenos Aires lerá o “Ni olvido, ni perdón” gravados nos muros. Sempre impressiona a visão da *Plaza de Mayo*, onde as mães e familiares dos mortos e desaparecidos criaram um dos mais longos, tenazes e

⁸ *Idem*, p. 265.

importantes movimentos de denúncia das atrocidades cometidas, ao caminharem em torno da praça exibindo cartazes com os nomes e as circunstâncias do desaparecimento de seus filhos e filhas.

A partir daí o Brasil mudou. O medo se incorporou ao cotidiano. A delação e o colaboracionismo fizeram do dedo-duro um dos suportes do regime. Começava-se a falar baixinho ou a nada dizer e a tudo calar. O bom patriota era o brasileiro com medo, domesticado pelos tambores militares.⁹

No seu pungente relato “Memórias do esquecimento”, Flavio Tavares acentua a dimensão “pedagógica” da truculência militar: O medo e a intimidação visavam não somente aniquilar os oponentes que tinham passado para a resistência armada como, mais além, calar a sociedade em seu conjunto. Ao transformar o combate à “subversão interna” como a principal tarefa das Forças Armadas de um país os militares utilizaram largamente da propaganda intimidatória, da “demonização” dos oponentes, da repressão e de violências extremas. Essa descrição cabe às inúmeras ditaduras e regimes militares que assolam a América Ibérica, especialmente às sinistras ditaduras da Argentina, do Chile, do Uruguai e do Brasil, todas elas unidas pelos elos da “Operação Condor”, que unificava a repressão política no Cone Sul nos anos setenta e início dos anos oitenta. As vítimas da repressão militar foram brutalizadas, torturadas e assassinadas. E, como se não fosse suficiente a destruição dos corpos físicos, seguiu-se a tentativa de ocultamento, de “matar a morte”, fazendo desaparecer o principal indício do crime: o corpo da vítima.

A impunidade em questão: a atualidade dos direitos humanos

A transição brasileira para a democracia foi concebida pela cúpula militar dominante como um processo “lento, gradual e parcial”. Por força do próprio aniquilamento dos resistentes guerrilheiros dos anos 1970 e da hegemonia militar, os militares que comandaram a “transição para a

⁹ TAVARES, Flavio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo, Editora Globo, 1999, p. 26.

democracia” puderam limpar seus arquivos e remanejar alguns dos mais notórios torturadores. Na América Latina, os militares e seus cúmplices se auto-anistiam através de leis e decretos que coibiram qualquer punição às arbitrariedades cometidas. Ora, como salientam as normas contemporâneas do Direito Internacional, um dos primeiros compromissos dos governos democráticos, após sua posse, é a reparação dos atos delituosos das ditaduras militares. Mais ainda, considera-se que determinados tipos de crime, como a tortura, não são passíveis de anistia.

A partir dos compromissos internacionais assumidos pelo país no plano dos direitos humanos foram conquistadas as condições para o reconhecimento dos crimes praticados pelo Estado. A primeira lei federal reconhecendo a responsabilidade do Estado só foi decretada em 1995 e somente em 2001 o Estado de São Paulo esperou até 2001 assumiu a responsabilidade dos crimes pregressos. Ainda que demorasse oito anos, o reconhecimento das violências cometidas pelo Estado é algo novo no país. A impunidade e a violência fazem parte da história nacional e têm suas raízes no autoritarismo das classes dominantes e na subordinação dos aparelhos de Estado aos interesses dos ricos e poderosos. As denúncias dos movimentos de direitos humanos e de familiares dos presos políticos mortos e desaparecidos conquistaram direitos de reparação que, pouco a pouco, estão sendo ampliados para os demais setores da sociedade, constituindo-se numa das dimensões mais importantes deste processo: a instauração de uma ótica jurídica que parte do direito da vítima e da necessária reparação.

Apurar os crimes, reparar as vítimas e punir os responsáveis constituem três momentos necessários para o estabelecimento da justiça e da verdade. No Brasil, a apuração dos fatos sempre ficou a cargo dos parentes das vítimas, que encontraram enormes dificuldades, por exemplo, até hoje as Forças Armadas não abriram seus arquivos. Insistir no resgate da verdade e dizer não ao esquecimento é chamar a atenção para uma violência que impregna a sociedade e o Estado. Lembrar o passado é uma forma de buscar recursos para pensar o presente.

Bibliografia

- ALVAREZ, S.E. *The Politics of Gender in Latin America: Comparative Perspectives on Women in the Brazilian Transition on Democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960 (2 volumes).
- BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 84, Paris, sept.1990, pp.3-311.
- CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- BARROSO, Carmem. (org.) *Mulher, Sociedade e Estado*. São Paulo: Cortez, 1983.
- FLACKS, Richar e WHALEN, Jack. *Beyond the barricades The sixties generation grows up*. Temple University Press: Philadelphia, 1989.
- FRANCHETO, Bruna et alii. *Antropologia e Feminismo. Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº 1, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FREUD, Sigmund. *Obras Completas* (3 vol.). Madrid, Biblioteca Nueva, 1973.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político*. BIB. nº 28, Rio de Janeiro, 1989.
- MITCHELL, Juliet. *L'Age de femme*. Paris, Editons des Femmes, 1974.
- MORAES, M.L. Quartim de. *Mulheres em Movimento*. São Paulo, Conselho da Condição Feminina, 1985.
- _____. *A Experiência Feminista dos Anos Setenta*. São Paulo: Textos UNESP, 1990.

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NOS GRUPOS DE ESQUERDA DOS ANOS 60. O CASO DAS FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL*

*Alessandra Bagatim***

Introdução

Este artigo trabalhará com um dos vários grupos da esquerda armada brasileira das décadas de 1960 e 1970, automeado FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional)¹. Este foi um grupo considerado pequeno quando comparado aos outros, composto por integrantes muito jovens, com pouca experiência política, e que, ao contrário da maioria das organizações, desenvolveu suas atividades no interior paulista, na cidade de Ribeirão Preto e seus arredores, entre os anos de 1966 e 1969. Este grupo não se ligou a nenhum outro e proporcionalmente aos demais grupos contou com uma expressiva participação de trabalhadores rurais. Neste artigo destacarei esta participação dos trabalhadores rurais, especialmente as razões que os levaram a FALN e como atuaram dentro dela.

* Este artigo traz parte da pesquisa realizada para minha dissertação de mestrado e contou com o apoio e financiamento do CNPq.

** Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹ Embora o nome do grupo seja escrito no plural, optei por tratá-lo no singular, já que me refiro à *organização* FALN.

I - O PCB e a questão agrária

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, os debates a respeito da questão agrária no Brasil se intensificaram. Este tema passou a ser discutido no Congresso Nacional², nos ensaios escritos sobre o Brasil urbano-industrial³ e se manifestou nos encontros, congressos e associações promovidos pelos e para os trabalhadores rurais.

Segundo Leonilde Medeiros, nestas décadas surgiram “*novas concepções sobre o lugar político dos trabalhadores do campo e sobre seu lugar na construção da nação*”⁴. O trabalhador rural tornava-se um novo ator na cena política. Foi também neste momento, especialmente no começo da década de 1960, que o PCB ganhou força e visibilidade no jogo político partidário⁵. Este fortalecimento do partido se deu no momento em que suas concepções a respeito da natureza da revolução brasileira colocavam os trabalhadores rurais como uma das forças do processo revolucionário. Por isso, podemos dizer que o PCB se inseriu e ao mesmo tempo fomentou estes debates sobre a questão agrária.

A preocupação do PCB com os problemas do campo e seus trabalhadores estava ligada às resoluções tomadas pelo partido e compiladas no *Manifesto de Agosto de 1950* e mais tarde na *Declaração de Março de 1958*, que dariam base, respectivamente, aos IV e V Congressos do PCB, de 1954 e 1960. Nas análises do partido chegou-se à conclusão de que o setor rural do país vivia sob características semi-feudais, como os sistemas de meeiros, terceiros, parceiros ou os arrendamentos, por exemplo,

² MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955 – 1964*. Dissertação de Mestrado, USP, 1982, p. 55.

³ SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio Carvalho. “Camponeses e política no pré-64”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº. 8, abril de 1997, p. 83-117.

⁴ MEDEIROS, Leonilde Servolo. “Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60”. In: MORAES, João Quartim de & ROIO, Marcos Del. (orgs.) *História do Marxismo no Brasil. Visões do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, vol. 4, p. 239.

⁵ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 187.

e que este perfil do campo impedia a implementação plena do capitalismo no Brasil, por isso, para que fosse possível desencadear uma revolução socialista, seria preciso antes realizar uma revolução nacional, democrática, anti-feudal. Consta em um documento do partido:

(...) os camponeses só podem ser ganhos para o lado do proletariado se o partido tem um programa agrário radical⁶.

Os Pontos 34 e 45 do Programa defendiam, entre outras coisas, o confisco de todas as terras dos latifundiários e a entrega destas aos lavradores, a extinção dos sistemas de meeiros e terceiros, o pagamento em dinheiro aos trabalhadores e a anulação de todas as suas dívidas.⁷ Seis anos mais tarde, em 1960, foi realizado o V Congresso do PCB, que se amparou na Declaração de Março de 1958. Neste V Congresso ainda se acreditava na política de acumulação de forças, mas desta vez o objetivo não era o movimento revolucionário e sim a organização de uma *pressão pacífica das massas*⁸. Nesse sentido, a atenção do partido voltou-se para a luta contra o imperialismo norte-americano, enquanto a luta pela democratização da questão agrária ficava subordinada a ela. Uma das conseqüências desta mudança de postura foi que a proposta de reforma agrária ganhou contornos mais moderados. Agora se falava em *desapropriação com justa indenização* e em *loteamento mediante pagamentos módicos*, além disso, as formas de posse da terra como a parceria e o arrendamento não eram questionadas, falava-se apenas em regulamentação legal dos contratos.⁹

De acordo com Dulce Pandolfi, a história oficial do PCB, escrita nos anos 80 e a conseqüente memória oficial vêem a Declaração de Março de

⁶ SANTOS, Oto. "O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses". (Intervenção no IV Congresso do PCB). In: *Problemas*, (64), dez./1954 – fev./1955, p. 244. Cf. MEDEIROS, Leonilde. *A questão da reforma agrária no Brasil... Op. Cit.*, 1982, p. 43.

⁷ *Idem, ibidem*, pp. 43/44.

⁸ GARCIA, Marco Aurélio. "Contribuições à história da esquerda brasileira". In: *Em Tempo*, nº 78, 23 a 29 de agosto de 1979.

⁹ MEDEIROS, L. *A questão da reforma agrária no Brasil... Op. Cit.*, 1982, p. 45.

1958 e o posterior V Congresso do partido, de 1960, como um processo de renovação, já que neste momento o PCB não se baseava mais em concepções golpistas e insurreccionais, como fizera durante o IV Congresso, mas fazia das questões democráticas o centro de suas concepções.¹⁰ Porém, tanto esta autora como Leonilde Medeiros mostram que o PCB teve uma postura ambígua no decorrer das décadas de 1950 e 1960: ele se intitulava um partido revolucionário, mas buscava abranger variados setores da sociedade; permanecia em constante dilema entre as reivindicações imediatas dos trabalhadores rurais, por exemplo, e as ações revolucionárias como a reforma agrária; além disso, tentava explorar ora caminhos legais, noutra os armados.

No caso específico da luta junto aos trabalhadores rurais havia um outro agravante: esta luta era nova, o PCB praticamente não tinha militantes com experiência nesse meio, por isso, muitas vezes, as resoluções do partido, quando postas em prática, não conseguiam o êxito esperado.

Para percebermos como estas dificuldades repercutiram no trabalho dentro das células do partido, vamos acompanhar a atuação do PCB de Ribeirão Preto em relação à questão agrária. Trabalharemos com dois momentos, o que representa o IV Congresso e depois o V Congresso, através da prática política de dois membros do partido na cidade, cuja origem remonta ao campo: Nazareno Ciavatta e Irineu de Moraes. Suas trajetórias de luta nos trazem um pouco das dificuldades encontradas pelo partido em seu trabalho junto aos homens do campo.

II - O PCB de Ribeirão Preto e a questão agrária

O PCB de Ribeirão Preto fundou o 1º Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 31 de janeiro de 1955¹¹, ou seja, apenas alguns meses depois da

¹⁰ PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros... Op. Cit.*, p. 184.

¹¹ Entrevista de Nazareno Ciavatta para Cliff Welch. *Líderes do movimento camponês*. Ribeirão Preto, 20 de outubro de 1988. Fita 143, lado B. Arquivo Edgard Leuenroth.

realização do IV Congresso, em 1954, que havia decidido pela importância de ter trabalhadores rurais como aliados dos operários. Nazareno Ciavatta tornou-se seu primeiro presidente.

Ciavatta nasceu na região de Ribeirão Preto, na fazenda Dumont, que depois se tornaria o município de Dumont. Entre os anos de 1940 e 1954 viveu em São Paulo, onde conheceu o PCB e se tornou um militante. Em 1954, contudo, voltou para Dumont e foi procurar o PCB em Ribeirão Preto. O grupo que o compunha estava mobilizado para fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Ciavatta, que também tinha interesse nesta luta, tornou-se seu presidente.

Segundo ele, a implementação do sindicato foi bem aceita pelos trabalhadores rurais porque havia um desejo grande para que as leis trabalhistas se estendessem a eles. O que levava estes trabalhadores aos sindicatos era a busca de boletins que esclarecessem quais eram as leis trabalhistas. Com este papel em poder era mais fácil fazer a reivindicação junto aos fazendeiros.

Ciavatta também afirma que o objetivo do sindicato deveria ser a luta pela implantação de leis trabalhistas para o trabalhador rural. Os lavradores iam até ele reivindicando direitos. Estes trabalhadores que iam ao sindicato, contudo, não necessariamente eram filiados ao Partido, mas segundo Ciavatta, o partido queria usar o sindicato para fazer propaganda política e para distribuir seu material que pregava a derrubada do governo¹². Diz Ciavatta:

(...) O Partido me convidou para fundar o sindicato para fazer as leis trabalhistas. Isso foi explicado aos trabalhadores rurais durante a fundação. Depois queriam que eu fosse ao campo levar o material do partido favorável à derrubada do governo.¹³

¹² As críticas de Ciavatta ao PCB podem ser encontradas em COSTA, Luiz Flávio Carvalho. "Prática Política no campo: uma experiência da militância comunista". In: *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 5, Rio de Janeiro, nov, 1995. Entrevista de Nazareno Ciavatta para Cliff Welch. *Op. Cit.*, Fitas 143/144. E, por fim, na entrevista de Nazareno Ciavatta para Matilde Leone. Ribeirão Preto, meados da década de 1980.

¹³ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Prática Política no campo... Op. Cit.*, pp. 96-97.

Tal postura do partido gerou conflito tanto em Ciavatta como nos trabalhadores rurais que acompanhavam as atividades do sindicato. Entre os preceitos do partido e as necessidades e desejos dos trabalhadores rurais, Ciavatta se aproximou mais dos últimos, isto gerou sua expulsão, em 1957 e o conseqüente afastamento do sindicato.

(...) os trabalhadores queriam ir para um lado e o Partido para o outro. (...) Eu procurava inicialmente seguir a orientação e dizia a eles que os fazendeiros não pagavam, abusavam deles, a policia prendia, e que só mesmo fazendo uma revolução iria resolver aquele estado de coisas. Um camponês disse para mim: 'olha Ciavatta, se nós não temos força para obrigar os fazendeiros a pagar os salários e cumprir as leis trabalhistas, para derrubar o governo vai ser ainda mais difícil'. Daí eu percebi que o partido estava errado.¹⁴

As críticas de Ciavatta refletem, na verdade, o dilema que o Partido enfrentou no decorrer dos anos 50 e 60, entre se voltar para a realização das demandas mais imediatas dos trabalhadores rurais ou trabalhar com eles a partir de projetos maiores como a reforma agrária e a revolução.

Em 1959, dois anos após a expulsão de Ciavatta, chegou em Ribeirão Preto o militante Irineu de Moraes. Nascido em Araraquara-SP, em 1912, Irineu de Moraes conheceu o PCB em meados da década de 30 e acreditou que o partido seria um instrumento para fortalecer seu desejo de lutar junto aos trabalhadores. Segundo Irineu de Moraes:

Durante a formação do partido comunista em Ribeirão Preto, eu sempre gostei de lidar com os camponeses. Meu interesse neles era um problema do meu eu. Eu nunca gostei de fazendeiros, por uma questão natural, porque todo fazendeiro era ladrão, assassino e espancador.¹⁵

¹⁴ *Id., ib.*, p. 97.

¹⁵ WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. Lutas camponesas no interior paulista. Memórias de Irineu de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 86.

Orientado pelo partido, Irineu de Moraes ajudou a organizar uma das primeiras Ligas Camponesas do Brasil, em 1945, no município de Dumont – SP¹⁶; e esteve presente em meados da década de 50, a mando do partido, na região de Porecatu¹⁷, norte do Paraná, em uma luta armada entre posseiros e fazendeiros que se diziam donos da terra.

Segundo Irineu de Moraes, quando ele chegou em Ribeirão Preto o partido estava todo desarticulado¹⁸ e o trabalho de Ciavatta não tinha conseguido nenhum progresso junto aos trabalhadores rurais¹⁹.

No momento em que Irineu de Moraes voltou para Ribeirão Preto, estava-se vivendo um período de rearticulação do partido local, que conheceria um período de crescimento no início da década de 1960, tanto entre pessoas da cidade, como entre os trabalhadores rurais. Devido a este processo de rearticulação e busca de novos adeptos, Irineu voltou sua luta para o campo, junto aos trabalhadores rurais de Sertãozinho, Pontal, Barrinha, e outras cidades da região de Ribeirão Preto.

Antes de desenvolver este trabalho na região de Ribeirão Preto, Irineu já havia desenvolvido trabalhos semelhantes em Bauru, Valparaíso e São José do Rio Preto²⁰. Em suas memórias fica patente certo ressentimento pela postura do PCB em relação aos trabalhadores rurais, como podemos acompanhar nos relatos abaixo:

Era um trabalho de persistência e de tempo, o partido não dava ajuda. O Partido Comunista nunca deu satisfação. Só queria saber como estava.²¹

Quando havia aquele movimento de camponeses em Porecatu, ou em qualquer outro lugar, o [boletim] *Terra Livre* só publicava

¹⁶ *Id., ib.*, pp. 86-89.

¹⁷ *Id., ib.*, pp. 117-123.

¹⁸ *Id., ib.*, p. 159.

¹⁹ *Id., ib.*, p. 162.

²⁰ É possível acompanhar a trajetória política de Irineu de Moraes em WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas no interior paulista... Op. Cit.*, 1992.

²¹ *Id., ib.*, p. 154.

'Levanta-se o movimento camponês de tal e tal'. Ao invés de descer lá, de ajudar na organização, de dar uma ajuda política para a situação (...) eles apenas publicavam uma manchete com letras garrafais.²²

Assim, se Ciavatta reclamava da falta de percepção do Partido em relação ao desejo dos trabalhadores rurais, Irineu de Moraes sentia a ausência deste no que dizia respeito à prática de luta desta classe. Estas críticas mostram a falta de preparo do PCB para com a questão agrária, da falta de uma tradição e de pessoas que pudessem lidar com esta nova situação.

Apesar destas deficiências, foi o PCB que fomentou os debates em torno da questão agrária no Brasil, ajudando a inserir na cena política dos anos 50 e 60 a luta do homem do campo, como vimos anteriormente. Da mesma forma, o trabalho de Ciavatta e de Irineu de Moraes, apesar das dificuldades e decepções, também contribuiu para dar início à luta no meio rural dentro do PCB de Ribeirão Preto. Não foi sem razão que o partido pode ter entre seus membros vários trabalhadores rurais, como Arlindo Teixeira, Natal Siviero, José Tonetto, Mário Bugliani, Maginho Agostinho Pinto, Francisco Alves Reis Filho²³, entre outros.

Este processo iniciado pelo PCB local, através do trabalho de Ciavatta e de Irineu de Moraes, permitiu que se criasse uma rede de relações, cujos laços poderiam ser mais frouxos ou firmes, mas por onde caminharia, anos depois, o grupo da FALN, quando este começou um trabalho de busca de militantes no meio rural. Para isso, contribuíram, indiretamente, o pioneirismo²⁴

²² *Id., ib.*, pp. 207/208.

²³ Esta, certamente, é uma relação que deixa de citar outros trabalhadores rurais envolvidos com o PCB local, porém foi o que consegui de referências.

²⁴ Segundo Luiz Costa, a segunda metade da década de 1950 foi o “momento em que, pela primeira vez no país, através do Partido Comunista do Brasil (PCB) a prática sindical se insinua no campo”. COSTA, L. C. *Prática e política no campo... Op. Cit.*, p. 89. Se levarmos em conta que o Primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto foi fundado em janeiro de 1955, veremos que é possível caracterizá-lo como pioneiro.

do sindicato presidido por Nazareno Ciavatta e diretamente, o trabalho de Irineu de Moraes que, como veremos adiante, tinha contatos com alguns trabalhadores rurais que adeririam a FALN.

Vale apenas salientar que não queremos fazer parecer aqui que um trabalho deste porte tenha sido realizado por dois indivíduos. Tanto Ciavatta como Irineu de Moraes tinham o amparo do partido e conforme seus trabalhos se desenvolviam novas pessoas se juntavam à luta, porém, é inegável que ambos, especialmente o segundo, foram lideranças importante, cuja atuação tornar-se-ia uma referência muito forte.

III – A esquerda dos anos 60 e a questão agrária

Em seu trabalho *O fantasma da revolução brasileira*, Marcelo Ridenti enumera alguns pressupostos comuns aos grupos de esquerda armada dos anos 60. Dois destes pressupostos dizem respeito à participação de trabalhadores rurais na luta pela libertação nacional. O primeiro mostra que os grupos defendiam a necessidade de mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais; o segundo mostra que eles viam a guerrilha rural como fase imprescindível para o êxito da revolução brasileira²⁵.

Para que seja possível conhecer um quadro sobre o número de trabalhadores rurais que se envolveram nos grupos de esquerda dos anos 60, um dos poucos caminhos que temos são os processos referentes aos presos políticos que foram compilados pelo fundo *Brasil: Nunca Mais*. Marcelo Ridenti trabalhou as informações contidas nos processos e constatou que dos 3.698 denunciados por ligações com as esquerdas, apenas 88 eram trabalhadores rurais²⁶, o que representa pouco mais de 2%.

Mário Augusto Medeiros da Silva e eu também trabalhamos na compilação de dados dos processos do *Brasil: Nunca Mais*, mas nos voltamos

²⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 54.

²⁶ *Id., ib.*, p. 222.

para as informações referentes ao estado de São Paulo²⁷. Neste estado, dos 1.615 homens processados, apenas 37 eram trabalhadores rurais, representando novamente pouco mais de 2% do total de participantes²⁸.

Dentre estes 37 trabalhadores rurais do estado de São Paulo, 11 foram processados por envolvimento com a FALN. Se levarmos em conta que o grupo de Ribeirão Preto teve 49 pessoas processadas, veremos que 22% de seus membros eram trabalhadores rurais.

Estes dados contribuíram para que a FALN fosse classificada por Ridenti como uma organização rural. Segundo o autor:

Para efeito estatístico preferimos não computar várias organizações como de guerrilhas urbanas, por poder haver certo questionamento quanto ao fato delas terem sido efetivamente grupos guerrilheiros atuantes nas cidades. Foi o caso da Ação Popular, CORRENTE, Dissidência-Distrito Federal, FALN, Grupo de 11, MR-21, MRM, PCR, PC do B e POLOP. (...) [A FALN] apesar de ter sede na cidade, procurava concentrar suas ações armadas na área rural.²⁹ (grifo meu)

Apesar dos dados estatísticos e da proporção mostrarem que houve um número grande de trabalhadores rurais envolvidos na FALN, acho difícil trabalharmos com definições que possam dizer se a FALN foi um grupo de guerrilha rural ou não.

Embora houvesse propostas de atuação no meio rural, a FALN vivia uma fase de busca de adesão e de preparação de quadros e as definições a respeito de sua atuação eram pouco claras. Acho mais correto afirmarmos que a FALN foi um grupo urbano que se voltou para realizar algumas ações

²⁷ SILVA, Mário A. Medeiros da & BAGATIM, Alessandra. *Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política (1964-1982)*. Relatório final de Pesquisa – CNPq, 2003. Orientadora: Maria Lygia Quartim de Moraes.

²⁸ Nem todos aqueles que se envolveram nos grupos de esquerda foram processados, por isso os números aqui destacados devem ser considerados como valor aproximado, ou como dado oficial.

²⁹ RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira... Op. Cit.*, 1993, p. 57.

fora da cidade e teve entre seus membros uma liderança proveniente do meio rural: Mário Bugliani.

É inegável que houve um trabalho por parte do núcleo formador da FALN no sentido de conseguir militantes de origem rural e que as adesões ocorreram. Mas isso não lhe garantiu um perfil de organização rural. O que me parece interessante, então, dentro deste quadro, é buscar as razões destas adesões. Um dos meios para isso, por exemplo, parece ser o de percebermos como o trabalho anterior feito pelo PCB local junto aos trabalhadores rurais facilitou a participação deste segmento social na FALN.

IV – PCB e a FALN

Embora Irineu de Moraes não tenha sido membro da FALN, seu trabalho anterior no PCB ajudou a formar uma rede de relações que facilitariam as adesões de trabalhadores rurais no grupo de Ribeirão Preto.

A ligação indireta entre Irineu de Moraes e a FALN começou quando ele atuava nas cidades de Sertãozinho, Barrinha e Pontal. Foi através de seu trabalho nestas cidades que Irineu de Moraes conheceu Mário Bugliani, que depois teria uma participação importante dentro da FALN, especialmente no que diz respeito a conseguir mais trabalhadores rurais para a luta. Foi por influência de Irineu de Moraes que Bugliani se filiou ao PCB.

Mário Bugliani nasceu em Orlandia-SP, em 1939, e desde jovem começou a trabalhar na lavoura. Com pouco mais de 20 anos, Bugliani começou sua luta por reivindicação de direitos para os trabalhadores rurais. Ele foi o organizador, em 1962, de uma greve na usina Albertina, em Sertãozinho, de propriedade da família Marquesi³⁰. Segundo Bugliani, foi por causa da organização desta greve que o PCB o procurou convidando-o para que se tornasse um membro do partido³¹.

³⁰ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Mário Bugliani, p. 8.

³¹ Entrevista de Mário Bugliani para Matilde Leone. Sertãozinho, meados da década de 1980. Fita 1 – Lado B.

No imediato pós-golpe, sofreu perseguição política, precisou fugir e usar nome falso por alguns meses. Depois, em 1966, ele ajudou a reorganizar a Associação dos Trabalhadores Rurais de Pontal e se tornou seu 1º presidente quando a associação foi elevada à categoria de Sindicato³². Era uma liderança entre os trabalhadores rurais e por isso se tornaria importante para a estruturação da FALN poucos anos depois. Nas palavras de Bugliani:

Tem um camarada aí que eu devo uma grande obrigação: (...) Irineu de Moraes. Ele era encarregado de recrutar gente [para o PCB]. Uma noite ele apareceu em casa, bateu um papo, eu ali prestando atenção. De madrugada, já quase nascendo o sol, eu falei: '*quanto a gente paga para participar disso?*' Ele falou: '*Não...*'. Mas ele não me mostrou naquela noite os dois lados da moeda (...) mas eu já entrei nisso daí sabendo que boa coisa não ia sair para mim³³

Hélio de Freitas, outro trabalhador rural envolvido no processo da FALN, conheceu Irineu de Moraes quando era cortador de cana em Sertãozinho. Na época era ainda muito jovem, tinha 14 anos, mas como sua mãe, Sebastiana Ribeiro de Freitas, se envolveu na luta junto com Irineu de Moraes, Hélio sempre acompanhava o trabalho deles. Segundo Hélio, foi neste período que, nas palavras dele:

(...) eu passei a entender que precisaria haver uma luta para conseguir a sobrevivência, e assim eu fui acompanhando (...) eu tinha bastante vontade de realmente conseguir aquilo que eu captava pelas orientações dele [Irineu de Moraes].³⁴

Muitas vezes Hélio acompanhava Irineu de Moraes em suas viagens para as cidades de Pontal, Barrinha, Pitangueiras e foi através de Irineu de

³² Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, 20 de janeiro de 1966. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal.

³³ Entrevista de Mário Bugliani para Matilde Leone. *Op. Cit.*, Fita 1 – Lado B.

³⁴ Entrevista de Hélio Geraldo de Freitas para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 20 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

Moraes que Hélio ouviu falar de Mário Bugliani. Além de Mário e Hélio, dentro do que foi possível apurar, outros dois trabalhadores rurais envolvidos com a FALN tiveram algum tipo de relação com Irineu de Moraes, antes que este grupo estivesse formado. O primeiro deles, Néelson Agenor Tonetto, conheceu Irineu através de seu pai, José Tonetto, quando ambos eram do PCB local³⁵. O segundo, Maginho Agostinho Pinto, afirma em depoimento que conheceu Irineu de Moraes por volta de 1959³⁶, momento em que Irineu começou seu trabalho pela região rural de Ribeirão Preto. Maginho também foi do PCB da cidade, além disso, assumiu o cargo de 1º secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal, em 1966³⁷, cuja presidência estava nas mãos de Mário Bugliani. Assim, todos estes ambientes comuns nos mostram a proximidade de relação entre estes trabalhadores rurais.

Este quadro traçado acima nos dá sinais de que a atuação anterior de Irineu de Moraes foi importante para que os trabalhadores rurais aderissem a FALN, alguns anos mais tarde. Exemplo disso é que todos os trabalhadores rurais processados por envolvimento com a FALN moravam em cidades onde Irineu de Moraes desenvolveu seu trabalho.

A construção da tabela a seguir³⁸ serve para conhecermos um pouco mais dos trabalhadores rurais processados devido ao envolvimento com a FALN:

A tabela acima nos apresenta 10 jovens trabalhadores rurais, com idades que variam entre os 20 e os 38 anos, com exceção de Maginho Agostinho Pinto, com 53 anos, que já havia militado no PCB. É quase unânime o fato de todos serem provenientes de cidades paulistas, havendo apenas um mineiro entre eles. Além de paulistas, vale destacar também que a maioria

³⁵ Entrevista de Néelson Agenor Tonetto para Matilde Leone. Ribeirão Preto, meados da década de 1980. Fita 1 – Lado A.

³⁶ Coleção BNM. Proc. 65. Depoimento de Maginho Agostinho Pinto, p. 252.

³⁷ Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, *Op. Cit.*

³⁸ Dados retirados das fichas de identificação contidas nos Autos de Qualificação e Interrogatório que constam na coleção BNM. Processo 65, respectivamente nas páginas 131, 114, 832, 811, 119, 105, 247, 252, 6, 26, 820.

Nome	Idade em 1969	Naturalidade	Residência	Local de Trabalho
Agostinho Muniz Batista	20 anos	Serrana - SP	Vila Industrial, Sertãozinho	_____
Aristóteles Francisco Fagundes	28 anos	Conceição Aparecida - MG	Vila Industrial, Sertãozinho	Usina São Martinho - Pradópolis
Francisco Alves Reis Filho	36 anos	Jardinópolis	Rua Ceará Pitangueiras	Fazenda Três Barras - Pitangueiras
Francisco Marques Ponce	33 anos	Ribeirão Preto - SP	Rua José Bonini, Sertãozinho	Tratorista (não consta o local)
Geraldo Nascimento	24 anos	Jardinópolis - SP	Bairro São João, Sertãozinho	Usina São Francisco
Hélio Geraldo de Freitas	22 anos	Nova Europa - SP	Vila Industrial, Sertãozinho	Usina São Martinho - Pradópolis
João Estevão Martins	36 anos	Taiuva - SP	Vila Boa Vista - Bebedouro	Fazenda Retiro
Maginho Agostinho Pinto	53 anos	Viradouro - SP	Rua Pernambuco, Pitangueiras	Usina Vicente - Pitangueiras
Mário Bugliani	30 anos	Orlândia - SP	Vila Industrial, Sertãozinho	Usina São Geraldo ³⁹
Nelson Agenor Tonetto	30 anos	Ribeirão Preto - SP	Bairro Ipiranga, Ribeirão Preto	Dono da Chácara Boa Vista - R. Preto
Virgílio Massoneto	38 anos	Santa Cruz das Posses - SP	Rua Tocantins, Sertãozinho	Engenho Antônio Lovato, Sertãozinho

³⁹ Informação retirada do Dossiê 50 – Z, Pasta 9, Documento 36841. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

nasceu em cidades próximas a Ribeirão Preto e Sertãozinho; as cidades mais distantes são Taiuva, Viradouro e Conceição Aparecida.

A quarta coluna, além de nos mostrar que a maioria destes personagens (8 deles) era morador da cidade de Sertãozinho – SP, também nos traz o importante dado de que todos estes trabalhadores moravam na parte urbana dos municípios de Sertãozinho, Pitangueiras e Bebedouro, então, para que pudessem trabalhar eles se deslocavam diariamente das cidades para a zona rural. Todos, com exceção do tratorista Francisco Ponce, eram cortadores de cana, daí nosso cuidado em sempre defini-los como trabalhadores rurais e não como camponeses. Eles não eram proprietários de terra de onde pudessem tirar seu sustento, ao contrário, eram trabalhadores rurais assalariados. Mais uma vez, cabe aqui uma exceção para Néelson Agenor Tonetto, único que morava em Ribeirão Preto e que era proprietário de uma chácara.

Para concluirmos a análise da tabela, vale falarmos sobre a diversidade dos locais onde eles exerciam suas atividades. Em outubro de 1969, apenas Aristóteles Fagundes e Hélio Geraldo de Freitas trabalhavam na mesma usina. Provavelmente esta diversidade se dava porque o trabalho no corte de cana tem grande rotatividade⁴⁰, para cada nova safra um novo grupo de trabalhadores é contratado, sendo que o fim da safra significa também o fim do contrato e a necessidade de procurar um novo lugar de trabalho.

A condição comum de trabalhadores rurais assalariados permitiu que eles se conhecessem: fosse como vizinhos de bairro⁴¹, ou no caminhão que

⁴⁰ A ficha de identificação de Mário Bugliani o registra como “*lavrador volante*”. BNM. Processo 65, p. 6.

⁴¹ Na tabela construída acima podemos acompanhar que Agostinho Muniz Batista, Aristóteles Francisco Fagundes, Hélio Geraldo de Freitas e Mário Bugliani eram moradores do mesmo bairro, a Vila Industrial, em Sertãozinho.

os transportava⁴², nas fazendas e usinas⁴³ onde trabalhavam ou em Associações e sindicatos⁴⁴ que lutavam por seus direitos. É claro que entre os trabalhadores rurais havia aqueles que não aceitavam as idéias propagadas pela FALN, mas entre o grupo que era simpático, estas redes de relações, mais uma vez, facilitaram a divulgação da FALN.

V – Os trabalhadores rurais na FALN

Em 1967, quando o primeiro núcleo da FALN se formou, seu líder Vanderley Caixe já tinha uma experiência de atuação junto aos trabalhadores rurais e se utilizou desta experiência para iniciar contatos com estes trabalhadores. Segundo Vanderley Caixe:

(...) a luta armada, o caminho dela, era o campo, era ali que ela ia seguir o caminho dela (...) então o camponês era o homem que conhecia o terreno.⁴⁵

A declaração de Caixe nos faz perceber que grupo tinha uma proposta de guerrilha rural, ou ao menos de organizar um foco rural, por isso o contato com os trabalhadores rurais era importante. Foi com este propósito que Caixe procurou Mário Bugliani para que ambos comessem um trabalho

⁴² Segundo Aristóteles Francisco Fagundes, ele e Mário Bugliani iam para a Fazenda São Francisco no mesmo caminhão. BNM. Processo 65, p. 114.

⁴³ Segundo depoimento de Hélio Geraldo de Freitas, ele conheceu Mário Bugliani quando trabalhava na fazenda Morro Agudo, em Morro Agudo, no ano de 1966. BNM. Processo 65, p. 105. No depoimento de Aristóteles Francisco Fagundes, este também afirma ter conhecido Bugliani “na Usina São Francisco, no corte de cana”. BNM, Processo 65, p. 114.

⁴⁴ Francisco Alves Reis Filho afirma ter conhecido Bugliani em 1964, quando ambos eram da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sertãozinho. BNM, Processo 65, p. 832.

⁴⁵ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim, Ribeirão Preto – SP, 31 de maio de 2002.

longe das cidades. E foi principalmente através de Bugliani e também de Maginho Agostinho Pinto que os trabalhadores rurais aderiram ao grupo. Geraldo Nascimento afirma que foi arregimentado por Bugliani⁴⁶, assim como Virgílio Massoneto⁴⁷. Já João Estevão⁴⁸ se aproximou da FALN por intermédio de Maginho Pinto, que o convidou para uma reunião em sua casa, onde também estavam Caixe e Bugliani. Somente Néelson Agenor Toneto, que era de Ribeirão Preto e cujo pai havia militado no Partido Comunista⁴⁹, diz ter conhecido o grupo por Vanderley Caixe.⁵⁰

Luiz Gonzaga da Silva, outro membro da FALN, foi um dos poucos estudantes, assim como Vanderley Caixe, que manteve contato com os trabalhadores rurais. Segundo ele:

Mário Bugliani era um líder camponês, ele era extremamente respeitado e um sujeito que foi formado no Partido Comunista (...), ele tinha todo um jeito de comunicação com o pessoal de campo. (...) Tudo o que você pode imaginar em termos de contato com o camponês era o Mário. (...) Na verdade, independente de ser do Partido Comunista ou não, ele tinha confiabilidade do pessoal. Não é por que era a FALN que o pessoal acreditava. Acreditava nele.⁵¹

O relato de Luiz Gonzaga é interessante por nos mostrar, em primeiro lugar, a liderança que Bugliani exercia nos demais companheiros; além disso, quando Gonzaga afirma que os trabalhadores rurais confiavam na FALN porque ela era representada por Bugliani, ele reitera a idéia discutida acima de que os espaços e situações comuns divididos por estes trabalhadores serviram como base importante para que eles se envolvessem na luta da

⁴⁶ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Geraldo Nascimento, p. 119.

⁴⁷ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Virgílio Massoneto, p. 820.

⁴⁸ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de João Estevão Martins, p. 247.

⁴⁹ Entrevista de Nelson Agenor Toneto a Matilde Leone, *Op. Cit.*

⁵⁰ Coleção BNM, Processo 65, depoimento de Nelson Agenor Toneto, p. 25.

⁵¹ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. Santa Rita do Passa Quatro, 19 de junho de 2005. Fita 1 – Lado A.

FALN. Alguns integrantes do grupo que moravam nas cidades tentaram conseguir ligações com os trabalhadores rurais, mas o trabalho era mais difícil e requeria mais tempo e dedicação, como nos mostra o relato de Paulo Otávio, outro estudante ligado a FALN:

(...) a gente estava começando a desenvolver um trabalho na área rural, que era meio difícil (...) porque a gente não era do campo. (...) Em Batatais, em várias oportunidades eu fui lá para ter reunião com este pessoal, a gente ficava lá reunido com eles, conversando, mas era muito difícil, porque você não era do meio, até você adquirir a confiança do pessoal é um processo meio lento. (...) Agora, a gente conseguia alguma coisa por causa da dedicação da gente, voltava, conversava, pegava até amizade com o pessoal.⁵²

Geralmente, a aproximação com os trabalhadores rurais acontecia através de reuniões, previamente agendadas, depois que um primeiro contato individual já havia acontecido. Nestas reuniões lia-se o boletim chamado “*O Berro*”, uma publicação mimeografada da FALN. Todos os exemplares a que tive acesso traziam alguma menção às questões do campo. Em um dos números há uma capa que traz o desenho de um trabalhador rural sendo acorrentado⁵³ e a constante presença da idéia do latifundiário como um inimigo do povo, ao lado da ditadura e do imperialismo norte-americano. Além disso, o conteúdo do jornal trazia afirmações como:

[A ditadura] tornou a vida dos camponeses e assalariados agrícolas impossível e a exploração feita por fazendeiros e usineiros impossível de agüentar⁵⁴.

Ao latifundiário, ao grande proprietário de terra, não importa que os camponeses vivam na miséria, mas sim que eles produzam com o seu suor mais riquezas para eles.⁵⁵

⁵² Entrevista de Paulo Otávio para Matilde Leone. São Paulo, Fita 1 – Lado A.

⁵³ STM. Inquérito Policial Militar. Proc. 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

⁵⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Proc. 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 459.

⁵⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Proc. 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 460.

Depois de afirmações como as postas acima, havia a imediata referência à necessidade de lutar, com frases como “*Os explorados de todo o mundo devem unir-se, pois a luta é uma só*”. Neste caso, há uma clara releitura da famosa frase de Marx que chama os proletários de todo o mundo para unirem-se. No jornal, contudo, sem se dirigir a uma classe específica, todos os explorados, inclusive os trabalhadores rurais, deveriam se encaminhar para a luta.

Era então a partir da leitura e discussão do jornal que a defesa da luta armada contra a ditadura aparecia. No depoimento que prestou à polícia, Agostinho Batista descreve o conteúdo das discussões do grupo usando expressões muito parecidas às que eram usadas no jornal *O Berro*. Segundo ele:

(...) Vanderley [Caixe] e Luiz Gonzaga, quando presidiam as reuniões, além de comentar da necessidade da derrubada do governo, diziam ainda (...) que deveriam lutar contra os usineiros e latifundiários, a fim de que o povo se libertasse e tomasse conta de tudo.⁵⁶

Em entrevista feita em 2005, Hélio Freitas comentou que: “(...) pelos documentos que eles me passavam e que eu lia, o meu pensamento e o meu ponto de vista coincidiam, casaram os pensamentos com aquilo que os documentos traziam. (...) eu achava que o jornal *O Berro* era sensacional”.⁵⁷

No que diz respeito à atuação prática dos trabalhadores rurais dentro do grupo, ela se baseou, principalmente, na escolha de locais que pudessem servir para a instalação de acampamentos rurais, além disso, havia treinamentos de tiro e a permanência de alguns dos militantes nos aparelhos para um processo de adaptação às condições destes locais. Os dois principais acampamentos rurais da FALN foram localizados, o primeiro em uma mata próxima a Guatapará e o segundo perto da cidade de Sertãozinho. A chácara de Néelson Tonetto também foi usada para treinamentos de tiro.

⁵⁶ Coleção BNM. Proc. 65. Depoimento de Agostinho Muniz Batista, p. 131.

⁵⁷ Entrevista de Hélio G. de Freitas para A. Bagatim. *Op. Cit.* Fita 1 – Lado A.

Valendo-nos mais uma vez dos depoimentos prestados pelos trabalhadores rurais, podemos afirmar que Geraldo Nascimento⁵⁸ foi o responsável por procurar um local adequado para a implantação do aparelho rural de Guatapar, local onde ficou por cinco dias junto com Mário Bugliani; depois disso, Agostinho Muniz Batista⁵⁹ permaneceu um mês na mata do distrito de Guatapar com Bugliani; por fim, temos que João Estevo⁶⁰ treinou tiros no Horto Florestal. Mas havia dificuldades para a realização destas tarefas. O estudante secundarista Djalma Quirino de Carvalho, que fazia parte da FALN, foi escolhido para permanecer alguns dias no chamado acampamento rural. L ele escreveu um diário que retrata um pouco das dificuldades encontradas. Consta no Diário:

(...) por pouco não fui preso em flagrante (...) roubamos a rede da casa do Z Maria (02/10/1969).

(...) já estou no aparelho e já demos os tiros e corremos (04/10/1969).

(...) saímos daqui 7 horas para o contato. Andamos até falar chega e no fim não teve contato. Voltamos e chegamos 11 horas (07/10/1969).

(...) estamos fazendo um buraco para enterrar um burguês capitalista que vamos raptar (08/10/1969).

Fomos buscar água e começou a chover. Ficamos três horas para acender o fogo, por fim saiu um arroz (06/10/1969).⁶¹

Como o grupo era pequeno, exigia-se um desdobramento maior por parte de seus integrantes. Por isso, algumas pessoas da cidade se deslocavam para o campo, como o caso de Djalma Quirino de Carvalho e, por outro

⁵⁸ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Geraldo Nascimento, p. 119.

⁵⁹ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Agostinho M. Batista, p. 131.

⁶⁰ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de João Estevão Martins, p. 247.

⁶¹ Coleção BNM, Anexos não. 4443.

lado, os trabalhadores rurais também participavam de atividades ocorridas na cidade como pichações em muros ou a detonação de bombas.

Os trabalhadores rurais Hélio de Freitas⁶², Agostinho Batista⁶³ e Francisco Ponce⁶⁴ explodiram bombas no Cine Para Todos e na praça central de Sertãozinho. Estas bombas, quando detonadas, espalhavam panfletos com críticas à ditadura. Enquanto isso, João Estevão⁶⁵ e Maginho Agostinho⁶⁶ deveriam ter feito o mesmo no cinema da cidade de Pitangueiras, mas a tarefa não foi concluída. Néelson Agenor Toneto participou de uma ação de expropriação de dinamites da pedreira municipal de Ribeirão Preto.

A queda da organização começou quando Mário Bugliani e os estudantes Djalma Quirino de Carvalho e César Marcelino da Silva foram descobertos acampados na mata, no dia 18 de outubro de 1969. Sob a liderança de Mário Bugliani, eles pretendiam seqüestrar um dos membros da família Marquesi, dono da usina Albertina, a mesma na qual Bugliani havia liderado uma greve, em 1962. O dinheiro pago pelo resgate do seqüestrado seria usado para comprar armas e para dar mais estrutura ao grupo. O acampamento rural serviria como cativeiro do seqüestrado.

Sílvio Rego Rangel, outro estudante membro da FALN e que já havia se afastado do grupo quando o plano do seqüestro estava sendo realizado, analisa que:

Pegar esta grana significou (...) o plano mais bárbaro que eu já vi na minha vida. Era um seqüestro onde não existia a menor condição de dar certo, era uma área onde eles iam enterrar um usineiro. O que é que é isso? Você vai querer ser bem visto por quem, me conta?⁶⁷

⁶² Entrevista de Hélio G. de Freitas para Alessandra Bagatim. *Op. Cit.*, Fita 1 – Lado A. Coleção BNM. Proc. 65. Depoimento de Hélio G. de Freitas, p. 107.

⁶³ Coleção BNM. Proc. 65. Depoimento de Agostinho Muniz Batista, p. 131.

⁶⁴ Coleção BNM. Proc. 65. Depoimento de Francisco Marques Ponce, p. 81 1.

⁶⁵ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de João Estevão Martins, p. 247.

⁶⁶ Coleção BNM. Proc. 65. Depoimento de Maginho Agostinho Pinto, p. 252.

⁶⁷ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005. Fita 1 – Lado B.

O plano de seqüestro do usineiro Marquesi pretendia ser a ação mais ousada da FALN, mas foi descoberta antes de ser realizada. Como Bugliani já era conhecido pela polícia devido ao seu envolvimento com greves e sindicatos, assim que ele foi preso alguns trabalhadores rurais foram chamados para depor. As quatro primeiras pessoas convocadas para darem declarações foram antigos companheiros seus do Sindicato Rural de Pontal, como Paládio de Oliveira Silva, Orlando Zanon, João Osório Moreira e Manoel Rodrigues Gomes⁶⁸. Isso ocorreu antes que Vanderley Caixe fosse convocado, o que nos faz pensar que a polícia, inicialmente, julgou que Bugliani estava envolvido em um movimento ligado ao sindicato. Em pouco tempo, porém, o quadro foi sendo desenhado e a polícia foi conhecendo o esquema do grupo.

Hélio Geraldo disse que ficou sabendo da prisão de Bugliani no caminhão de turma, a caminho da Usina São Martinho. Chegando lá, o fiscal que tomava conta do serviço, Antônio Mussi, e que sabia da participação de Hélio na FALN, aconselhou-o a fugir, mas Hélio não conseguiu, a polícia foi até a Usina e lá o prendeu junto com Aristóteles Fagundes⁶⁹. Néelson Tonetto e Geraldo Nascimento foram presos em suas casas.

No dia 1º de julho de 1971, a Justiça Militar Federal proferiu sua sentença. Com exceção de Mário Bugliani e Néelson Agenor Toneto, todos os demais trabalhadores rurais foram absolvidos, embora já tivessem passado por sessões de tortura e permanecido no Presídio Tiradentes por mais de um ano e meio. De subversivos, todos eles foram considerados *humildes lavradores* na sentença que os absolveu⁷⁰. Néelson Agenor Toneto foi condenado por sua “*inegável participação nos fatos criminosos, com atuação concreta e ativa*”. Pegou três anos de reclusão, com base no artigo 42 de decreto-lei 898 de 30 de setembro de 1969. Mário Bugliani foi

⁶⁸ Coleção BNM. Processo 65. Depoimento de Manoel Rodrigues Gomes, p. 5. Depoimento de Paládio de Oliveira Silva, p. 12. Depoimento de João Osório Moreira, p. 13 e Depoimento de Orlando Zanon, p. 14. Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, *Op. Cit.*

⁶⁹ Entrevista de Hélio G. de Freitas para A. Bagatim. *Op. Cit.*, Fita 1 – Lado A.

⁷⁰ Coleção BNM. Processo 65, Sentença.

considerado o “segundo de maior periculosidade social no grupo criminoso [o primeiro seria Vanderley Caixe]” e foi condenado também por não ter revelado “o menor sinal de reflexão, de arrependimento”⁷¹. Sua pena foi de 8 anos de reclusão, com base no art. 25 de dec. 898/69, mas Mário cumpriu 4 anos.

Para concluir, quero apenas reiterar que, se a FALN conseguiu adesão de lavradores foi porque ela se empenhou num trabalho neste sentido e este trabalho possibilitou que as idéias de protesto contra um governo instaurado ilegalmente pudessem chegar aos trabalhadores rurais. Ainda assim, as atuações anteriores de Irineu de Moraes e Mário Bugliani trouxeram uma base de sustentação importante para o grupo.

Fontes

- Ata de abertura do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Pontal, 20 de janeiro de 1966. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal.
- Coleção Brasil Nunca Mais. Processo 65.
- Coleção Brasil Nunca Mais. Anexos nº. 4443.
- Dossiê 50 – Z, Pasta 9, Documento 36841. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- STM. Inquérito Policial Militar. Proc. 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

Entrevistas de Alessandra Bagatim

AEL – IFCH/Unicamp

- Hélio Geraldo de Freitas. Ribeirão Preto – SP, 20 de junho de 2005.
- Luiz Gonzaga da Silva. Santa Rita do Passa Quatro – SP, 19 de junho de 2005.

⁷¹ *Idem, ibidem.*

- Sílvio Rego Rangel. São Paulo, 18 de maio de 2005.
- Vanderley Caixe. Ribeirão Preto – SP, 31 de maio de 2002.

Entrevistas de *Matilde Leone*, meados da década de 1980

AEL – IFCH/Unicamp

- Mário Bugliani. Sertãozinho – SP
- Nazareno Ciavata – Ribeirão Preto – SP
- Néelson Agenor Tonetto. Ribeirão Preto – SP
- Paulo Otávio de Azevedo Júnior. São Paulo – SP

Entrevista de *Cliff Welch* – “Líderes do movimento camponês”

AEL – IFCH/Unicamp

- Nazareno Ciavata (Fitas 144/B, 145)

Bibliografia

- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. “Prática Política no campo: uma experiência da militância comunista”. In: *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 5, Rio de Janeiro, nov. 1995.
- GARCIA, Marco Aurélio. “Contribuições à história da esquerda brasileira”. In: *Em Tempo*, nº 78, 23 a 29 de agosto de 1979.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. “Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60”. In: MORAES, João Quartim de & ROIO, Marcos Del. (orgs.) *História do Marxismo no Brasil. Visões do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, vol. 4.
- _____. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação de Mestrado, USP, 1982.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio Carvalho. “Camponeses e política no pré-64”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº. 8, abril de 1997.

SANTOS, Oto. “O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”. (Intervenção no IV Congresso do PCB). In: *Problemas*, (64), dez./1954 – fev./1955.

WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista. Memórias de Irineu de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

O FEMINISMO DO CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS*

Maira Luisa Gonçalves de Abreu**

Introdução

Este trabalho procura reconstruir a trajetória de uma organização feminista formada por mulheres brasileiras exiladas na França durante a ditadura militar, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979), a partir da sua produção escrita¹ e da memória de suas militantes². As questões

* Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada entre outubro de 2003 e setembro de 2004 com bolsa PIBIC/CNPq de Iniciação Científica com orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Lygia Quartim de Moraes que deu origem à monografia: ABREU, Maira. *Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. Monografia IFCH – UNICAMP, 2006. No mestrado, ampliei meu objeto abarcando o Grupo Latino Americano de Mulheres em Paris, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Angela Araújo, com financiamento da Fapesp.

** Mestranda em Sociologia pelo programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

¹ Os documentos do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris [DCM] consultados encontram-se arquivados no Centro Informação Mulher (CIM) e compreendem cinco encadernações com materiais produzidos pelo grupo – documentos internos, panfletos, etc e um balanço de atividades do Campanha, grupo político ao qual estavam vinculadas algumas militantes do Círculo. O material foi compilado e arquivado por Sônia Calió em cinco encadernações.

² Para a realização da pesquisa que deu origem a este artigo, foram entrevistadas nove mulheres exiladas: Regina Carvalho, Regina Bruno, Ângela Muniz, Sônia Giacomini, Eliana Aguiar e Glória Ferreira foram entrevistadas no Rio de Janeiro no mês de março de 2004; Sônia Calió me concedeu duas entrevistas em São Paulo em outubro de 2003 e junho de 2004; Maria Betânia D'Ávila foi entrevistada via internet;

aqui abordadas remetem ao modo de funcionamento do Círculo, ao perfil de suas integrantes, particularmente seus posicionamentos políticos e ideológicos, às atividades externas e internas, aos temas de debates e concepção de feminismo. Além disso, procuramos abordar o significado da militância para as mulheres que participaram desse grupo e fazer alguns apontamentos acerca da sua influência na comunidade brasileira exilada na França e no movimento feminista que eclode no Brasil nos anos 70.

Dado que o grupo não pode ser compreendido sem o situar em seu contexto histórico, iniciaremos esta apresentação com um breve desenho da crítica feminista ao modo como tradicionalmente o movimento socialista tratava a “questão da mulher”.

A herança contestada

O princípio guia deve ser o seguinte: nenhuma agitação especificamente feminista senão agitação socialista entre as mulheres. Não devemos pôr em primeiro plano os interesses mais mesquinhos do mundo da mulher: nossa tarefa é a conquista da mulher proletária para a luta de classes.³ [Clara Zetkin]

A divisão entre homens e mulheres não tem grande importância aos olhos das mulheres proletárias. O que une as mulheres trabalhadoras com os trabalhadores é muito mais forte do que o que os divide. (...) “Todos por um, um por todos!” Este “todos” inclui os membros da classe operária – homens e mulheres na mesma condição. A “questão da mulher” para os operários e

Zuleika Alambert, a única das entrevistadas que não participou do Círculo, respondeu as perguntas por correio no mês de julho de 2004. Colhi também um breve depoimento. Colhi também um breve depoimento de Danda Prado em setembro de 2005.

³ ZETKIN, C. *La cuestion femenina y la lucha contra el reformismo*. Barcelona, Anagrama, 1976, p.107.

operárias é o problema de saber como organizar as massas atrasadas de mulheres trabalhadoras.⁴ [Krupskaya]

Esses trechos ilustram uma concepção bastante difundida no movimento socialista sobre a “questão da mulher”. Essa concepção, que comparece nos primeiros debates sobre a questão ainda no final do século XIX, torna-se quase uma “ortodoxia” nas primeiras décadas do século XX e, malgrado as virulentas críticas que sofreu por parte do movimento feminista nas décadas de 1960 e 70, mostra-se ainda presente, em alguma medida, no movimento socialista atual. A idéia básica que informa essa concepção é a diluição da “questão da mulher” nas relações de classe (e das relações de classe nas relações de propriedade, compreendidas as últimas em um sentido meramente jurídico), de modo a negar qualquer especificidade que justificasse a necessidade de uma práxis e instrumentos mediatórios específicos para a superação da desigualdade entre homens e mulheres. A partir de uma interpretação da obra de Engels *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*⁵, afirma-se que a origem da opressão da mulher tem início com a propriedade privada e conclui-se que a extirpação de ambas é um evento simultâneo: a transformação da propriedade privada em “propriedade socialista” implicaria necessariamente o fim da opressão da mulher. O resultado desse modo de colocar o problema é que: a “agitação especificamente feminista” deve ser deslocada pela “agitação socialista”. Nessa visão, toda a atividade prática, em vista do escopo último da revolução social, deve ser canalizada para a conquista e organização das “massas atrasadas” pelo partido, tomado como a única organização verdadeiramente vanguardista. O movimento feminista é considerado incapaz de levar às últimas conseqüências o seu princípio norteador, isto é, a igualdade entre

⁴ KRUPSKAIA apud HEINE. De la I à la III Internationale, la question des femmes. *Critique Communiste*, Paris, dezembro 1977/janeiro 1978, p. 109. O trecho de Krupskaya é de 1914.

⁵ ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1985.

homens e mulheres, efetível somente no âmbito da sociedade futura, e, dado que se concentra nos “interesses mais mesquinhos do mundo da mulher”, é considerado como diversionista, em relação ao escopo último da revolução, e divisionista, em relação à necessária unidade da classe operária e de seu partido. Essa tradição sofrerá uma crítica radical por parte dos grupos feministas de inspiração de esquerda nos anos 1960 – 1970, entre os quais se encontra o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

Essa crítica e as novas elaborações teóricas e práticas que surgem nesse período são fruto de um contexto de efervescência feminista que suscitou uma série de questões para o movimento socialista. Muitas mulheres começam a questionar as respostas tradicionalmente dadas pelo movimento socialista à “questão feminina”. Muitas militantes começam a reconhecer que a questão da mulher não pode ser diluída nas relações de classe. A persistência de hierarquias entre homens e mulheres nos países *considerados* socialistas foi para muitas militantes do movimento socialista uma refutação prática da teoria segundo a qual o fim da propriedade privada eliminaria a opressão das mulheres.

Nesse contexto, o marxismo é criticado por não ter oferecido uma solução teórica à opressão feminina⁶ e mesmo de ser “cego” à “categoria do sexo” (*sex blind*)⁷. Surgem várias tentativas de formular, sem abandonar o marxismo, um novo marco conceitual a partir do qual fosse possível analisar a questão da opressão das mulheres. Uma dessas tentativas foi a distinção entre duas formas de “opressão”: uma entendida como subordinação estrutural do trabalho ao capital, envolvendo, portanto, toda a classe trabalhadora (exploração) e outra que recairia especificamente sobre a mulher (opressão). Dentro dessa distinção, havia uma divergência entre

⁶ ROWBOTHAM, S. *Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981; MICHELL, J. *La Liberacion de la Mujer*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

⁷ HARTMANN, H. The unhappy marriage of marxism and feminism. In: SARGENT, L. (org.) *Woman and Revolution: the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South and Press, 1981.

uma perspectiva que considerava que as relações sociais de classes e “sexuais” se interconectam e se reforçam mutuamente formando um sistema integrado (Zillah Eisenstein⁸, por exemplo) e outra que considerava a existência de dois sistemas relativamente autônomos (Heidi Hartman⁹, por exemplo). Mas ambas as interpretações convergiam para a idéia de que a luta contra exploração e opressão deviam ser travadas simultaneamente.

Essas novas elaborações desdobram-se em novas formulações do problema das formas prático-organizacionais de luta. A compreensão de que as relações de opressão não podem ser diluídas nas relações de exploração conduziu, em alguns casos, à percepção da necessidade de uma organização das mulheres a partir de sua condição específica, isto é, uma organização feminista autônoma. A percepção de que a hierarquia entre os sexos não é um problema somente externo, mas também interno ao movimento socialista e ao partido colocava como objetivo desses grupos não só combater uma estrutura social marcada por hierarquias e papéis “sexuais” mas também suas manifestações dentro da própria esquerda. O que se colocava de forma enérgica era a necessidade de assegurar que a revolução social não fosse – na realidade não podia ser – realizada sem a liberação das mulheres, à revelia das mulheres ou apoiando-se nelas como auxiliares de segundo escalão. Foi na perspectiva de uma frente dupla de luta – combate à opressão e à exploração – que se configurou a idéia de dupla militância, isto é, da militância em um movimento feminista autônomo concomitante com a militância no partido.

Essa crítica se insere num contexto de ascenso do movimento feminista nos anos de 1960-1970. Esse movimento emerge primeiramente nos EUA, a partir da segunda metade da década de 60, mas, pouco depois, adquire

⁸ EISENSTEIN, Z. *Algunos apontes sobre las relaciones del patriarcado capitalista*. Lima, Flora Tristan, 1982.

⁹ HARTMANN, H. The unhappy marriage of marxism and feminism, In: SARGENT, L. (org.) *Woman and Revolution: the unhappy marriage of Marxism and feminism*. Boston: South and Press, 1981.

uma abrangência bem mais significativa, alcançando a maioria dos países europeus e chegando posteriormente a alguns países da periferia do sistema.

Na França, a vaga feminista que ascende a partir dos anos de 1960, o MLF (*Mouvement de Libération des Femmes*), nasce no bojo das manifestações de 1968, ganhando uma dimensão de massa a partir de 1970.¹⁰ Influenciado pelo conteúdo anti-autoritário e antiburocrático de 68, esse feminismo fazia eco à demanda de uma nova forma de organização política, horizontalizada, sem lideranças, sem separação entre público e privado e com uma nova linguagem. Suas militantes são majoritariamente provenientes de organizações de esquerda, mas é em oposição e até mesmo em ruptura com suas organizações que esse movimento se configura. Nesse contexto, dogmas da esquerda são submetidos a uma crítica frontal. A reprodução dos velhos papéis sexuais dentro das organizações de esquerda, o menosprezo à condição da mulher e ao nascente movimento feminista são denunciados. A tradicional prática da esquerda de subordinar a emancipação feminina à tomada do poder e à eliminação da propriedade privada é posta em xeque. A concepção de revolução como uma mudança meramente jurídica é questionada a partir de uma reflexão que apontava para uma compreensão da revolução como um processo mais abrangente, que envolve um conjunto de desconstruções/reconstruções que não se limitam à tomada do poder e à estatização dos meios de produção. Em alguns casos, a ruptura com a “tradição” da esquerda significou a revisão das hierarquias que norteavam a ação política das organizações, passando a colocar a luta contra o patriarcado como a contradição primordial da sociedade a ser superada¹¹.

¹⁰ Para maiores informações ver: PICQ, F. *Libération des Femmes – Les Années-Mouvement*. Paris: Éditions du Seuil, 1993; GOLDBERG, A. “Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil” In: LUZ, M. T. *O Lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982 e ALBISTUR, M.; ARMOGATHE, D. *Histoire du féminisme français – du moyen age a nos jours*. Paris: Des Femmes, 1977.

¹¹ Para Christine Delphy, uma das teóricas da corrente que ficou conhecida como “feminismo revolucionário”, o “inimigo principal” seria o patriarcado, os homens enquanto classe sexual. Para Delphy estaríamos diante de dois modos de produção:

O MLF não se restringia a essas concepções, porém foge ao escopo deste texto discutir as diferentes correntes desse movimento.¹²

Exílio e Feminismo

É nesse contexto de efervescência do MLF, assim como do movimento feminista em outros países europeus, que muitos brasileiros/as desembarcam na Europa em busca de exílio¹³. O impacto causado pelo contato com o feminismo europeu, particularmente francês, é relatado em diversos depoimentos de exilados/as como fundamental para uma tomada de “consciência feminista”¹⁴. Como aponta Luci Pietrocolla:

um ligado a exploração capitalista e outro relacionado à exploração patriarcal Nas sociedades industriais contemporâneas o modo de produção doméstico seria a base da subordinação das mulheres. DUPONT. O inimigo principal. In: DURAND, E. et. al. *Liberação da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1978. [Dupont era o pseudônimo de Christine Delphy].

¹² As principais “tendências” presentes no MLF são: feminismo revolucionário, feminismo “luta de classes” e psicanálise e política. Para mais informações ver PICQ, Françoise *Libération des Femmes...* op. cit. e GOLDBERG, A. “Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália... op. cit.

¹³ Neste trabalho refiro-me a exílio num sentido amplo, englobando a saída de pessoas do Brasil por banimento (presos políticos libertados em troca de reféns) e em consequência direta ou indireta de perseguição, pressão ou insatisfação política, incluindo auto-exílios que, em alguns casos, se deram sob a forma “camuflada” de cursos de graduação, pós-graduação ou simplesmente viagem. GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação – Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁴ Mas não é possível generalizar essa experiência para o conjunto das mulheres que passaram pelo exílio. Segundo Anette Goldberg: “Muitas mulheres brasileiras viveram efetivamente em países europeus no início dos anos 70 sem sair do Brasil; muitas sequer perceberam a existência de um movimento de liberação das mulheres que se encontrava em pleno apogeu, na fase de proliferação dos grupos de consciência, das grandes passeatas e outras formas de mobilização em torno de questões ligadas ao corpo, à sexualidade, à opressão patriarcal dentro e fora da família, incluindo-se aí as organizações de esquerda”. GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo...* op. cit., p. 70.

O avanço do Movimento Feminista na França na década de 70 é retratado invariavelmente por todos os ex-exilados que lá passaram. Homens e mulheres, ex-exilados políticos, atribuem as profundas mudanças de comportamento pelas quais passaram às discussões e esclarecimentos obtidos nas inúmeras reuniões promovidas por esse Movimento implementado pelas mulheres no exílio.¹⁵

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, esse aspecto é recorrentemente mencionado:

Eu morava num grande conjunto de prédios e tinha um MLAC ali (...) Na universidade em que eu estudava tinha núcleos do MLAC, movimento pela legalização do aborto e da contracepção, isso tinha em toda parte, ou seja, você respirava feminismo. [Sonia Giacomini]

Chegando lá é uma coisa muito presente, as mulheres faziam manifestações, as mulheres escreviam coisas, as mulheres escreviam nos jornais, você tinha um movimento feminista nas faculdades (...) Era uma coisa muito presente na sociedade francesa. Então não tinha como você não ver. [Eliana Aguiar]

Quando eu cheguei na França, o feminismo estava em todo lugar. Uma amiga daqui, que já estava lá, tratou de me contar muitas coisas sobre isso e despertar minha enorme vontade de acessar as questões e o ambiente feminista. [Maria B. Ávila]

Um dado interessante a ser destacado aqui é que, na França, os exilados/as brasileiros eram confrontados com uma realidade na qual alguns privilégios, como o acesso a uma empregada doméstica, eram muito mais exclusivos, restritos somente à elite. Isso, por um lado. Por outro,

¹⁵ PIETROCOLLA, L. *Anos 60/70 O viver entre parênteses: a perseguição política aos revolucionários e suas famílias*. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1995, p. 87.

apresentavam-se-lhes hábitos culturais diferentes, como relatam Regina Bruno e Regina Carvalho:

A sociedade francesa é estruturada pra você lavar seu prato. Quando você se levanta você lava o prato, em cada quarteirão tem uma lavanderia e é acessível, não tem empregada doméstica. [Regina Bruno]

Não havia a mordomia daqui de ter a empregada mal paga, escravizada etc., que fizesse tudo, o que obrigava então a discussão das tarefas domésticas, (...) o questionamento da postura acomodada dos respectivos companheiros que eram revolucionários, mas não faziam nada em casa, não arrumavam a cama, não passavam uma vassoura na casa... E se você tivesse a empregada nunca perceberia isso porque você não vai fazer, o cara não vai fazer mas há alguém que faça e lá não existe isso, só as famílias extremamente ricas é que têm sua criadagem. [Regina Carvalho]

Essa situação suscitava freqüentemente discussões sobre divisão do trabalho doméstico, críticas às posturas dos companheiros e questionamentos que dificilmente surgiriam com a presença de uma empregada. Para Ângela Muniz:

Estávamos numa idade onde muitas de nós começávamos a ter filho, onde as questões da casa, do assumimento dos filhos, iam meio que “escancarando” situações que te possibilitavam pensar ou não sobre aquelas questões. [Ângela Muniz]

É, portanto, nesse contexto, que muitas mulheres vão se deparar com os primeiros questionamentos feministas. Mas esse despertar para os problemas da opressão específica da mulher não foi vivido sem conflitos e contradições. Assumir-se enquanto feminista implicava uma tomada de posição sobre sua própria condição enquanto mulher no contexto mais geral de opressão do conjunto das mulheres. No entanto, muitas vezes, criava-se um status artificial e “intelectualista” de distanciamento com relação aos problemas relativos à condição da mulher, como em relação a algo que dizia respeito somente a uma “outra mulher” abstrata, uma entidade sociológica

na qual a “analista social” não se incluía, como as próprias militantes do Círculo relembram num panfleto:

Podíamos assumir sociologicamente a luta das mulheres, das que estavam lá longe, mas assumir que nós mesmas, que, ainda pior, no exterior, também fazíamos parte da metade da humanidade que sofre no seu dia-a-dia a condição de ser mulher era ainda mais complicado. [DCM]¹⁶

Para uma parte das exiladas, a percepção da opressão específica que recaí sobre as mulheres adquire uma dimensão e uma concreticidade novas em face de um movimento organizado para a sua superação prática. Este, na sua vertente de esquerda, colocava a questão de que, embora a condição última da emancipação da mulher fosse a revolução social radical, a luta deveria começar ainda nos marcos do capitalismo, através de organizações autônomas de mulheres que colocassem em pauta suas discussões específicas. Esse redimensionamento da “questão da mulher” foi, para algumas, o impulso para uma ação e organização de novo tipo.

O primeiro grupo feminista latino-americano surgido no exílio, segundo Ângela Neves, foi o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, que teve suas primeiras reuniões entre 1971-1972. Neste mesmo período, surge no Chile uma organização de mulheres brasileiras, o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, que, ligado ao PCB, reproduzia em grande parte a visão tradicional do partido sobre o trabalho entre as mulheres, não se constituindo efetivamente um grupo feminista (e nem se reivindicava como tal). Já o primeiro grupo mencionado tinha, segundo Ângela Neves¹⁷, todas as características de um “verdadeiro grupo feminista”: tomada livre da

¹⁶ Documentos do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris – citados a partir de agora como DCM. Quando considerar relevante, explicitarei o título (se houver) do documento.

¹⁷ NEVES, A. Femmes brésiliennes em exil: la quête d’une identité. *Cahiers des Ameriques latines*, Paris, julho-dezembro de 1982, p. 114.

palavra, discussão e análise do vivido (*vécu*)¹⁸, recusa da dimensão nacional e autonomia em relação às organizações políticas. Uma das mais importantes atividades do grupo era a produção do boletim bilingüe *Nosotras* a partir de 1974 cuja tiragem, segundo Elisabeth Cardoso¹⁹, era de 100 a 200 exemplares. Esse se tornou um veículo de divulgação das idéias do movimento de liberação e, via uma rede de correspondência, chegou a diversos países, entre eles o Brasil.

Considerado apolítico e sexista²⁰ pelos grupos de esquerda brasileiros, o grupo enfrentou forte oposição, a qual foi um dos motivos de sua dissolução. Segundo Danda Prado, a oposição do Front (um grupo de apoio a exilados) à permanência no grupo das mulheres cujas famílias recebiam auxílio foi um dos motivos da dissolução do grupo²¹. Uma parte das mulheres que havia participado do grupo viria a fazer parte de um outro, o Comitê, similar ao do Chile, que foi reaberto em Paris, mas que, já influenciado pelo contexto francês, apresentava características um pouco diferenciadas do anterior.

Gradativamente, no interior desse Comitê, a influência do movimento feminista francês levou ao surgimento das primeiras contradições entre uma “antiga” visão sobre a “questão da mulher” e outra influenciada pelo movimento feminista francês, que desejava um aprofundamento das questões sobre as relações de poder entre os sexos e uma análise e denúncia mais

¹⁸ Conhecido nos EUA como *consciousness-raising group*. No Brasil essa prática ficou conhecida como grupos de autoconsciência ou de reflexão.

¹⁹ CARDOSO, E. *Imprensa feminista brasileira pós-64*. São Paulo, 2004. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, p. 78.

²⁰ O Grupo Campanha, por exemplo, assim definia este grupo “grupo de intelectuais latino-americanas com a participação de brasileiras como Danda Prado, Norma Benguel, com fortes características sexistas e psico analíticas e com pouca influência na colônia” [DGC – Documentos do Grupo Campanha].

²¹ Segundo Danda Prado “o Front era uma espécie de garantia (...) de atendimento médico, de documentação, de tudo. Essa era a função do Front. E eles proibiram a participação das mulheres no *Nosotras* e no Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris: quem participasse do *Nosotras* estaria fora da rede de ajuda do Front, não teria mais ajuda” (CARDOSO, E. *Imprensa feminista brasileira...* op. cit., p. 83.

ativas da opressão feminina.²² Divergências em torno da participação no Ano Internacional da Mulher²³ seriam o estopim para o rompimento de algumas mulheres (ligadas ao grupo Campanha²⁴) que já se reuniam sob a forma de GBMR (Grupo de Brasileiro de Mulheres Revolucionárias). Nesse contexto, o GBMR decide lançar uma brochura intitulada *Por uma tendência feminina e revolucionária*, chamando à criação de “um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes” para a “constituição de uma tendência revolucionária dentro do movimento de mulheres brasileiras”. [DCM] O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris nasceria desse projeto.

A brochura começa criticando duas experiências de organização de mulheres no exterior: o Comitê no Chile e o reaberto na França, caracterizadas como “iniciativas amplas, comitês de massa”, cujas discussões giravam entre

²² NEVES, A. Femmes brésiliennes... op. cit., p. 113.

²³ O GBMR denunciava o Ano como “um projeto de capitalização política do movimento de mulheres pela burguesia, além do projeto de controle demográfico que estava por trás dele”[DGC] e defenderam a não participação do Comitê nessas atividades.

²⁴ O grupo Campanha surgiu no Chile, em 1972, a partir da iniciativa de militantes da organização brasileira Fração Bolchevique, e se estruturava a partir da confecção de um jornal homônimo. Praticamente inexistem relatos sobre essa organização. Cito abaixo um trecho da entrevista de Regina Carvalho, membro fundador do grupo: “Como nós estávamos desautorizados pela organização, por conta de que a prisão tinha acontecido num momento de luta interna, de divergências dentro da organização – principalmente o Nilton, que era quem cabeceava essa discussão –, tinha se exilado, tinha saído. Então eu acho que a organização não reconhecia nele e em nós, as três outras militantes, não nos reconhecia como representantes dela. Então o Campanha foi uma tentativa disso, de ter uma representação, de ter uma cara.” O grupo tem continuidade na França, depois do golpe no Chile, e se amplia significativamente neste país. Segundo as entrevistadas (Sônia Calió, Regina Carvalho e Maria Betania Ávila) o Campanha teve contato com o feminismo via LCR (Liga Comunista Revolucionária), organização com a qual tinham proximidade e que tinham uma discussão acumulada sobre a questão e militância no MLF. Para Sônia Calió Campanha foi pioneiro na incorporação de algumas questões: “O Campanha tinha um discurso muito aberto... ele discutiu a sexualidade, discutia a homossexualidade, todos esses temas maiores, mais importantes para a esquerda, ele estava na linha de frente.” Apesar de ressaltar os limites dessa incorporação.

o “assistencialismo social, estudo de Engels e preocupação exclusiva com os aspectos da mão-de-obra feminina”. Diante desse quadro, é proposta a criação de um novo grupo:

Este documento é um apelo à criação de um Círculo de discussão com as companheiras que estejam de acordo com os pontos políticos essenciais deste documento e que se disponham a aprofundar esta linha de posições e desenvolver uma atividade no sentido de formação desta tendência revolucionária. [DCM]

É interessante notar que o panfleto, segundo o acorde das análises calcadas na obra engelsiana, aponta como origem da opressão da mulher o surgimento da propriedade privada. No entanto, não reproduz a equação abolição da propriedade privada = emancipação. Com efeito, ao abordar a questão do papel da mulher na reprodução do sistema capitalista, acentua a dimensão ideológica envolvida e suas implicações no que concerne à revolução socialista. Não se trata apenas da importância do serviço doméstico gratuito no seio da família na redução dos custos da reprodução da mão-de-obra e, portanto, dos custos do capital, que, como o panfleto aponta, é um elemento essencial na conservação do sistema capitalista. A família teria um importante papel na reprodução dos valores da ideologia dominante. Essa compreensão exigia uma reformulação da concepção de revolução defendida por muitos partidos de esquerda. O panfleto rechaça a concepção de revolução como “apenas uma mudança institucional”, pois uma de suas dimensões mais essenciais é “a revolução da vida cotidiana”. A “verdadeira revolução” seria aquela que muda não somente a estrutura econômica, mas que se dispõe a varrer a ideologia burguesa, de modo que, no centro dessa luta, deve constar a destruição da família burguesa, “seu papel de célula da estrutura capitalista e de perpetuação da ideologia dominante”. Nesse sentido, criticam as experiências “socialistas” porque “tocaram muito pouco ou não tocaram na família como célula da sociedade”, apesar dos avanços em relação à “questão da mulher”.

O panfleto deixa claro que a liberação das mulheres não será alcançada dentro do capitalismo. Por outro lado, opõe-se energicamente à concepção de que a luta de liberação das mulheres deve ser adiada para depois da

revolução. Nesse sentido, arrola as reivindicações imediatas que representariam melhorias relativas nas condições das mulheres ainda sob o regime capitalista: mesma educação para meninos e meninas; igualdade de acesso à formação profissional; igualdade salarial para trabalho igual; creches e refeitórios nos locais de estudo e trabalho e nos bairros; aborto e contracepção livres e gratuitos; proibição do uso da imagem da mulher para fins publicitários, dentre outros. E reivindica um duplo princípio prático-organizativo: a autonomia do movimento em relação das organizações partidárias e composição exclusivamente feminina. O segundo aspecto é justificado nos seguintes termos: “só nós podemos nos organizar, porque não há melhores defensores de uma causa que suas próprias vítimas”, “porque fomos nós que fomos segregadas, caladas, obrigadas a submeter-nos ao macho”, “só nós fomos capazes de compreender nossa própria opressão e transformar a consciência em luta”.

Em janeiro de 1976, realizou-se a primeira assembléia das mulheres que estavam de acordo com a brochura. Nasceu, então, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris

O Círculo funcionava através de reuniões de subgrupos temáticos e assembléias. Os subgrupos eram pequenos grupos (até 10 pessoas)²⁵ que se reuniam a partir de preferências temáticas e/ou afetivas. Essa é uma característica organizacional dos grupos feministas que adotam a prática dos grupos de consciência, chamados pelas militantes de *vécu*. Cada subgrupo tinha um tema que era sua pauta prioritária – mas não exclusiva – sexualidade, educação, imprensa feminista, teatro, trabalho feminino, dentre outros.

A principal atividade dos subgrupos era o *vécu*. O *vécu* era um momento em que se falava do cotidiano, do vivido, deste modo, era um momento de expressão da particularidade. Por outro lado, na medida em

²⁵ COSTA, A. et. al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 413.

que permitia, a partir da expressão do particular, o seu reconhecimento na troca, tornava-se um momento de reconhecimento, que referia o particular à universalidade de sua determinação. Nesse sentido, recorda Eliana Aguiar:

Coisas que você vivia isolada, sozinha, que achava que era teu problema pessoal e que não tinha solução e tal, de repente ser questão de todas as mulheres.

O cotidiano era assim politizado, forjando uma identidade comum:

Você tinha um espaço em que você podia discutir as suas coisas que eram consideradas as suas coisas privadas sem interesse, muito abaixo da política, de repente elas aparecem como a política, aquilo era fazer política (...) Você a partir daquela coisa que é sua e pessoal você está discutindo política. [Eliana Aguiar]

Nas assembléias, reuniam-se todas as mulheres do grupo e eram discutidos temas considerados importantes e tomadas decisões coletivas. Para Ângela Brito, militante do Círculo, a dinâmica dos subgrupos/assembléias seria a seguinte:

nas Assembléias Gerais e nos panfletos, elas tratavam, antes de tudo, de temas políticos como a solidariedade à luta das mulheres brasileiras, feministas ou não, e sobretudo às lutas das operárias, a defesa das presas políticas, a luta pela anistia, a luta do povo brasileiro contra a ditadura. Nos subgrupos, que se reuniam mais freqüentemente, as discussões sobre a vida privada e o cotidiano ganhavam ritmo, a criação de novos subgrupos sobre a sexualidade, o corpo, a maternidade, contribuiu para que brotassem novas relações entre elas e surgisse uma nova forma de solidariedade entre estas mulheres que por tanto tempo disto haviam sido privadas. Uma nova identidade se esboçava.²⁶

²⁶ BRITO, A. *apud* ROLLEMBERG, D. *Exílio: Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 217.

A idéia de formação do Círculo partiu, como vimos, de mulheres vinculadas ao grupo Campanha. Regina Carvalho relata que, convencidas da necessidade de ampliar o grupo, elas lançaram a brochura e convidaram mulheres ligadas a outros partidos para se vincularem a esse novo grupo. O núcleo inicial era composto, portanto, por militantes de organizações no exílio e pelas fontes a que tivemos acesso estas continuam sendo maioria no grupo durante toda a sua existência. Todas as oito entrevistadas tinham algum tipo de vinculação com organizações políticas no exílio (militante ou “área próxima”, como diziam) apesar de somente três (Regina Carvalho, Ângela Muniz e Glória Ferreira) terem tido militância no Brasil. Estavam presentes no Círculo, segundo os depoimentos, militantes das seguintes organizações políticas: Campanha, MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), POC (Partido Operário Comunista) e PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Alguns agrupamentos parecem não ter participado do Círculo (ou tiveram uma participação muito pequena), segundo as próprias entrevistadas, tais como o PCB e o grupo Debate, por divergências tanto político-partidárias como quanto em relação à “questão da mulher”.

De acordo com Ângela Xavier de Brito, as militantes viviam “constantemente dilaceradas entre duas lealdades: à organização política e à autonomia do movimento de mulheres, muito mais visceral”²⁷. A postura de muitas das organizações atuantes no Círculo foi de, num primeiro momento, vê-lo como uma área de atuação do partido, um espaço em disputa, postura que aos poucos vai sendo modificada pelas próprias militantes e substituída por um maior respeito à autonomia do movimento:

Estava muito claro para o grupo ampliado que nós [do Campanha] elaborávamos antes como grupo, como partido político, como grupo político (...) Mas por outro lado éramos as pessoas absolutamente apaixonadas por aquele trabalho sobre as mulheres e que a gente transcendia o que era discutido no Campanha.
[Regina Bruno]

²⁷ ROLLEMBERG, D. *Entre raízes e radares...* op. cit., p. 217.

[Para Regina Carvalho] “Viemos como militantes para influir desta ou daquela maneira. Só depois é que descobrimos, na própria dinâmica do grupo, que o movimento feminista é muito mais que a intervenção política num movimento de mulheres. (...) Acho que o grande salto que a gente deu nesse processo de grupo é não ver o Círculo como uma atividade política, não tentar intervir aqui assim ou assado”.²⁸

Devido ao contexto no qual estava inserido, o Círculo precisou reafirmar recorrentemente sua concepção “*revolucionária*” de feminismo, se diferenciando de outras correntes do movimento. O feminismo, afirmavam, não implicava uma “guerra entre os sexos” e nem o abandono da perspectiva revolucionária. Na Carta Política, provavelmente o primeiro documento público do Círculo, elas afirmam: “Nosso objetivo não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista”, “A luta contra nossa opressão específica se integra à luta contra um sistema no qual o homem também é oprimido” – afirmam se diferenciando do sexismo – (...) A organização de nós mulheres contra nossa opressão específica, vinculada ao processo de luta do proletariado permitirá a criação de novas relações coletivas se opondo sob todos os terrenos à ideologia dominante, e permanece como um objetivo até o surgimento de uma humanidade desalienada no senso mais geral do termo” – reafirmando sua perspectiva revolucionária. Mas uma perspectiva revolucionária que não relegava a liberação feminina para o momento pós-revolucionário.

A postura de constante autojustificação era fortemente influenciada pela necessidade de definir, perante as organizações e a comunidade exilada, em que campo político estava o Círculo:

Eu acho que a necessidade da afirmação marxista foi muito no início para que nós não fôssemos renegadas por nossas respectivas organizações. É dizer: olha aqui, nós somos marxistas,

²⁸ COSTA, A. *et al. Memórias das mulheres do exílio*. op. cit., p. 420.

nós somos socialistas, nós vamos fazer a revolução, não se preocupem! Estou um pouco fazendo uma caricatura. [Regina Carvalho]

Essa postura começa a modificar-se na medida em que o Círculo vai se ampliando, não só com a entrada de mulheres militantes, mas também com o ingresso de mulheres sem nenhum histórico de militância, passando a abrigar no seu seio parentes de refugiados, a “mulher de comunista”, como elas chamavam pejorativamente, e pessoas sem vinculação com organizações. O critério de entrada torna-se mais fluido e o Círculo adquire novas dimensões.

Nesse contexto, a reafirmação de posições políticas “mais gerais” gradativamente parece ter cedido lugar a discussões mais particulares: “se é pra construir desde hoje, por onde? (...) e hoje na educação como é que a gente transforma isso, a questão da sexualidade...” [Regina Carvalho]. “E nós? E nosso vécu? Nossa própria experiência enquanto mulheres? Nossa consciência feminista? Que devemos fazer?” [DCM] Essas questões levantadas pelas militantes parecem retratar essa alteração. Essa mudança, para Regina Carvalho, está relacionada a uma convergência de fatores: o contexto francês de um movimento que pensava nessas questões do cotidiano, a maior aceitação do Círculo por parte das organizações de esquerda, diminuindo a necessidade de reafirmação de posturas socialistas, a entrada de novas militantes e a mudança de postura das antigas militantes do Círculo. Contudo, esses fatores não atuaram separadamente:

a entrada dessas mulheres foi possível porque as militantes também queriam isso, porque a sociedade francesa também abria essa discussão, eu não sei dizer o que determinou o que mas eu acho que tudo chega junto. [Regina Carvalho]

Atividades externas

A primeira atividade pública do Círculo foi realizada em junho de 1976, seis meses após as primeiras reuniões do grupo. Foi organizada uma

“soirée” sobre a questão da mulher e o feminismo com o objetivo de sensibilizar a colônia brasileira e a esquerda exilada para a questão. O Círculo expôs trabalhos feitos pelos subgrupos e projetou o filme “Sal da Terra” com um debate na seqüência. É neste evento que o Círculo torna pública sua Carta Política, cujo conteúdo não se diferencia, de uma forma geral, daquele apresentado na brochura “Por uma tendência feminina e revolucionária”. O ano de 1977 foi um ano bastante ativo para o Círculo. Ele marca, além de um grande crescimento do grupo, uma progressiva legitimidade frente às organizações políticas além de um estreitamento de laços com o movimento feminista francês.

Na comunidade exilada, o Círculo é chamado para debates, atividades públicas, eventos promovidos pelo CBA (Comitê Brasil Anistia) etc. Exemplo disso é a participação do Círculo, em janeiro de 1977, numa jornada na qual distribui um panfleto de solidariedade às prisioneiras políticas no Brasil “La repression est chaque jour plus forte et elle n’ a pas de frontières! La solidarité aussi doit briser les frontières!” e a participação, em dezembro de 1977, no dia de solidariedade ao povo brasileiro organizado pelo Comitê Brasil Anistia no qual o Círculo participa de debates e faz a divulgação do grupo através do panfleto “Le Cercle des femmes brésiliennes”.

O Círculo obtém reconhecimento da comunidade e pouco a pouco introduz suas questões no âmbito mais amplo da esquerda brasileira exilada. Há uma mudança de postura de parte da comunidade exilada, para a qual a influência do Círculo foi importante. Em um documento de “Balanço” do grupo Campanha, em que se avalia a “realidade do exterior”, podemos ler:

Já não se discute mais a validade ou não do feminismo, mas ‘que feminismo nós queremos’. Já não se discute a necessidade de organizar ou não as mulheres, mas qual a forma de organização de mulheres que queremos.

Isso se deu principalmente pelo surgimento de iniciativas de organizações de mulheres no Brasil, pela própria dinâmica do movimento a nível internacional e pelo trabalho desenvolvido pelo Círculo na colônia. [DGC]

O Círculo manteve-se sempre em contato com o movimento feminista francês. Segundo as entrevistadas, o Círculo tornou-se conhecido e as organizações feministas francesas sabiam de sua existência. Os contatos davam-se das mais diversas formas, como comenta Maria Betânia:

Os contatos eram variados: tinha pessoas que também participavam de grupos de militância feminista francesa. Outras tinham contato permanente. E com certeza todas participavam das grandes mobilizações, passeatas, debates do movimento feminista francês. Mas os contatos eram, sobretudo, com as correntes do movimento autônomo e com as mulheres feministas da LCR.

Bem, na minha referência. Mas acho que houve também grupos que tinham contato com as socialistas e do partido comunista.
[Maria B. Ávila]

O Círculo procurava se inserir no movimento, procurava se integrar... era um momento muito forte do movimento francês, um momento de pique, era um movimento que existia, um movimento social constituído por vários grupos, mobilizações (...) O Círculo se alimentava dessa riqueza, procurava reuniões, seminários, chamava debates, estava presente nas passeatas, no 8 de março...
[Regina Bruno]

Um dos eventos mais importantes, fruto desse contato, foi o *Parole aux Femmes de l'Amérique Latine*, promovido pelo jornal *Information des femmes* como parte das comemorações do 8 de março de 1977. Este evento reuniu, segundo Araújo²⁹, 500 mulheres latino-americanas e francesas. O Círculo preparou uma brochura “*Parole aux femmes du Brésil*” para ser entregue no encontro com o objetivo de promover uma maior aproximação com o movimento feminista internacional e denunciar “a exploração específica da mulher no

²⁹ ARAÚJO, A. Hacia una identidad latinoamericana – Los movimientos de mujeres en Europa y América Latina *Nueva Sociedad* n. 78, s.d., p. 92.

Brasil”³⁰. Este evento permitiu um estreitamento de laços com os grupos franceses e uma aproximação com mulheres latino-americanas. Deste encontro surgiria a *Coordinación de Mujeres Latinoamericanas*, do qual o Círculo fez parte. O Círculo, em conjunto com essa coordenação, promoveu atividades tais como: panfleto comum contra a repressão na Argentina e outro para o desfile de 1º de maio, participação em manifestações, etc³¹.

O Círculo publicou artigos em revistas francesas com o objetivo de divulgar a situação da mulher brasileira. Em janeiro de 1977, foi publicado um artigo no jornal *Rouge* denunciando as esterilizações forçadas promovidas pela BENFAM. (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar). Em 1978, aparece outro na revista *Cahier du féminisme* n.9 (abril-maio 1978), conclamando o movimento feminista francês a se mobilizar pela libertação de cinco mulheres presas em Portugal por motivos políticos. Também em 1978 escreve um artigo na revista feminista *Histoire d'elles* (n.5, março-abril, 1978), criticando o livro *Brasileiras*, publicado pela Editions Des Femmes. Documentos fazem referência a dois artigos publicados no jornal *Information des femmes*, um sobre o Círculo, um sobre a BENFAM, aos quais não tive acesso.

Em meados de 1978 o Círculo publica o seu primeiro boletim, composto por materiais produzidos pelo grupo durante os anos de 1977 e 1978. Data também de 1978 a “Pochette”, uma compilação de materiais do Círculo de diferentes períodos que incluía textos de subgrupos, propostas de trabalho, aproximação com o movimento feminista internacional e denunciar “a exploração específica da mulher no Brasil”³². No início do ano de 1979, saiu o primeiro

³⁰ Com o objetivo de divulgar as iniciativas feministas brasileiras, o grupo reproduz os editoriais do *Brasil Mulher* n 1 e 6 e do *Nós Mulheres* dos números 1 e 3 e traçam um breve histórico das lutas das mulheres no Brasil remontando ao início do século XX. Os outros textos abordam temas relacionados à mulher brasileira (depoimentos de mulheres trabalhadoras e de prostitutas, trabalho feminino e seus problemas – dupla jornada, menor salário etc –, controle de natalidade e esterilização forçada, aborto, prisioneiras políticas e movimentos de mulheres contra a carestia.)

³¹ Além de alguns panfletos elaborados por essa Coordenação, não há muitas referências à participação do Círculo neste grupo.

³² A “POCHETE” constitui uma importante reunião de materiais produzidos pelo círculo e foi um material colocado à venda.

jornal do Círculo de Mulheres “Agora é que são elas” que aborda temas diversos tais como: imprensa feminista, campanha internacional pela legalização do aborto, informações sobre eventos ligados à condição feminina realizados no Brasil, entre eles, o Congresso da Mulher Paulista dentre outros. Data também do ano de 1979, o dossiê “Quelques questions sur la situation de la femme aujourd’ hui au Bresil”. São 27 páginas de informações sobre diversos grupos de mulheres existentes no Brasil (Centro da Mulher Brasileira, Clubes de Mães, Centro de desenvolvimento da mulher brasileira e Movimento feminino pela Anistia) imprensa feminista (Brasil Mulher e Nós Mulheres) e encontros de mulheres (Encontro nacional de Mulheres e 1º Congresso da Mulher Paulista).

Concepção de feminismo

A idéia de feminismo partilhada pela maioria das mulheres brasileiras recém-chegadas à França era bastante pejorativa. Com efeito, muitas delas tomavam o feminismo de maneira semelhante à “herança contestada”, isto é, como um movimento pequeno-burguês que lutava por uma igualdade formal nos marcos do capitalismo, não atingindo, portanto, a raiz das desigualdades entre homens e mulheres. Mesmo depois dos primeiros contatos com o movimento feminista francês havia ainda uma certa reticência em reivindicar-se como feminista. O documento que chama a criação do Círculo “Por uma tendência *feminina* e revolucionária” (ênfase minha) não menciona em nenhum momento a palavra feminismo. Este fato está ligado a uma série de fatores: a imagem estigmatizada do feminismo – reduzido ou à tendência liberal ou ao sexismo – partilhada por essas mulheres, a rejeição da luta feminista por parte da esquerda como um todo, determinada concepção de revolução, etc. Mas não demoraria para que essas concepções fossem alteradas. Profundamente influenciado pelo ascendente movimento feminista francês e pela produção teórica feminista, o Círculo se insere de forma ativa num movimento de profunda crítica à tradição socialista no que se refere à “questão da mulher”.

Para o Círculo, haveria dois tipos de “opressão”: uma geral, relacionada à dominação de classe, à exploração da classe capitalista, que atinge homens e mulheres, e outra específica da mulher, que antecede o capitalismo, mas que pode servir a seus propósitos³³. Mas a percepção de uma opressão específica das mulheres parece não tê-las conduzido à utilização do conceito de patriarcado, ausente nos documentos do Círculo, privilegiando termos como “machismo” e “opressão específica da mulher”. Embora algumas feministas marxistas também utilizassem o conceito de patriarcado, é possível que a ausência deste refletisse uma tentativa de distanciamento do feminismo radical e da perspectiva segundo a qual o patriarcado seria uma esfera autônoma que mantém com o conjunto das relações de classe uma relação de exterioridade (tal como defendiam alguns setores do feminismo radical e do feminismo marxista).

Para o Círculo, a exploração econômica e a opressão sexista são duas determinações que se entrecruzam para configurar uma mesma realidade. Como consequência dessa interconexão de opressão/exploração, a opressão não é um fenômeno homogêneo, mas assume diferentes modos e graus de acordo com a classe social. É por isso que o Círculo rejeita a possibilidade de uma união de todas as mulheres contra uma opressão “comum”: a opressão incidiria diversamente sobre mulheres de diferentes classes sociais.

A opressão das mulheres toca diferentemente cada classe social de um lado se combina com privilégios, de outro com exploração. Não consideramos portanto, que existam questões exclusivamente femininas que unificariam todas as mulheres numa luta comum contra uma opressão comum. [DCM – Carta Política]

O feminismo deveria fazer uma opção de classe. Segundo a interpretação do Círculo, apesar de a opressão atingir todas as mulheres, a

³³ Apesar disso, afirmam, num registro um pouco diverso, que “*a causa fundamental da opressão, que é o capitalismo, não pode ser abolida apenas pelas mulheres, nem por uma coalizão de mulheres de todas as classes*”. (ênfase minha)

resposta a ela é diversa, conformando tendências no movimento que refletem interesses de classe diversos.

A variedade de tendências presente reflete os interesses de classe dos diversos grupos de mulheres que participam. É nesse sentido que nós cremos que o movimento feminista não pode eludir a luta de classes, mas que ele deve se situar em relação com essa luta [DCM]

Deste modo, segundo a interpretação do Círculo, haveria uma “resposta burguesa”, uma “resposta sexista”, uma “resposta reformista” e uma “resposta luta de classes”. A “resposta burguesa”, conhecida como “feminismo liberal”, é rejeitada por considerar possível uma liberação plena das mulheres nos marcos do sistema. A “resposta sexista” – que postula a existência de dois modos de produção, familiar e industrial, e que vê as mulheres como classe – não compreenderiam que “o trabalho doméstico e a família patriarcal não existem independentemente do sistema capitalista, se mantém e se transforma com o capitalismo”[DCM] A “resposta reformista”, propagada pelos partidos comunistas e social-democratas, teria como elementos principais a subsunção da organização das mulheres ao partido, de sua pauta específica às questões mais gerais e, finalmente, da solução do problema da mulher à revolução socialista.

Para o Círculo, a única resposta admissível seria a “resposta luta de classes”, que implicava a articulação da luta de classes com a luta das mulheres. As mulheres deveriam se organizar autonomamente em torno de suas reivindicações específicas, mas também se articular com o movimento operário em busca de uma revolução social.

A consonância entre o ideário do Círculo e o que elas chamam “resposta luta de classes” é perceptível sobretudo na insistência em que a luta pela emancipação feminina e a luta pela emancipação da humanidade não são possíveis uma sem a outra. O feminismo era concebido pelo Círculo como uma dimensão essencial da própria luta socialista – não há socialismo sem liberação da mulher e não há liberação da mulher sem socialismo. Nesse sentido questionam a prática mecanicista que consiste em adiar a luta contra a opressão feminina para depois da revolução:

A mulheres começaram a dizer não, depois não, é impossível você pensar numa sociedade no futuro igualitária, libertária, sem tratar da questão da opressão das mulheres, da opressão dos negros, da opressão dos homossexuais desde agora, tem que estar no projeto, não tem que estar depois, porque se não você vai estar fazendo torto desde o começo. [Eliana Aguiar]

Eu acho que a gente foi muito influenciada, em termos organizacionais, pela crítica que se fazia naquele momento aos partidos de esquerda, às organizações de esquerda, toda a crítica ao stalinismo, toda crítica que se fazia então à idéia de que havia uma contradição principal na sociedade e que devia ser resolvida, que era a contradição de classe (...)... é como se resolvendo essa principal o resto viria por si mesmo e toda a experiência histórica tinha mostrado que não era bem assim, que as lógicas de opressão e de exploração se interconectavam mas não de uma maneira mecânica, você não resolvia uma através da outra, havia um imbricamento. [Sônia Giacomini]

Na visão do Círculo, a revolução não seria uma mudança meramente institucional. O processo revolucionário não mais se limitaria à tomada do poder e à estatização dos meios de produção, não seria

uma conquista definitiva e acabada, que se realizará num futuro longínquo, mas um longo processo de rupturas no qual se inserem as pequenas lutas que enfrentam o poder burguês e apontam para uma sociedade de novo tipo, anti-autoritária, auto-gerida e profundamente democrática. [DCM]

Recusamos uma prática mecanicista que consiste em subordinar a luta ideológica contra os valores da burguesia à transformação última e definitiva das bases materiais da sociedade burguesa. As ideologias sobrevivem e desempenham um papel conservador no interior de uma sociedade – os aspectos ideológicos da opressão feminina (a mulher objeto sexual, a mulher apolítica, a mulher resignada) – servem para perpetuar e reproduzir as relações sociais da sociedade capitalista burguesa [DCM]

Apesar de representar um questionamento das bases fundamentais de todo o sistema, o feminismo não seria capaz de levar a cabo uma luta

contra o capitalismo, daí a necessidade da organização revolucionária. Mas esse movimento tem o papel de levar a questão da mulher para o movimento operário e para a organização revolucionária. Assim, defendem que as lutas feministas se integrem à plataforma de lutas mais amplas. É a idéia de dupla militância, ou seja, a militância feminista concomitante à militância em organizações políticas. A auto-organização das mulheres seria essencial para uma luta efetiva contra o machismo existente no bojo do próprio movimento socialista:

[Questionam-se inicialmente]“Haveria um interesse por parte dos homens em manter as mulheres em uma posição de inferioridade?”, “O machismo interessa às organizações políticas? As organizações políticas são machistas?

Os homens não renunciam espontaneamente os seus privilégios, o “conforto” da vida quotidiana (...) A ideologia machista e as “vantagens” imediatas que isto proporciona ao homem é uma das razões que explica porque o movimento operário não assumiu até hoje, senão parcialmente as reivindicações feministas, e explica também porque as mulheres se sentem incapazes de assumir as lutas políticas. [DCM]

Mas essa organização feminista deve ser autônoma. A autonomia estaria vinculada não só à necessidade de se abordar questões específicas da mulher, mas também à possibilidade de uma crítica feminista à política. Essa se constituía numa importante questão para o grupo.

Feminismo é, a nosso ver, a organização e o combate de nós, mulheres, contra a nossa opressão específica vinculada ao movimento social pela criação e novas relações coletivas, se opondo em todos os terrenos à ideologia dominante. Objetivo que permanece até o surgimento de uma humanidade desalienada, no sentido mais amplo do termo. [DCM]

Feminismo, para o Círculo, implicava também uma crítica da política tradicional, que separa o público do privado e considera este último de menor

importância, e a percepção de que, nesses fatos cotidianos e aparentemente desprovidos de importância, estão presentes elementos do que convencionalmente se chamava de “grande política”. À crítica feminista caberia romper com a idéia de que o poder está localizado somente no Estado, “politizar o cotidiano e romper a separação público/privado: contra as formas moleculares de poder, contra a separação artificial entre as reivindicações específicas e as reivindicações mais gerais da sociedade” [DCM]. Para Eliana Aguiar, esse aprendizado marcou sua trajetória no Círculo:

você começa falando do *vécu* e daqui a pouco você está discutindo política (...) você a partir de sua experiência pessoal você começa de repente a descortinar a vida política e a participar da vida política a partir daquilo e não ao contrário, vem alguém, sei lá, alguém que vai te ensinar a política ou que vai te trazer a política, a política está ali na sua vida e a partir dali você começa a perceber um monte de questões que não te ocorriam antes...

Principais temas de debate

Aborto, violência sexual, sexualidade, trabalho doméstico, relações sociais e relações políticas entre os sexos são, segundo Françoise Picq³⁴, temas que surgem já nas primeiras publicações do MLF e que estarão presentes durante toda a trajetória do movimento. O Círculo acompanhou muitos desses debates e os incorporou em suas discussões. Além dos temas mencionados acima, destacam-se na pauta de discussão do grupo temas ligados à realidade brasileira tais como imprensa feminista e movimento feminista brasileiro. Restringir-me-ei a comentar três temas que são centrais nos documentos do Círculo: sexualidade, imprensa feminista e movimento feminista brasileiro.

³⁴ PICQ, F. *Libération des femmes...* op. cit., p. 35.

Sexualidade

Sexualidade era um debate muito presente no movimento feminista francês, incluindo aqui temáticas relacionadas ao corpo, violência, aborto, contracepção, estupro, dentre outros. Estes temas estão também muito presentes no Círculo. A discussão sobre o corpo parece ter sido o eixo central organizador dessa temática. Os corpos disciplinados, vistos apenas na sua função procriativa, a ignorância da mulher sobre o seu próprio corpo, a falta de prazer feminino, a sexualidade vivenciada com culpa, o estupro, o poder médico como detentor do saber sobre o corpo e disciplinador do mesmo serão alvo de crítica nas discussões do grupo. Essas questões eram objeto privilegiado de um subgrupo, o “sexualidade” ou “picpus”³⁵, que parece ter sido um dos mais ativos do Círculo, mas permeava também os mais diferentes assuntos, vivências e questões discutidas no Círculo como um todo. Em um dos documentos do Círculo, podemos ler:

É tempo de assumir nossa sexualidade. De refutar a relação com o nosso corpo modelada pelo prazer masculino. Não queremos mais nos sentir muito magras ou muito gordas, muito grandes ou muito pequenas. Nós não queremos mais seguir o modelo estereotipado de um corpo que para nós mesmas é cheio de dúvida e insatisfação mas que serve docilmente ao prazer do outro. Nós queremos a liberdade e a plenitude do prazer sexual sem a angústia solitária de atingir as regras. Nós queremos abortar quando é necessário sem nos sentir culpadas, sem pagar preços exorbitantes e inacessíveis. Nós nos opomos ao poder médico que nos intimida. [DCM]

“Nosso corpo nos pertence” era um lema do movimento feminista. Era necessário reapropriar-se desse corpo, conhecê-lo, tocá-lo, fazê-lo fonte de prazer, desvinculá-lo da reprodução, afirmavam. Era preciso criticar o poder médico que detém o conhecimento sobre o corpo, disciplinando-o e justificando a hierarquia entre os “sexos”, e que, utilizando-se de uma linguagem técnica e de difícil acesso, afastava esse conhecimento das

³⁵ Picpus é o nome de um bairro (quartier) francês. Era provavelmente o bairro no qual ocorriam as discussões desse subgrupo.

mulheres, conhecimento, ademais, ancorado na pressuposição de uma “natureza feminina” e na visão dos corpos femininos unicamente como o lugar da reprodução. Vulgarizar as informações “médicas”, incentivar o auto-exame, enfim, “tomar em mãos o corpo” se colocava como bandeira.

Nós vamos buscar toda a informação que sempre nos foi negada. Nós vamos tatear o nosso corpo, descobrir o prazer, buscá-lo ativamente nas nossas relações sexuais. Nós vamos conversar, conversar, soltar mesmo a língua, chorar juntas a dureza de jogar fora essa bagagem de opressão. Nós vamos rir muito juntas, meio espantadas ainda, a cada avanço, a cada nova sensação. [DCM – “Subgrupo sexualidade”]

Eliana Aguiar considera esse trabalho de auto-conhecimento do corpo promovido pelo Círculo como fundamental:

Eu me lembro que as coisas mais importantes (...) que o Círculo fez, foi todo o trabalho com todas as mulheres de autoconhecimento do corpo. Então, você tinha toda uma discussão dentro do Círculo sobre o poder médico, que mantém as mulheres na ignorância do seu próprio corpo, que com toda aquela terminologia afasta disso, então se fez um trabalho pessoal, cada uma, de auto-conhecimento do corpo, de olhar, de examinar, de ver como é que é, de falar sobre isso. [Eliana Aguiar]

A ignorância da mulher sobre seu próprio corpo e a repressão da sexualidade serviria aos interesses do capitalismo, que teria assim em mãos o poder de impulsionar ou reprimir a natalidade quando conveniente. Nesse sentido, era imperativo desvincular o sexo da reprodução e, por isso, lutar pela legalização e gratuidade dos métodos contraceptivos e do aborto. “Nós queremos os filhos que quisermos, na hora em que quisermos...” era um lema que se impunha. Criticavam, porém, as políticas de controle de natalidade promovidas pela BENFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar) que impunham métodos contraceptivos a mulheres pobres – sem lhe dar opções quanto ao uso de outros métodos – e promoviam esterilizações sem o conhecimento e consentimento da mulher.

Além disso, o sexo não podia ser encarado como uma obrigação pelas mulheres ou como a satisfação de um desejo incontrolável dos homens. A relação sexual não desejada pela mulher é uma violação de sua condição de ser portador de desejos e vontades. Por isso, afirmam que “quando uma mulher diz não, é não!”. O estupro, exercício de dominação levado ao extremo, é duramente criticado, assim como toda tentativa de culpabilização da mulher, manifestação dessa mesma dominação. Essa questão tornou-se candente para o Círculo com o caso de estupro sofrido por uma brasileira na Bélgica. O Círculo se mobiliza intensamente para o julgamento, entrando em contato com o movimento francês e belga. Nesse processo, essa brasileira se integra ao Círculo, o que, segundo a mesma, foi fundamental para a superação do trauma e questionamento da culpabilização:

... todas essas conversas me possibilitaram digerir essa coisa muito bem, de uma maneira, com muita rapidez e se transformou pra mim numa página virada, numa coisa do passado, uma experiência horrorosa e tal, mas acabada, não ficou como uma coisa pesada, uma coisa mal resolvida.

Imprensa feminista e movimento feminista brasileiro

Entre os temas discutidos pelo Círculo, a “realidade brasileira” sempre figurou como uma questão relevante. O Círculo se mantinha sempre atento ao que acontecia no Brasil, principalmente aspectos referentes à condição da mulher brasileira. As militantes do Círculo acompanhavam com grande interesse o surgimento dos primeiros grupos, primeiros jornais, congressos, eventos, além de obras publicadas cuja temática era a condição da mulher no Brasil.

Era uma preocupação do Círculo manter-se bem informado sobre o que acontecia no Brasil e divulgar isso no exterior. O Círculo, em diversos eventos dos quais participou, denunciava a ditadura militar brasileira, enfatizando a situação das presas políticas, a condição da mulher no Brasil, e divulgava os grupos e iniciativas feministas brasileiras. Exemplo disso são

os diversos panfletos e textos com essa temática escritos pelo Círculo ao longo de sua trajetória mencionados no item “atividades externas”.

Um dos objetivos do Círculo, recorrentemente referido, é, além de estudar a realidade brasileira, “estabelecer laços permanentes com o movimento feminista de nosso país e levar-lhe uma solidariedade ativa”[DCM], contato que deveria envolver troca de experiência, envio de material por ambos, divulgação do material publicado no Brasil etc. A imprensa feminista atraía muito interesse, particularmente os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Um subgrupo se estruturou em torno dessa temática, o “imprensa feminista”. Este promovia leituras dos jornais, escrevia comentários sobre estes e chegou a contatar grupos responsáveis pelos jornais. Sobre isso lembra Maria Betânia Ávila: “Os jornais eram lidos, analisados, discutidos e havia uma comunicação com o Brasil. Os jornais chegavam por vias diferentes. Quem tinha acesso, socializava os jornais”. Há um farto material sobre grupos de mulheres e feministas brasileiros e sobre eventos relacionados à questão entre os documentos do Círculo.

O Círculo, portanto, não se limitou a tomar conhecimento dos grupos de mulheres e feministas brasileiros e divulgá-los no exterior, procurou também estabelecer contatos com esse movimento, contatos que deveriam envolver troca de experiência, envio de material, etc. Sobre essa troca, comenta Ângela Muniz:

Eu acho que a gente teve um apoio muito grande do movimento de mulheres no Brasil que começava a surgir. As mulheres começaram a ir para a França e levar material e a gente mandava material para as brasileiras, para os grupos que existiam aqui, começou a ter uma troca muito grande de divulgação do que a gente fazia lá e a gente divulgava o que elas faziam aqui.

Mas o apoio a essas iniciativas não implicava a ausência de críticas. Criticam, por exemplo, duramente o jornal *Brasil Mulher* pela indefinição do público-alvo, sua demora em se reivindicarem feministas (o que se concretiza somente no sexto número), a ênfase excessiva nas questões mais “gerais” da sociedade em detrimento das “específicas” da mulher, a abordagem sobre a questão do controle de natalidade e a falta de uma

discussão sobre autonomia. Este último aspecto é destacado como uma das debilidades dos grupos brasileiros:

Nós víamos como um movimento ainda muito de dentro das organizações, com a postura que a gente vai pro Círculo quando cria, ainda considerando que a garantia da luta de classes, a garantia da organização política, a garantia de que o principal é trabalhar a questão da exploração da mulher. [Ângela Muniz]

... o que eu me lembro das discussões no Círculo sobre o movimento feminista aqui, era que se via muito essa questão da autonomia, que muitos grupos aqui no Brasil ainda não estavam vendo com clareza e não estavam defendendo a sua própria autonomia do movimento... era uma espécie de correia de transmissão de algum partido, então o partido tem um grupo tal... [Eliana Aguiar]

Em março de 1978, o jornal *Brasil Mulher* n. 11 publica trechos de uma carta enviada pelo Círculo com o título de “Uma crítica de Paris”, no qual o Círculo tece críticas à concepção de organização do movimento feminista proposta pelo B.M., que, segundo o Círculo, tendia a negar a necessidade de uma organização autônoma de mulheres. Nos números seguintes à publicação da carta (n.12,13 e 14), algumas integrantes do Círculo aparecem como colaboradoras do jornal em Paris.³⁶ No BM de número 13, na matéria “Faixas, cartazes, balões, canções que atravessam as avenidas”, fala-se sobre uma manifestação no 8 de março, da qual o Círculo participou, e divulgam-se trechos do manifesto lançado pelo Círculo neste evento.

Retorno ao Brasil

A “abertura” do regime militar brasileiro e a possibilidade cada vez mais real de retorno ao país colocaram algumas questões novas na ordem

³⁶ As colaboradoras anunciadas são Lena Lavinias, Beth Lobo, Maria Helena Tachinardi (no número 12) e todas as mencionadas mais Otília, Sueli Tomazini e Sula nos números 13 e 14. É importante ressaltar que esse é um momento de mudanças internas no jornal.

do dia. Essa conjuntura deu novo elã à discussão sobre o movimento de mulheres no Brasil e sobre a Anistia. Estes temas aparecem com frequência nos documentos de 1978-1979. Outra questão que é candente nesse contexto é a da necessidade prática de dar prossecução à militância feminista no Brasil.

A idéia de continuidade da militância levou o Círculo a organizar um “Ciclo de debates e formação feminista” no final de 1979, objetivando preparar o retorno das militantes, que ainda permaneciam na França, ao Brasil. As palestras versavam sobre diferentes formas de organização presentes no movimento feminista francês – imprensa feminista, autonomia e questões mais gerais sobre a opressão da mulher. Além desse ciclo de debates, discutia-se a possibilidade de o Círculo dar continuidade ao seu trabalho no Brasil. Sônia Calió relata que, pouco antes do retorno de algumas mulheres ao Brasil, foi realizada uma grande festa para arrecadar fundos destinados à compra de livros. Essa idéia se concretizou na formação de um centro de informações em São Paulo (contando, na verdade, com a participação de poucas militantes do Círculo) – Centro Informação Mulher (CIM) –, um acervo de livros, panfletos e materiais produzidos por grupos feministas. Na década de 1980, esse centro se tornaria uma referência sobre feminismo no Brasil.³⁷

Em 1979, com o retorno maciço de suas integrantes para o Brasil, o grupo pouco a pouco vai encerrando suas atividades. As últimas datas registradas nos documentos são do final de 1979.

A partir de 1978, brasileiros começam a retornar paulatinamente ao Brasil. A volta era um momento de reintegração ao país de origem, situação marcada, para muitos, por um descompasso. Muitos exilados passaram mais de dez anos longe do Brasil e encontraram um país bem diferente daquele que conheciam. Como lembra Regina Carvalho, “a gente vivia num mundinho que tinha um Brasil que não existia mais”. O processo de adaptação a essa nova realidade foi para muitos um processo difícil.

³⁷ Segundo Sônia Calió idéia de fazer um arquivo similar no Rio com cópias do acervo de São Paulo não se concretizou.

Para Regina Bruno havia um “desencontro muito grande” de trajetórias diferenciadas, um descompasso entre os que ficaram e os que saíram. Ela relata diversas situações onde esse descompasso era marcante, como, por exemplo, na discussão sobre aborto, na concepção de feminismo, na crítica ao stalinismo, dentre outras.

Não era só no lado feminista, a gente tinha lá um questionamento sobre a esquerda, eu encontrava mulheres... pessoas questionando a União Soviética (...) já tinha um questionamento grande, a gente questionava Cuba porque o homossexualismo tem campos de concentração (...) e você chegava aqui e a sociedade ainda não estava discutindo isso. [Regina Bruno]

Certas coisas que lá não tinham nem mais que discutir, já vinham, já iam por si só, já estavam entendidas e digeridas, se eu não digo na sociedade francesa, pelo menos no tipo de grupo que a gente freqüentava, então você não tinha que arrancar, discutir e tal, chegava aqui as coisas ainda não eram assim... [Eliana Aguiar]

Em relação ao movimento feminista, esse “desencontro” era notório. A condição específica da mulher e a autonomia do movimento ainda não eram, majoritariamente, questões bem aceitas no Brasil. Muitos consideravam que o feminismo era um movimento de país desenvolvido, descolado da realidade brasileira. Para Terezinha Zerbine, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, por exemplo, “as feministas brasileiras procuraram seguir as feministas inglesas ou norte-americanas, o que não faz sentido no terceiro mundo”³⁸. Essa opinião era compartilhada por muitos outros³⁹. Sobre esse momento, Ângela Muniz relata:

³⁸ PINTO, C. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 64.

³⁹ Cito um outro exemplo dessa mesma opinião. Ana Corbisier, na introdução ao livro de Alexandra Kollontai *Marxismo e revolução sexual*, escreve sobre o movimento feminista brasileiro “influenciados pelo contato com seus congêneres europeus por parte de exiladas de retorno ao país, de certa forma importaram uma problemática de país desenvolvido que recentemente, devido ao agravamento da

Eu me lembro que as mulheres do MR-8 diziam – é uma desbundada, pinta, usa batom... estão pensando que vão fazer o movimento das francesas aqui no Brasil, o país da ditadura militar...

Anette Goldberg relata que o tema de sua dissertação de mestrado *Feminismo e autoritarismo: A Metamorfose de uma utopia de liberação em Ideologia liberalizante* foi motivado pela “reação de estranhamento que tive diante do chamado ‘novo movimento feminista’ brasileiro, em suas expressões militantes e acadêmicas, quando retornei ao Rio de Janeiro em 1978 após longa permanência no exterior”.⁴⁰

Movida por minha identificação com a esquerda brasileira no exílio e por minha ‘conversão’ ao feminismo efetuada no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, buscava, naquela primavera da ‘abertura”, encontrar a militância onde faria a síntese dessas duas experiências, o espaço no qual poderia atuar segundo a orientação pela qual não haveria socialismo sem liberação das mulheres nem liberação das mulheres sem socialismo. Ora, o reencontro com mulheres de minha geração surpreendeu-me!⁴¹

Esse “desencontro” é relatado por praticamente todas as militantes entrevistadas.

O país aqui estava lutando pela anistia, pelo fim do regime militar, pelos direitos elementares, e a gente vinha de um movimento... de uma estrutura social, de uma sociedade civil muito mais rica em termos de expressão, de luta, expressão social. [Ângela Muniz]

O que eu me lembro das discussões no Círculo sobre o movimento feminista aqui, era que se via muito essa questão da autonomia, que

crise econômica do capitalismo, vêm tendo suas teses postas em questão por suas lideranças.” KOLLONTAI, A. *Marxismo e revolução sexual* São Paulo: Global Editora, 1982, p. 9.

⁴⁰ GOLDBERG, A *Feminismo e autoritarismo*. op. cit., p. 2.

⁴¹ Idem, p. 2.

muitos grupos aqui no Brasil ainda não estavam vendo com clareza e não estavam defendendo sua própria autonomia do movimento... era uma espécie de correia de transmissão de algum partido (...) Alguns dos grupos que tinham aqui, que eram bem ligados a alguma organização, eram aqueles grupos bem sindicalistas, que vinham lutar com as mulheres operárias- trabalho igual, salário igual – e que achavam que esse negócio de vécu (...) essa discussão da vivência pessoal de cada um nem passava pela cabeça. Então eu acho que nós tínhamos uma visão crítica do que estava se passando aqui e isso quando eu cheguei realmente se verificou (...) Mas tinham vários grupos, como o Nós Mulheres em eu militei, que já tinham bastante clareza sobre essa questão... [Eliana Aguiar]

Sobre esse momento de chegada as militantes fazem uma autocrítica:

De alguma forma nós voltamos um pouco de salto alto, a nossa experiência, a nossa não sei o que, a nossa Europa, o nosso tempo lá numa situação e numa trajetória que aqui era outra. Existe um desequilíbrio entre quem ficou... um desencontro. Esse encontro a gente vai construindo aos poucos... [Regina Bruno]
Acho que a gente pode ter tido...certamente tivemos, uma postura muito arrogante de quem vem da França e quem sabe muito, mas com certeza a gente influenciou muito as discussões, acho que a gente tinha um acúmulo, conhecia uma bibliografia e acho que vai ser muito bacana, algumas vezes com conflito. [Ângela Muniz]

À Guisa de Conclusão

O Círculo se insere, como procuramos mostrar, num amplo movimento de profundo questionamento da forma como a esquerda tradicionalmente tratava o que na época era conhecido como “questão da mulher”. Mas os questionamentos não se restringiram a esse ponto. A concepção de feminismo defendida por muitas dessas mulheres implicava não só a crítica a aspectos vinculados a condição da mulher, mas também questionamentos no modo de se conceber a revolução – que não deveria se limitar a uma mudança jurídica das formas de propriedade (estatização dos meios de produção) –, o poder – a

noção de poder defendida pela esquerda e que teria como objeto exclusivo o Estado foi questionada abrindo-se para a idéia de que o poder permeia as mais diversas relações sociais, donde a necessidade de politizar o considerado privado —, a relação partido/movimentos sociais e a própria estrutura partidária. Para Ângela Muniz “a questão do feminismo era muito profunda, era um rompimento muito grande, rompimento de concepção mesmo de construção de mundo”.

A partir das entrevistas, é possível perceber que o Círculo teve um grande impacto na vida das mulheres que dele fizeram parte. A militância no Círculo, primeira experiência de militância feminista para muitas, é descrita como um momento marcante, enriquecedor e de “grandes descobertas”, um divisor de águas na vida de várias delas. Eliana Aguiar descreve sua experiência no Círculo como uma “experiência fantástica”, “um momento de abrir visões, de abrir portas”:

O Círculo representa pra mim uma experiência que vai demarcar a minha vida, antes do Círculo e depois do Círculo”. [Ângela Muniz]
Eu acho que essa experiência do feminismo foi marcante pra todo mundo que teve contato com ela. Pra quem militou no Círculo eu tenho certeza que foi marcante, acho que não tem ninguém que tenha... a não ser que tenha passado... tenha tido uma passagem muito esporádica, mas quem esteve lá, militou e fez parte mesmo foi certamente uma experiência que deixou marcas, que moldou um pouco o modo de ver o mundo das pessoas que participaram.
[Eliana Aguiar]

A percepção da opressão da mulher e da discriminação ela veio na experiência e junto com outras mulheres no Círculo de mulheres, ela veio e ela irrompeu com uma força imensa (...) Pela primeira vez eu estava reivindicando algo que não era da sociedade e do outro, não era a condição da operária, era a minha condição de mulher.
[Regina Bruno]

a experiência vivida lá fora foi determinada na minha definição feminista ela é tanto política quanto no campo profissional/ intelectual. Trouxe também um grande impacto na vida pessoal.
[Maria B. Ávila]

O Círculo é lembrado também como um espaço no qual uma nova solidariedade, novas relações entre as mulheres se forjaram superando a competição e rivalidade promovidas pelo modo de socialização das mulheres. Para Glória Ferreira esta seria uma “contribuição fundamental do movimento feminista” Esse é um importante aspecto levantado pelas militantes:

Um dos elementos da dominação é desagregar o grupo dominado. Em qualquer grupo social dominado, o elemento da dominação é a desagregação, a desqualificação, então a gente compete (...) a gente compete pela beleza, (...) é difícil construir solidariedades. Até hoje eu percebo isso, eu acho que ali, nós abrimos espaço pra construir amizades e solidariedades e romper com a desagregação e a competição. [Regina Bruno]

O Círculo parece ter exercido também, em alguns casos, um papel relevante nas escolhas profissionais. Sônia Giacomini, Maria Betânia Ávila e Sônia Calió consideram que o contato com o Círculo foi importante em suas escolhas profissionais e na eleição das temáticas de estudo ou trabalho. Outras militantes do Círculo, as quais não entrevistei – Lena Lavinhas, Elisabeth Souza Lobo e Helena Hirata – desenvolveram estudos na área de gênero.

Mas a influência do Círculo não se restringiu àquelas que dele fizeram parte. O Círculo, como *parte* de um amplo movimento feminista, foi um fator importante na mudança de postura da comunidade exilada e das organizações políticas brasileiras na França.

Para Ângela Muniz, “os homens não saíram ilesos da experiência do MLF”. O feminismo teria sido vivenciado pelos homens “de alguma forma, pelas suas companheiras, pelas suas organizações ou pela visibilidade que a gente conseguiu dar ao movimento” – opinião compartilhada por outras militantes, ainda que com ressalvas quanto à profundidade e à persistência das mudanças, principalmente quando se dá o retorno ao Brasil. Em relação aos companheiros/maridos/namorados das militantes, esse ponto deve ter sido mais evidente. Como lembra Glória Ferreira, “a luta era interna” e estava presente nos diferentes momentos do cotidiano.

O Círculo, como parte de um movimento mais amplo, levou para a comunidade o debate sobre feminismo e pouco a pouco foi “abrindo brechas” nessa comunidade para a questão. O reconhecimento da “questão das mulheres” como “questão política” certamente foi um importante saldo do exílio. Para Eliana Aguiar o Círculo, seja por suas atividades públicas, seja pela sua própria existência influenciou nesse processo de “abrir algumas brechas nessa muralha de gente que achava que isso era questão de mulherzinha”. As organizações que participavam do Círculo foram particularmente afetadas apesar de, segundo Sônia Calió, os homens das organizações não irem “até as últimas conseqüências”. Para Ângela Muniz, as mulheres do Círculo levaram suas inquietações e travaram lutas internas nas suas organizações. A militância feminista questionou a militância partidária:

[a] descoberta desse universo específico que você não era só um ser humano independente das suas características, de certa maneira vai me levando a um distanciamento, a uma visão mais crítica da organização, dos mecanismos internos da organização (...) e eu acho que o Círculo contribui pra isso, esse tipo de consciência do que era política, proporcionou uma consciência mais crítica em relação ao que era o próprio socialista, a crítica a Stalin [Glória Ferreira]

Mas, essas organizações tinham, muitas vezes, limites para incorporar as questões que elas traziam.

... era interessante porque a direção no caso na França em Paris, os companheiros que estavam na frente, eles tentavam mesmo e eles queriam incorporar as discussões que a gente estava... mas tinha limite, tinham limites pra entender o que era aquilo que a gente estava vivendo que rompia mesmo com toda uma discussão até do movimento comunista internacional mesmo sobre como incorporar a questão da mulher, porque eles no fundo diziam que o socialismo ia resolver toda a questão da mulher na medida em que se fizesse a revolução [Ângela Muniz]

Apesar dos limites, podemos observar o impacto que o contato com o feminismo – não só via Círculo – teve para essas organizações nas

organizações políticas. Exemplos desse impacto podem ser percebidos na publicação de documentos de duas organizações sobre a “questão da mulher”: *Os comunistas e a questão da mulher*, do PCB⁴², uma atualização de uma resolução do partido aprovada em 1979, ainda no exílio, pelo Coletivo Nacional de dirigentes comunistas, e *A mulher e a revolução brasileira*, do MR-8⁴³.

Uma tematização mais profunda sobre a influência do Círculo no movimento feminista brasileiro foge ao escopo deste trabalho. Podemos, entretanto, fazer algumas observações sobre a questão. A influência das exiladas brasileiras, particularmente as exiladas na França, é lembrada por militantes e pesquisadoras do assunto. Essa influência se concretizou antes mesmo do retorno destas ao Brasil, através de troca de correspondência, envio de material, contato de brasileiras em viagem com grupos existentes⁴⁴, mas se tornou mais presente com o retorno dessas mulheres ao Brasil. Para Cyntia Sarti, o retorno das exiladas propiciou um reencontro que contribuiu para fortalecer uma corrente feminista no movimento das mulheres no Brasil.

As exiladas traziam em sua bagagem não apenas a elaboração (alguma, pelo menos) de sua experiência política anterior, com também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política. O saldo do exílio, de umas, e a experiência de ter ficado no país nos anos 1970,

⁴² COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher: igualdade, emancipação, libertação*. São Paulo: Cerifa-Novos Rumos, 1982.

⁴³ SOUZA-LOBO, E.; PAOLI, M. Notas sobre o movimento no feminino *Desvios*, ano 1, no. 1, novembro/1982.

⁴⁴ Como exemplo disso podemos citar o *Nosotras*, que era assinado por mulheres brasileiras, segundo Danda Prado, além do envio de material referente à questão, produzido por esses grupos, pelas organizações políticas exiladas para a sede brasileira – como lembra Regina Carvalho sobre sua própria organização, etc.

das outras, que construíram o feminismo local, fez deste encontro de aliadas um novo panorama.⁴⁵

Leila Barsted aponta que o retorno das exiladas provocou mudanças na pauta de luta do movimento feminista brasileiro, particularmente sobre temas como reprodução e sexualidade que, devido à conjuntura política e à aliança com a igreja, eram estrategicamente retirados da pauta feminista.

o retorno das exiladas foi responsável por mudanças na pauta de luta do movimento, os temas da reprodução e da sexualidade não inauguram a primeira pauta do feminismo brasileiro.(...) A chegada de mulheres brasileiras do exterior, com a promulgação da Anistia Política em 1979, representa uma profunda contribuição aos termos desse debate no Brasil em função da experiência de militância feminista em outros países.⁴⁶

Através de trocas de experiências com grupos brasileiros, O Círculo acaba por de alguma forma influenciar grupos no Brasil, como relata Anette Goldberg:

O Círculo começou a se fazer conhecer no Brasil por intermédio do envio de correspondência, de documentos e de publicações aos grupos que se formaram no país a partir de 1975, e também graças à ocorrência de alguns encontros e reuniões com brasileiras de passagem por Paris.⁴⁷

Vera Soares, militante do *Brasil Mulher*, comenta sobre essa influência:

no segundo congresso, nós tínhamos mais questões na cabeça e eu acho que também influenciada, não só pelas cartas do Coletivo

⁴⁵ SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas* vol. 12 n. 2, agosto/setembro 2004, p. 41.

⁴⁶ BARSTED apud ÁVILA, M. B. e CORREA, S. "O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos" Site: <http://www.geocities.com/catolicas/articulos/dersex/omovim.htm> visitado no dia 15/07/2005.

⁴⁷ GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo...* op. cit., p. 152.

de Paris [Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris], que nos questionava sobre o nosso feminismo que não colocava a questão da sexualidade, mas influenciada também, por outros movimentos que estavam presentes, como as meninas que eram lésbicas, que estavam começando a participar do segundo congresso, elas trouxeram a questão da sexualidade de forma muito forte. E eu me lembro que a gente não tinha muito preparo, nem instrumental pra discutir a questão da sexualidade, e aí, nos fizemos grupos de reflexão, porque essa coisa de ser chamada de não feminista mexeu com a gente.⁴⁸

Mas a influência se dá principalmente com o retorno das militantes ao Brasil. Refiro-me aqui à influência que individualmente muitas mulheres exerceram no Brasil ao trazer uma bagagem teórica – que repercutiu não somente na militância, mas nas pesquisas e orientações intelectuais – e a experiência de um movimento com características bastante distintas do brasileiro – colocando em pauta questões acerca da autonomia e de práticas como o *vécu*. Essa influência foi fruto da continuidade da militância de muitas das militantes do Círculo em alguma organização brasileira. Ângela Muniz fez parte do CMB (Centro da Mulher Brasileira), Eliana Aguiar militou no *Nós Mulheres*, Sônia Calió foi uma das fundadoras do CIM, Maria Betânia Ávila participou do grupo que criou o SOS-Corpo, em Recife, do qual ainda faz parte, Elisabeth Souza Lobo atuou no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e no SOS-Mulher (SP). De alguma forma, essas mulheres levaram a experiência do Círculo para sua militância no Brasil e, segundo alguns relatos, essa influência foi de grande valia para o movimento brasileiro, pois trazia novas questões e experiências.

Para Ana Araújo,

O regresso destas mulheres [do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris] à sua pátria depois da anistia de 1979, a profundidade de

⁴⁸ LEITE, R. *A imprensa feminista no pós-luta-armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. São Paulo, 2004. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais PUC/SP.

suas colocações e a prática social adquirida como grupo de mulheres brasileiras na Europa, representou um aporte importante na construção do movimento de mulheres no Brasil⁴⁹

Enfim, essas são algumas observações que de forma alguma pretendem esgotar o tema. A influência do Círculo no movimento feminista brasileiro se insere num contexto mais amplo de retorno de outras mulheres que tiveram algum tipo de militância feminista ou contato com a questão em outros países. O acúmulo de experiências, o contato com o movimento feminista e com uma ampla literatura produzida e suscitada por este será um elemento importante na divulgação no Brasil das idéias do movimento de liberação das mulheres. Essa influência, mesmo que difusa, não pode ser desconsiderada quando se analisa o movimento feminista brasileiro.

⁴⁹ ARAÚJO, Ana Hacia una identidad latinoamericana – Los movimientos de mujeres en Europa y América Latina *Nueva Sociedad* n. 78 , s.d., p. 92.

A CONTRIBUIÇÃO DA NARRATIVA DE CARLOS EUGÊNIO PAZ*

*Maria Cláudia Badan Ribeiro***

Partindo da análise dos dois livros de Carlos Eugênio Paz – *Viagem à Luta Armada e Nas trilhas da ALN*¹ – este artigo pretende avaliar a experiência do escritor como integrante de uma organização armada, desde sua participação no movimento estudantil secundarista em 1968, até sua chegada a dirigente nacional da organização, quando a ALN (Ação Libertadora Nacional) já sofre o forte impacto da repressão e chega ao seu fim, em 1973.

A experiência de Carlos Eugênio Paz é uma importante fonte de conhecimento no que se refere ao mecanismo interno de organização da Ação Libertadora Nacional (ALN), sua formação, seus ideais e suas práticas. Além disso, a literatura sobre o tema concentra-se particularmente na

* Esse texto é fruto de minha pesquisa de mestrado intitulada “Memória, História e Sociedade: A contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz”, realizada sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti e defendida em março de 2005, no Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da UNICAMP. Sou grata à enorme colaboração de Maria Lygia Quartim de Moraes e de Enid Yatsuda Frederico durante a pesquisa.

** Mestre em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutoranda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – (USP).

¹ PAZ, C.E. *Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996; *Nas Trilhas da ALN*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

formação inicial desse grupo e na sua ruptura com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo visivelmente escassas produções que fazem referência à organização depois da morte de seu fundador, compreendendo os anos de 1970 até início de 1973, período em que ela se manteve bastante ativa e enfrentou também muitos problemas internos.²

A narrativa de Carlos Eugênio é também o retrato de um tipo de militante desse período que acompanhou todo o processo de criação e término da ALN, mantendo-se incólume à repressão, não sendo banido, nem preso ou morto. A trajetória de vida de Carlos Eugênio até chegar ao comando militar da organização, diferencia-se da média dos militantes. Carioca, sem militância expressiva dentro do PCB, quando em sua maioria a ALN era formada por dissidentes do partido e de maioria paulista, Carlos Eugênio assumiu bastante jovem o comando militar da organização em São Paulo, permanecendo como seu principal comandante até final do ano de 1972.³

Transferido para a cidade de São Paulo no início de 1970, e tornando-se um guerrilheiro muito ativo, o militante despertará em “Toledo” (codinome de Joaquim Câmara Ferreira) a confiança necessária para que, em um momento posterior, seja integrado à ALN paulista como comandante militar da organização e no segundo semestre de 1970, como integrante do Comando Nacional da ALN.

A narrativa de Carlos Eugênio serve de guia para entender o processo de declínio da ALN, no momento em que a organização perdeu seu segundo dirigente e ideólogo, Joaquim Câmara Ferreira, e se manteve até o final do

² Faz-se referência aqui aos problemas enfrentados na Ação Libertadora Nacional (ALN) quanto ao *justicamento* de alguns de seus integrantes e às dissidências a que a Ação Libertadora originou, como a TL (Tendência Leninista) e o MOLIPO (Movimento de Libertação Popular). Voltaremos a discutir essas questões ao longo do trabalho.

³ No final de 1967 Carlos Eugênio entra no PCB, participa das discussões do partido, e tenta reunir mais adeptos para o desencadeamento da luta armada. Sua permanência no partido, entretanto, é bastante curta e em meados de 68 o abandona passando a praticar pequenas ações de guerrilhas, como furto de placas, expropriações de farmácias, roubos de mimeógrafos, etc. No final do ano de 1972 Carlos Eugênio sai do país em direção à Cuba.

ano de 1973 sob a coordenação nacional de um Grupo Tático Armado (GTA), composto por Carlos Eugênio Paz, José Luiz da Cunha, Iuri Xavier Pereira, Paulo Tarso Celestino, Arnaldo Cardoso Rocha, Ana Maria Nacinovic Corrêa, entre outros, que concentraram suas atividades principalmente na cidade de São Paulo.

Considerado figura controversa dentro da esquerda brasileira, Carlos Eugênio Paz – único comandante militar que sobreviveu para contar sua história – foi um dos quadros mais bem preparados militarmente dentro da ALN e não há outro exemplo de militante que tenha sobrevivido por tanto tempo, em meio a uma repressão cada vez mais violenta, mantendo-se atuante dentro da organização. Durante muitos anos, Carlos Eugênio foi considerado o inimigo número um da ditadura, sua prisão ou morte constituía-se numa questão de honra para os militares do DOI-CODI.⁴ O militante conseguia furar cercos e escapar de situações extremamente difíceis com a polícia, tendo se revelado um quadro de grande capacidade operacional e de sobrevivência, mostrando-se um de fato um militante bastante diferenciado para a época.

O militante protagonizou também um dos mais polêmicos episódios dentro da organização, ao tomar parte da execução de Márcio Leite de Toledo decidida após duas reuniões realizadas entre o comando nacional e regional da ALN no início do ano de 1971. A ele também são atribuídas as mortes de Henning Albert Boilesen, presidente do grupo Ultragás, e conhecido colaborador financeiro da repressão política, e de mais dois agentes da repressão, uma sentinela de um estabelecimento bancário, e um capitão do exército, *justiçado* no primeiro semestre do ano de 1972.⁵

⁴ Segundo entrevista a Ronaldo Bressane, Carlos Eugênio afirma que o prêmio por sua cabeça girava, na época, em torno de US\$ 1 milhão para os militares do DOI-CODI. (BRESSANE, R. Na Paz. In: Revista V, nº 12, maio de 2005. Disponível: <http://www.vw.com.br/revista05/ed_012/materiais/mat_12.htm>. Acesso: agosto 2005.

⁵ Carlos Eugênio em entrevista realizada à pesquisadora em 21 de setembro de 2004 em São Paulo, afirmou ter participado da morte de dois agentes da repressão estando entre eles um capitão do exército. (Transcrição da fita, Lado B p. 29). O

Em depoimento à revista *Veja* no ano da publicação de seu primeiro livro, Carlos Eugênio afirma que “matava para sobreviver”. Calcula o militante, que em confrontos com a polícia, dez pessoas podem ter sido mortas, embora não saiba precisar com exatidão esse número.

Carlos Eugênio e o novo comando que assumiu a organização em fins de 1970 são acusados de seguir uma forte tendência militarista no interior da ALN, adotando o radicalismo como a vanguarda da resistência armada, o que teria levado, segundo as críticas de outros integrantes da organização, ao abandono dos vínculos políticos com as massas e ao culto do guerrilheiro urbano, transformando a luta armada na principal forma de luta revolucionária, e afastando conseqüentemente a ALN de seu programa inicial, num suposto “desvio de esquerda”.⁶

Na época em que seus livros foram publicados houve um grande alvoroço por parte da opinião pública. De acordo com o próprio depoimento do militante, a publicação de *Viagem à Luta Armada*, transformou seu lançamento num verdadeiro escândalo.⁷ O comentário do livro ganhou as páginas amarelas da Revista *Veja*, na reportagem de Expedito Filho em julho de 1996, e Carlos Eugênio apareceu também no programa do Fantástico no mesmo ano. O episódio da morte de Márcio Leite de Toledo por um comando da ALN já havia sido explorado na primeira página do *Jornal do Brasil*, num depoimento fornecido por Carlos Eugênio em 1987.⁸

militante também é acusado de ferir um guarda de segurança no assalto ao carro pagador Brinks, realizado pela organização em dezembro de 1970. Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS–confidencial–50–Z–9–41011. RPI n 01/72. II Ex.

⁶ Cf. Uma autocrítica Necessária da Tendência Leninista da ALN. In: *Debate*, n° 7, set 1971. Nesse documento, parte dos militantes da ALN retomam os princípios que norteavam a organização no ano de sua fundação (1967), quando a organização denominava-se AGRUPAMENTO COMUNISTA DE SÃO PAULO.

⁷ Depoimento de Carlos Eugênio Paz a Denise Rollemberg, 19/07/00, Rio de Janeiro, p.15–16. A entrevista foi doada ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e posteriormente parte dela foi publicada. Cf. A ALN e Cuba: Apoio e Conflito. In. *Cadernos AEL – Tempo de Ditadura*, vol. 8, n. 14/15, 2001, p. 234–246.

⁸ SANCHES, V. Dirigente conta como ALN eliminou militante. In: *Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1987.

Apesar de sua grande capacidade militar, Carlos Eugênio é considerado, por alguns contemporâneos da esquerda do período, um quadro de pouco preparo político, tendo se revelado um grande “fracasso” na condução da organização após a morte de Joaquim Câmara Ferreira. A ele também é atribuída a incapacidade de evitar uma dissidência no interior da organização, demonstrando-se um fraco articulador nesse sentido, e revelando-se dentro da organização exclusivamente pela sua capacidade militar. Além disso, é considerado o maior responsável pela decisão sobre a morte de Márcio Leite de Toledo, sendo por isso, transformado em figura menor dentro do processo de luta armada no Brasil.

A decisão de escrever suas memórias surgiu para Carlos Eugênio da necessidade de relatar o que até então não havia sido realizado: “um depoimento com a alma, visceral”, bastante diferente das “obras muito frias e distanciadas” publicadas em momentos anteriores. Porque sua “memória dessa época é assim, forte, pesada”, e porque pretendia escrever algo honesto, expurgando a impressão de que os militantes fossem dodivanas, “ingênuos ou bobalhões”, é que decidiu relatar sua história.

É importante destacar também que a escrita testemunhal desse período esteve igualmente ligada a múltiplas motivações e que muitas das narrativas iniciais que surgiram no cenário nacional tentavam negar essa experiência vivida, como um sinal de voluntarismo inconseqüente, ou demoraram anos para vir a público.

Aliada a sua história de vida e ao impacto psicológico causado por momentos de extremas situações-limite, o depoimento de Carlos Eugênio transita amplamente pela narrativa psicológica. Sua narrativa foi também o resultado de prolongadas sessões de terapia, através das quais o militante pôde lidar com uma experiência traumática “enraizada nos caminhos do inconsciente”. Como afirma a ex-militante Maria Auxiliadora Arantes, nessa experiência de vida, de jovens endurecidos pela realidade repressiva da ditadura, vivendo em condições totalmente adversas “alguma coisa, colocou-se como uma pele, sobre sua pele e seu coração”.⁹ A narrativa constituiu-

⁹ ARANTES, M. A. de C. *Pacto Revelado: psicanálise e clandestinidade Política*. São Paulo, Escuta, 1999, p. 83.

se dessa forma num meio através do qual os momentos de desestruturação sentimental e psíquica, em que predominaram elementos recalçados e silenciados, puderam vir à tona.

Em seus livros, Carlos Eugênio destaca a capacidade da juventude de interferir no processo de luta revolucionária, a alegria de poder fazer parte das ações urbanas diárias, ou até um lado “heróico” mas não mítico, de uma geração abnegada que lutava contra a falta de liberdade, contra a opressão militar, em favor de uma nova sociedade. Nesse quadro, Carlos Eugênio resgata em seus livros o espírito de aventura que estava por trás de objetivos muito concretos, fato, aliás, pouco explorado por outros militantes que, por suas condições de tortura ou prisão, avaliaram essa experiência de outra perspectiva, por caminhos mais tortuosos, ou “menos alegres”. Há pelo menos no início de sua militância e em seu relato testemunhal uma valorização do “prazer de estar na ação”, o gosto maniqueísta do mocinho e do bandido, os momentos de brincadeira e camaradagem entre os colegas de ação.

Entretanto, o nível de tensão não permanece o mesmo ao longo de sua trajetória e/ou narrativa. Aos poucos, as brincadeiras e divertimentos no Colégio Pedro II, as experiências da adolescência vão dando lugar progressivamente a episódios angustiantes e traumáticos, onde se encadeiam mortes, surpresas e desgostos, diferentemente da narrativa inicial, quando no início da militância enxergavam-se os êxitos nos confrontos com a repressão. Percebe-se ao longo de seu texto que a exultação, a alegria nas pequenas vitórias diárias da luta armada encobertam o inevitável isolamento de seu grupo, que apesar dos revezes se dispõe a ir até o fim, acreditando que o apoio certamente chegaria, era apenas uma questão de tempo e de ações armadas que causassem mais impacto na população. Nesse sentido, a esperança na vitória revolucionária perpassa todo o livro e a capitulação da luta para Carlos Eugênio só se torna evidente quando o militante chega a Cuba em março de 1973, período em que a ALN já havia sido praticamente destruída no Brasil, restando poucos militantes vivos ou em situação de clandestinidade.

A morte de Márcio Leite de Toledo

No início do mês de março de 1970, afastado pela organização das ações armadas na cidade de São Paulo e do comando nacional da ALN por Carlos Eugênio Paz, o militante Márcio Leite de Toledo confia a José Milton Barbosa sua intenção de se desligar da organização. A justificativa, segundo ele, prende-se ao fato de que está sofrendo um isolamento por parte da organização por motivações políticas.

Para Carlos Eugênio, no entanto, Márcio está abalado pelas dificuldades da luta e “caindo com o estado de ânimo que apresenta e sem controle direto nosso, seria uma catástrofe”.¹⁰ Militantes da ALN – José Milton Barbosa, Antônio Sérgio de Mattos, Paulo Tarso Celestino da Silva, Iuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Paz –, em duas reuniões consecutivas entre a Coordenação Nacional e Regional, da qual participaram também Lídia Guerlenda e Gelson Reicher, votam a favor de sua execução com receio de que Márcio pudesse entregá-los à repressão se fosse preso, já que o volume de informações que tinha como um membro do comando nacional poderia comprometê-los. Diante da negativa de Márcio de sair do país em direção à Cuba as duas coordenações resolvem-se pelo seu *justiçamento*.¹¹

Como afirma Carlos Eugênio, preferem assumir essa responsabilidade a correr o risco de verem companheiros sendo presos por falta de uma atuação mais firme do comando da organização. Segundo Carlos Eugênio, trata-se de seguir as “leis da guerra”, é uma ação de sobrevivência, que “não nos trará glórias, nem conseguiremos jamais saber se foi ou não acertada, simplesmente os tempos exigem...”.¹² Um comando é designado então, os componentes fazem pacto de silêncio, e nas palavras de Carlos Eugênio, “o

¹⁰ PAZ, C.E. *Viagem à Luta Armada. Op. Cit.*, 1996, p. 204.

¹¹ Há um depoimento da militante Lídia Guerlenda ao jornalista Luis Maklouf, afirmando que a organização não tinha estrutura naquele momento para retirar Márcio do país. Cf. MAKLOUF, L. *Mulheres que foram à Luta Armada*. São Paulo, Globo, 1998, p. 248.

¹² PAZ, C.E. *Viagem à Luta Armada... Op. Cit.*, p. 1996, 204–205.

ato mais polêmico da história da ALN é cometido”.¹³ Através de um comunicado, os militantes assumem publicamente a morte de Márcio. Anos depois, Carlos Eugênio faz um balanço da ação:

Encarar a violência, os erros, o que cometemos de pecaminoso e não glorioso é o dilema eterno dos que vivem, não é privilégio meu. Mário (Márcio Leite de Toledo) dói na consciência de todos, Cada um assume do seu jeito, negação e afirmação fazem parte da mesma realidade, da mesma dinâmica, não adianta esconder. Marcar a hora da morte de alguém é um poder terrível que não deve ser concedido a ninguém, independentemente do uso. A traição de Silvério (José da Silva Tavares) pesou, a perda de Diogo (Joaquim Câmara Ferreira) era recente, o cerco se via e se sentia, a sensação de impotência diante dos ardis do inimigo nos empurrava para o desenlace trágico.¹⁴

Na terapia, Carlos Eugênio faz um desabafo:

Foi terrível... hoje não me interessa se tínhamos ou não razão, quero falar, quero contar... ajudar a que nunca mais um agrupamento de seres humanos tenha direito a tal escolha... Mário (Márcio Leite de Toledo) não pode passar por traidor, e os companheiros que tomaram a decisão e executaram a sentença não podem ser conhecidos como frios assassinos políticos que matavam para tomar o poder na organização. Nossa luta não será relegada a uma aventura inconseqüente que chegou a extremos devido a esse ou aquele companheiro que fraquejou ou tomou a decisão errada. Se continuarmos puros de propósitos, temos que vasculhar tudo, como Fabiano (Carlos Marighella) me recomendou, revolver a lama e o lodo, para entendermos os fatos numa dimensão histórica, não para acusar. Meu amigo Jorge, o único que olhou em meus olhos, falou preocupado... "Não devia ter contado, ninguém vai ficar do seu lado, vão crucificá-lo...", mas sei que é porque não viveu Fabiano (Carlos Marighella), não conheceu Felipe (Alex Xavier Pereira), nem Marcela (Ana Maria Nacinovic Corrêa), nem

¹³ *Idem ibidem.*

¹⁴ *Idem ibidem*, p. 203- 204.

Altino (Iuri Xavier Pereira), Rafael (Eduardo Collen Leite), e todo o meu mundo, não pode entender a profundidade dos compromissos...¹⁵

A morte de Márcio Leite de Toledo foi um episódio polêmico no interior da organização. Há muitas posições divergentes quanto à tomada dessa atitude extrema e o único sobrevivente do comando nacional que votou pela decisão é Carlos Eugênio Paz. Sua execução é apontada por alguns militantes como a gota d'água para a saída de militantes da organização, que já vinha ocorrendo com a formação da Tendência Leninista no Chile e do Molipo em Cuba.¹⁶

¹⁵ *Idem ibidem*, p. 206.

¹⁶ A TL ou Tendência Leninista foi uma dissidência da ALN composta majoritariamente por militantes exilados no Chile que desaprovavam os caminhos militaristas que a ALN vinha tomando até então no Brasil. Foi um grupo pequeno que se formou no ano de 1971, tendo como integrantes nomes como Ricardo Apgua, Ricardo Zarattini, Rolando Frates, Maria Lygia Quartim de Moraes, entre outros. Esse grupo procurou, através da revista *Debate* resgatar a discussão política e a tradição de luta presentes no início da ALN, recuperando os ensinamentos de Carlos Marighella. O Molipo (Movimento de Libertação Popular) foi uma dissidência de militantes da ALN formada por um setor de militantes de São Paulo juntamente com mais 28 integrantes da ALN que estavam em Cuba realizando treinamento militar, denominado de Grupo Primavera ou III Exército da ALN. As principais críticas desse grupo dirigiam-se igualmente ao militarismo reinante no novo comando que assumiu a Ação Libertadora Nacional após a morte de Joaquim Câmara Ferreira. Para alguns militantes, o assassinato de Márcio Leite de Toledo estimulou a dissidência na ALN, enquanto que para outros, ela apenas serviu como um acelerador das insatisfações que os militantes que estavam em Cuba já expressavam no final de 1970. Apesar de suas propostas de aproximação com as massas, na tentativa de recuperar seu apoio e alavancar o processo revolucionário, o Molipo teve curto tempo de vida sendo desmobilizado no ano de 1972 com a morte de grande parte dos militantes que voltaram da ilha. No dia 10 de agosto de 2005, foi identificada, aos cuidados do Ministério Público, da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos e da Secretaria de Direitos Humanos, a ossada do militante Flávio de Carvalho Molina, que foi integrante do Molipo, tendo retornado ao Brasil no ano de 1971, período em que desapareceu junto aos outros dezoito militantes que retornaram de Cuba. Cf. *Folha de S. Paulo*, 02/09/2005.

Para José Carlos Giannini, militante do Molipo, o assassinato precipitou essa dissidência. Na sua opinião, as sucessivas divisões que estavam ocorrendo no interior da ALN já eram o prenúncio da derrota iminente. Para Giannini, a morte de Márcio Leite está relacionada a um despreparo político muito grande do comando que assumiu a organização após a morte de Joaquim Câmara Ferreira. Em sua avaliação, a ALN “deu uma solução criminosa para resolver divergências políticas”, a organização segundo ele, “com a decisão de matá-lo, quis deixar claro que não aceitaria questionamentos à sua linha de ação e qualquer crítica poderia ser entendida como traição”.¹⁷

O argumento da ALN para realizar o *justicamento*, segundo Giannini, era de que Márcio estava vivendo um processo de desestruturação emocional/psicológica, o que colocava em risco a organização, na medida em que o militante poderia realizar um acordo com a repressão para sobreviver. Para Giannini, que esteve com Márcio antes de sua morte, o militante estava num processo claro de revisão de táticas e estratégias da organização, opondo-se ao acentuado militarismo que a ALN vinha tomando. No entanto, como essas questões estavam sendo debatidas entre outros militantes no período, Márcio, segundo ele, não tinha ainda muito claro o que se iria colocar no lugar.

Na opinião de Giannini, a morte de Márcio foi o pior momento da luta armada no Brasil, período em que a ação política foi substituída pela ação marginal. Pessoalmente, a morte de Márcio o indignou e deprimiu muito e as justificativas da ALN para explicar a morte do militante não foram aceitas pela totalidade das pessoas com as quais Giannini mantinha contato. O documento da ALN, em que se destacava a morte de Márcio por motivos de segurança, foi totalmente desqualificado no interior da dissidência.

¹⁷ Entrevista concedida por José Carlos Giannini, à pesquisadora São Paulo, 17/10/04, p. 4. Agradeço muitíssimo sua gentileza de responder a algumas de minhas perguntas. Giannini iniciou sua militância no movimento estudantil, entrando na ALN no ano de 1969. Integrou o grupo Molipo em 1971 e foi preso em 1972.

O comunicado distribuído pela ALN após a morte de Márcio descrevia:

A AÇÃO Libertadora Nacional (ALN) executou dia 23 de março de 1971 Márcio leite de Toledo. Esta execução teve o fim de resguardar a organização. O elemento em questão chegou de um curso de treinamento guerrilheiro em meados de 1970. Entrando em contato com a direção da ALN, após passar um período de adaptação e sintonização com a realidade da qual estava distante, se integrou ao trabalho. Trabalhou a nível de Coordenação Nacional, tomando conhecimento de todos os segredos organizacionais relativos à área urbana e parte da situação do campo. Durante o período que sucedeu a morte de nosso líder “Toledo” por ter faltado a pontos perdeu contato com a Organização. Recontatado, por acaso, após período longo de investigação foi-lhe dito as circunstâncias pelas quais ficara destituído da organização. Contudo foi-lhe dado tarefas de coordenação para sua atuação no Estado da Guanabara. Aceitando a tarefa, discutiu com outros companheiros da coordenação da GB. Ficou assim conhecendo a nova estrutura da GB. Neste período participou de operações guerrilheiras em SP. Na ocasião de seu deslocamento para GB foi levantado problemas de segurança e pediu o corte de contatos em São Paulo, e foi exigido seu imediato deslocamento. Recusou naquele instante a ir cumprir sua tarefa de coordenação na GB. Foi oferecida uma oportunidade de trabalho em um grupo de fogo de SP. Todo trabalho de desgaste que tinha dado com os outros níveis organizacionais passa a ser repetido no grupo de fogo e ainda somado à vacilação diante do inimigo. Pede seu desligamento da Organização. Em diversas ocasiões foi discutido profundamente seu comportamento, foi advertido de sua atividade deletéria à organização. Sua desonestidade ao discutir fatos e situações foi mais de uma vez confirmada. Fazendo isto, sempre para justificar suas atuações, usando ainda o método de culpar o comando daquele instante. É certo que a coordenação procurou por diversas vezes este elemento a fim de discutir o assunto. Foram ouvidos os companheiros do comando diretamente ligados a ele, foi dada a decisão. Uma organização revolucionária, em guerra declarada não pode permitir a quem tenha uma série de informações como as que possuía, vacilações desta espécie, muito menos suportar uma

defecção deste grau em suas fileiras. Cada companheiro, ao assumir qualquer responsabilidade deve pesar bem as conseqüências deste fato. Um recuo, nesta situação é uma brecha aberta em nossa organização. Nossa tolerância com homens como o suíço Hans nos trouxe enormes prejuízos. Elementos que tiveram atuação e vacilaram, não hesitaram em passar para o inimigo – exemplo de José da Silva Tavares, traidor que entregou nosso líder Toledo.

Tolerância e conciliação tiveram funestas conseqüências na revolução brasileira. Temperar-nos, saber compreender o momento que passa a guerra revolucionária e nossa responsabilidade diante dela é uma palavra de ordem revolucionária. Ao assumir responsabilidade na organização cada quadro deve analisar sua capacidade e seu preparo. Depois disso não se permite recuos. As divergências políticas serão sempre respeitadas. Mas recuos de quem não hesitou em aceitar responsabilidades tão grandes, nunca! O resguardo dos quadros e estrutura da organização é questão revolucionária. A revolução não admitirá recuos! OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL. AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL-ALN.¹⁸

Preso em janeiro de 1972, Giannini não soube avaliar a repercussão desse assassinato na prisão, mas acredita que, nas raras vezes em que foi aberta essa questão, havia uma tendência a aceitar os argumentos da organização, pelo menos por parte dos presos ligados a ALN. Segundo ele, o assunto sempre foi tabu. Para o militante, Carlos Eugênio foi o maior responsável pela decisão de executar Márcio e o fato de, como afirma, até hoje o militante defender esse crime, o torna um personagem menor dentro do processo de luta armada da esquerda brasileira.

Para outros militantes a morte de Márcio não representou um aspecto fundamental que teria como conseqüência a formação das dissidências. Em depoimento a Denise Rollemberg, Arthur Scavone, militante do Molipo, afirma

¹⁸ Universidade Estadual de Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth. Fundo Brasil Nunca Mais (BNM) – Anexo nº 6024.

que o assassinato de Márcio não teve grande importância para a cisão no interior da ALN.¹⁹ Segundo ele, no período em que esteve em Cuba para realizar o treinamento militar, Márcio já havia se aproximado do setor que posteriormente originaria o Molipo.

Outras versões sobre a morte do militante têm sido divulgadas mais recentemente como o livro do jornalista e ex-militante da ALN Antônio Pedroso Júnior, que tenta apurar a morte de Márcio através de um viés mais panfletário e pessoal. Segundo o jornalista, a morte de Márcio Leite estaria relacionada a uma disputa de poder ocorrida no interior da organização. Pedroso sustenta que a organização aceitou o desaparecimento de Márcio após a morte de Toledo, sem ouvir suas justificativas, não lhe dando a chance de discutir de forma política os problemas enfrentados pela ALN naquele momento²⁰. Para ele a dispersão dos militantes nesse período era uma realidade concreta. Muitas pessoas que saíam do país não retornavam ao Brasil, e a ALN, dominada por uma “ala militarista”, não aceitava as propostas de Márcio quanto a um possível recuo da luta armada. A atitude de Márcio segundo esse autor, não estava aliada a qualquer espécie de covardia ou displicência, versão difundida por alguns de seus militantes em um momento posterior.²¹

Pedroso é incisivo em afirmar que o assassinato de Márcio colocou a ALN do período em condições de igualdade com bandidos comuns, que Clemente (codinome de Carlos Eugênio) exterminava impiedosamente seus concorrentes por divergências de idéias, e que os sobreviventes que continuavam na organização, a partir desse episódio, preferiram abandoná-la a arriscar sua própria pele, na tentativa de levantar possíveis pontos de discordâncias em relação ao comando nacional, tal é o pânico que a sentença de Márcio trouxera à organização.²²

¹⁹ ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001, p. 47. Depoimento de Artur Machado Scavone concedido a Denise Rollemberg em 5 de julho de 2000, p. 3.

²⁰ PEDROSO JÚNIOR, A. *Márcio, o Guerrilheiro: Vida e Morte de um Jovem Preparado para Vencer*. Rio de Janeiro, Papel Virtual, 2003, p. 96.

²¹ *Idem ibidem*, p. 99 e 107.

²² *Idem ibidem*, p. 70–71.

Percebe-se que a morte de Márcio Leite é um episódio bastante controverso para a organização. Carlos Eugênio me confidenciou sua intenção de publicar mais detalhes sobre a morte de Márcio num próximo livro que pretende lançar, e não escondeu seu desafeto pela versão publicada por Pedroso. Aliás, ambos não escondem do público essa antipatia mútua.²³ No caso da execução de Márcio, afirma que o militante quebrou todas as regras no interior da organização e que prefere admitir esse fato dentro da ALN a, possivelmente, conviver com problemas futuros como foi a infiltração do cabo Anselmo, que causou a morte de cerca de 200 militantes. Como afirma Carlos Eugênio,

(...) o Márcio era uma pessoa complicada...tudo isso eu sabia, mas gostava dele. Por exemplo, o Márcio era um cara que chegava em Cuba se pendurava no pau-de-arara para treinar tortura, eu acho que uma pessoa dessas já tem coisas aí que não estão explicadas. O Márcio tem um episódio inexplicável com aquele Baumgarten, que era do SNI, (...) que depois sumiram com ele, o cara foi morto misteriosamente, queima de arquivo. Há testemunhas vivas de que o Márcio conhecia o Baumgarten e teve um episódio dentro do movimento estudantil nos anos 67/68 por aí, em que ele foi visto com o Baumgarten que as pessoas levantaram um monte de suspeitas, eu não acho nem que ele fosse infiltrado, não acho. Inclusive, quando eu dei uma entrevista para o *Jornal do Brasil* em 87, foi com a seguinte coisa, eu disse o seguinte, ou ele vai passar para a história como um herói e aqueles companheiros que morreram como pessoas que, para mim eu estou pouco ligando que eu estou vivo e posso me defender, aqueles companheiros que tomaram aquela decisão como filhos da puta, que fizeram um assassinato político, ou ele vai passar para a história como um infiltrado e as duas questões eram erradas. Agora o que eu tenho

²³Em entrevista ao repórter Ronaldo Bressan, Carlos Eugênio afirmou ao repórter que está escrevendo um novo livro, que terá como título *A Grande Noite Escura*. Seu livro *Viagem à Luta Armada* também irá para as telas do cinema. Está em fase de finalização (2008).

que assumir sobre o caso do Márcio eu já assumi, assumi na primeira página do JB em 1987, no Fantástico em 1996, quando lancei o livro, em todos os jornais que me entrevistaram.²⁴

Para Carlos Eugênio o “*justicamento*” de Márcio foi uma decisão tomada para salvar a organização:

(...) há um momento que tem uma importância tão grande, que a gente deveria ter uma eternidade para rever, decidir sobre os desenlaces. Eu gostaria que o tempo tivesse congelado e a gente pudesse voltar no momento em que não precisasse mais fazer aquilo, entende? Mas foi necessário, (...) a organização antes de tudo, os companheiros que estavam ali antes de tudo, o meu dever era salvar vidas como dizia o Guevara, o primeiro dever do dirigente revolucionário é preservar suas forças, isso não tem jeito, a qualquer preço, inclusive ao preço de sua saúde física, mental (...) foi a decisão correta naquele momento em que se vivia.²⁵

Em 31 de julho de 1996 Carlos Eugênio entrevistado pela revista *Veja*, responde à pergunta do jornalista Expedito Filho:

Quatro pessoas participaram desse assassinato. Duas ficaram de vigilância e duas atiraram. O que você fez?

[Carlos Eugênio] Eu atirei.

[Expedito continua] o que acontece quando você pensa nessa morte hoje?

[Carlos Eugênio] É difícil. Eu tinha até simpatia pelo Márcio. Mas não vou fingir arrependimento. Tenho certeza de que se não tivéssemos feito isso, pelo menos quinze militantes acabariam morrendo e minha culpa seria maior. A lógica em que vivíamos, na época, era a lógica da violência, da guerra, e não existe guerra limpa. Nós vivíamos uma situação que só podia levar a isso. Se

²⁴ Entrevista de Carlos Eugênio à pesquisadora. São Paulo, 21 de setembro de 2004, p. 32-33.

²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 31-32.

you aceitar empregar métodos violentos, tem de aceitar a sujeira que vai produzir. É o que sempre aconteceu. Você começa atirando contra o inimigo, depois acerta o antigo companheiro e assim por diante.²⁶

Quanto a possível divergência política de Márcio em relação à ALN, Carlos Eugênio afirma:

Se eu estivesse querendo passar para uma outra organização eu nem por isso numa ação largava os meus companheiros na mão, é a resposta que eu tenho, uma coisa é divergência política. Por que vários puderam vir ao Brasil, voltar para o exterior (...) Então porque se agiria tão diferente num caso e no outro? Não existe. Agora uma pessoa que é um dirigente de uma organização e que começa a, quando os dirigentes maiores da organização caem, e a pessoa fica quarenta dias desaparecida, porque disse que gente tem que se acostumar, eu acho que a gente tem que tirar dessa guerra alguns ensinamentos, que é o seguinte, que o povo brasileiro tem muitas guerras e muitas lutas, mas são todas guerras tiradas da memória do nosso povo (...) eu acho que a gente tem que falar, aproveitar a experiência, então veja o seguinte, a guerra que é uma forma de luta mais organizada (...) quando a gente está num estágio como esse existe uma coisa que se chama defesa dos militantes de uma organização, defesa das suas forças. Então todos os exércitos do mundo praticaram isso, todos sem exceção e todas as organizações que chegaram ao poder praticaram isso, os cubanos, os vietnamitas, os soviéticos, os chineses, todos... Por que que a ALN seria uma exceção e por que na ALN é que se condena? A resistência francesa com o nazismo, a resistência iugoslava, todos eles tiveram que fazer execuções sumárias, o caso do Márcio foi um desses, execução sumária decidida num momento de guerra por pessoas que formaram uma corte marcial, como em qualquer exército do mundo, (...) e ali nós éramos um exército clandestino que vivíamos numa situação de cerco e que se vivia numa situação que se precisava defender

²⁶ FILHO, E. Memória do Terror: Único comandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada. *Veja*, Edição nº 1455, ano 29, nº 31, 31 de julho de 1996, p. 8.

a organização. Se nós tivéssemos feito isso com o Severino, o Toledo não tinha sido morto (...) ²⁷

Alguns depoimentos afirmam que Márcio Leite agia de maneira muito displicente durante as ações armadas. Segundo Lídia Guerlenda, militante de São Paulo, “na ação em que participamos juntos, eu não gostei muito do Márcio porque ele deixou a metralhadora no banco do carro e ficou assoviando”. Segundo Guerlenda, na época, havia rumores de que Márcio estava criando caso.²⁸ O assassinato de Márcio não foi a única execução realizada pela organização. Ocorreram outros casos semelhantes como o de Francisco Jacques Moreira de Alvarenga – morto em 28 de junho de 1973 no Rio de Janeiro por um comando da ALN – e o do ex-marinheiro Carlos Maciel Cardoso.²⁹ Em depoimento a Maklouf, Maria Amparo Araújo, responsável pelo levantamento para a execução de Francisco Jacques, afirma que o “justiçamento” foi totalmente desnecessário:

(...) havia outras formas de neutralizar a ação de possíveis recuos ou traições, (...) no período não tinham ainda como vislumbrar essas saídas... naquela época foi o caminho que encontramos para seguir, e naquele momento foi a nossa verdade. Hoje não existe a emoção daquele tempo. Naquela ocasião não tínhamos como avaliar as conseqüências do ato. Vivíamos uma situação em que cada passo era o limite entre a vida e a morte.³⁰

²⁷ Entrevista de Carlos Eugênio à pesquisadora. São Paulo, setembro 2004, p. 40. O nome Severino refere-se aqui a José da Silva Tavares, que tendo realizado um acordo com a polícia, entregou à repressão o militante Joaquim Câmara Ferreira.

²⁸ MAKLOUF, L. *Mulheres que foram à Luta Armada*. Op. Cit., p. 248-249. Depoimento de Lídia Guerlenda ao autor.

²⁹ SOUZA, P. *Eu, cabo Anselmo* São Paulo: Globo, 1999, p. 234-235.

³⁰ MAKLOUF, L. *Mulheres que foram à Luta Armada*. Op. Cit., p. 405.

A atualidade de seus livros

A história de vida de Carlos Eugênio ainda é motivo de interesse. Recentemente, a revista *Carta Capital*³¹ publicou uma nova entrevista e muitos depoimentos dos livros de Carlos Eugênio têm sido utilizados para os diversos fins, acadêmicos e políticos.

Os livros de Carlos Eugênio têm inspirado documentários e filmes sobre esse período, como o caso da produção de Renato Tapajós *No olho do Furacão* e, mais recentemente, *Cabra-Cega* de Toni Venturi, sendo que o militante foi uma das principais fontes para a criação do personagem principal da trama.³²

Carlos Eugênio continua um ativo participante político. Após um período de atuação na Ouvidoria do Trabalho do Rio de Janeiro (SETRAB), participou como um dos principais colaboradores da campanha de Erundina para a Prefeitura de São Paulo nas eleições de 2004³³, e continua ativo, participando de fóruns de discussão política promovidos pelo PSB (Partido Socialista

³¹ STYCER, Maurício. Márcio, o guerrilheiro: a história do militante da ALN eliminado pelos companheiros, há 32 anos. Revelações de um amigo e um livro inédito. As razões de quem o matou. Revista *Carta Capital*. Edição nº233, 26 de março de 2003 e ROLLEMBERG, D. Clemente. In: KUSHNIR, Beatriz. *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

³² O filme produzido por Toni Venturi com a colaboração do ex-militante Alípio Freire foi baseado no livro *Viagem à Luta Armada* de Carlos Eugênio Paz, bem como nas entrevistas realizadas com cerca de 11 militantes para o filme *No olho do furacão* de Renato Tapajós.

³³ Carlos Eugênio Paz foi coordenador político da Campanha de Erundina juntamente com Ivan Seixas, militante do MRT e personagem de seus livros. No entanto, a intervenção do PMDB na Campanha, provocou a saída de ambos. Nas palavras de Erundina, afirmando que a decisão foi sua: "Foi iniciativa minha. Os dois estavam resistindo a fazer um trabalho integrado com o PMDB" Quêrcia intervém na campanha de Erundina. Disponível em <<http://www.olhardireto.com.br/news.asp.news>>. Acesso em 14/08/04. Cf. também BOMBIG, José Alberto. Ex-Guerrilheiros estão à frente da Campanha do PSB. *Folha de S. Paulo*, 11/07/04.

Brasileiro) e em congressos realizados na temática sobre ditadura militar e memória política do período.³⁴

Em entrevista a *Veja* de 31 de julho de 1996 – “Memória do Terror” –, Expedito Filho afirma que “o mais curioso personagem da luta armada no Brasil é também o menos estudado (...)”. Ainda que o artigo da revista não o veja com muita simpatia, Expedito Filho destaca a postura rara, até o momento, de narrar experiências e assumir responsabilidades³⁵.

Sem a pretensão de ser um relato histórico, a perspectiva com que Carlos Eugênio olhou para seu passado, segundo o próprio militante, manteve-se presa à sua avaliação no momento em que os fatos ocorreram. Carlos Eugênio tentou aproximar sua narrativa do período em que viveu. Para ele, “não seria honesto lembrar os fatos do passado com as idéias que tenho no presente. Por que não estamos falando de uma discussão acadêmica, mas de gente que pagou com o próprio sangue pelas opções que fez”³⁶.

Embora se aproxime dos episódios de que foi ator e também testemunha através da experiência direta de vida, fugindo às categorizações teóricas e às avaliações *a posteriori*, em *Viagem à Luta Armada e Nas Trilhas da ALN* subjaz uma reflexão através das falas de personagens e através da própria narrativa do autor. Através da retrospectiva, do discurso indireto livre, sua narrativa apresenta uma alta carga de reflexão, que vai sendo costurada pouco a pouco, acompanhando progressivamente o caminho das decisões tomadas, os arrependimentos, os acertos, e os erros.

Em sua narrativa há um amadurecimento das escolhas políticas e dos mecanismos colocados em prática durante a luta armada, o que lhe permite afirmar, hoje, que o imediatismo na luta, a crença na força e eficácia da propaganda armada, no intuito de criar uma instabilidade política que viesse

³⁴ Seminário “Memória e Resistência: 40 anos do golpe militar – a educação pelo engajamento” realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, em São Paulo, 10 de junho de 2004, e organizado pela AEP (Associação de Educadores e Pesquisadores).

³⁵ FILHO, E. *Memória do Terror. Op. Cit.*, 1996, p. 7.

³⁶ *Idem ibidem*.

a provocar um vazio de poder, levando a um avanço rápido das forças de oposição, causou uma subestimação do trabalho político e da discussão teórica, de um movimento enraizado junto à população, acelerando o fim da ALN.

Carlos Eugênio, em particular, afirma que as maiores qualidades de Carlos Marighella – a de saber impulsionar as pessoas e lhe dar responsabilidades e atrair os jovens – provocaram os primeiros equívocos dos caminhos que haviam sido traçados. Todos foram tomados por um excesso de otimismo com as primeiras vitórias, subestimando por extensão a censura, os vínculos políticos com a sociedade, ao invés de acumularem forças.

Sua verdade sobre o período, leva a repensar o significado da guerrilha urbana e abre uma nova perspectiva de revolução, ao tentar mostrar que, após anos de intensas ações armadas sob um Estado em situação de “guerra interna”, medo e punição, o debate político fora renegado a atos de violência, sem um esforço de atrair a população para suas propostas.

Os romances de Carlos Eugênio, principalmente seu segundo livro, *Nas Trilhas da ALN*, incorpora a violência e um ativismo desgastado no interior da luta armada, período em que ela já anunciava seu fim.

O militante propõe mais perguntas do que fornece respostas em sua narrativa. Seus livros relatam sua experiência de vida e, se há uma intenção exemplarizante, ela não ocorre através de simplificações grosseiras na tentativa de explicar o porquê de tudo. Há muitas coisas que as testemunhas desse período não sabem explicar e, por isso, não devemos esperar delas mais do que elas são capazes de fazer, mas aceitarmos seu testemunho com o que ele tem de valioso e único.

Sem dúvida, sua história recapitula uma realidade sociológica a que se deu escassa publicidade, colocando em perspectiva a violência da guerrilha e os erros históricos que foram cometidos. Sua narrativa está também impregnada de preocupação e alívio, perda e compensação, influenciando em sua maneira de narrar sua história. A necessidade de manter a esperança na luta e não deixá-la capitular, por mais ilusória que fosse nas condições em que a guerrilha se encontrava, é uma característica presente ao longo de seus livros e baseia-se na assertiva, comum a todos os militantes, de que “isso não pode continuar”, o que injetava fôlego na continuação do

processo revolucionário. Nesse sentido, a sensação de força, de invencibilidade é reproduzida do início ao fim do livro, olhando para a realidade através de um compromisso ético baseado igualmente em marcas emocionais estabelecidas.

Não houve um fim formalizado da organização. A única tentativa de reunir seus militantes foi frustrada por total indiferença de seus próprios quadros. A maioria dos militantes da ALN que participou de sua formação estavam exilados; alguns foram banidos, muitos estiveram em Cuba e não retornaram, alguns se deslocaram para o campo e foram presos pouco tempo depois. As dissidências não se firmaram, seus militantes, que voltaram ao país foram mortos ou exilados.

É provável que a resistência ao recuo da luta armada estivesse relacionada a um sentimento de responsabilidade e compromissos assumidos com os companheiros, notadamente com aqueles que haviam sido mortos. A necessidade de honrá-los e a preocupação de que a interrupção da luta levaria ao desprestígio político do grupo, além das críticas relacionadas à “inutilidade” do enfrentamento armado, levaram a um processo de autodestruição. Assumir a derrota tornava-se algo vergonhoso para esses militantes, pois além do orgulho pessoal que mantinham pelo fato de terem entregado o melhor de sua juventude em prol de uma causa, era um golpe muito grande em suas crenças e esperanças de modificar o país. Por isso, logo após o fim da luta armada, muitas vezes, o sentimento que restou em relação a esse período teve como consequência um desgaste muito grande, ocasionando o afastamento de muitos militantes da política. No entanto, vislumbrando seus erros, militantes se reintegraram ao PCB e a outros grupos no intuito de retomarem as discussões políticas. Carlos Eugênio continuou integrado à política.

A ênfase de Carlos Eugênio, nos relatos das ações armadas, prisões ou morte de seus companheiros está estreitamente ligada à realidade em que viveu ou, por extensão, a “situação de guerra”, definição encontrada em vários momentos de seus livros. Uma situação em que restava matar ou morrer, onde as regras de sociabilidade não eram mais as mesmas, mas nem por isso deixavam de existir.

Os delatores são detestados e punidos. Nesse contexto, matar tinha uma conotação moral para a luta, principalmente se isso interrompia a carreira e a sanha de um assassino cruel ou de um colaborador da repressão. A figura ditatorial, personificada na polícia, pelo emblema da repressão, causa desconforto assim como a figura do fugitivo, do “desbundado”, daquele que abandona a luta, ou troca de lado. Nem os próprios militantes foram poupados nessa situação de guerra declarada, apelando, como afirma Carlos Eugênio, inclusive para uma corte marcial, como foi o caso da morte de Márcio Leite de Toledo. A situação ditatorial vivida por essa geração prova também que o comportamento do indivíduo depende das circunstâncias em que está envolvido e não somente de sua vontade, constituindo-se, muitas vezes, em situações-limite.

Vivendo nessas condições extremas, o limiar do sofrimento dos atos de um indivíduo nem sempre ensina alguma coisa sobre ele, muitas vezes, a possibilidade da morte iminente tem como conseqüência reações mecânicas e racionais. Empregam-se assim meios extremos, atitudes muitas vezes instintivas de autopreservação e luta pela vida. O sofrimento é ambivalente, eleva uns e degrada outros e a experiência de ter passado por isso amadurece mais cedo as pessoas e lhes ensina lições que elas não aprenderiam de outra forma.

As memórias de Carlos Eugênio vão além do intento de restabelecer o passado, e aqui é importante destacar os bons e os maus usos dessa memória recobrada, tanto por parte daqueles a quem ela possa se destinar, quanto aos próprios protagonistas dessa história.

O desenlace da derrota narrado por Carlos Eugênio possui mais do que uma mensagem histórica, mas uma mensagem narrativa de superação, de recuperação de forças, de humildade pela derrota e pelos erros cometidos, de coragem e capacidade de sobrevivência, de tenacidade para enfrentar as críticas posteriores da esquerda brasileira, que o condenou. A narração é, por isso, um brotar de consciência, um processo de amadurecimento em relação às escolhas de luta realizadas.

Sua narrativa escancara seu lado humano, falhas, suas culpas, medos e erros. Essas são as conseqüências de parte de uma geração que optou não por uma morte moral, submetendo-se passivamente, mas escolheu dirigir

seu próprio destino optando por outro tipo de morte, aquela que recupera a dignidade do indivíduo, sua liberdade e, acima de tudo, a liberdade de seu povo.

Bibliografia

- ARANTES, M. A. de C. *Pacto Re-velado: psicanálise e clandestinidade Política*. São Paulo, Escuta, 1999.
- FILHO, E. Memória do Terror: Único comandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada. *Veja*, Edição nº 1455, ano 29, nº 31, 31 de julho de 1996.
- ROLLEMBERG, D. Clemente. In: KUSHNIR, Beatriz. *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro, Imago, 2002.
- MAKLOUF, L. *Mulheres que foram à Luta Armada*. São Paulo, Globo, 1998.
- MIRANDA, N. e TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar-a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Boitempo, 1999, p. 79-83.
- PAZ, C.E. *Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- PAZ, C.E. *Nas Trilhas da ALN*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- PEDROSO JÚNIOR, A. *Márcio, o Guerrilheiro: Vida e Morte de um Jovem Preparado para Vencer*. Rio de Janeiro, Papel Virtual, 2003.
- ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.
- SANCHES, V. Dirigente conta como ALN eliminou militante. *Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1987.
- STYCER, M. Márcio, o guerrilheiro: a história do militante da ALN eliminado pelos companheiros, há 32 anos. Revelações de um amigo e um livro inédito. As razões de quem o matou. *Revista Carta Capital*. Edição nº233, 26 de março de 2003.

Documentação de Arquivo Público

Uma autocrítica Necessária da Tendência Leninista da ALN. *Debate*, nº 7, setembro de 1971 (Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp).

Comunicado da ALN, Anexo nº 6024 (Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp. Fundo Brasil Nunca Mais-BNM).

DEOPS-confidencial-50-Z-9-41011. RPI n 01/72. II Ex. (Arquivo Público do Estado de São Paulo-SP).

Entrevistas

Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 21/09/03.

Entrevista de José Carlos Giannini, concedida em São Paulo, 17/10/04.

Depoimento de Carlos Eugênio Paz concedido a Denise Rollemberg, 19/07/00, Rio de Janeiro, p. 15-16. A entrevista foi doada ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e publicada em Cadernos AEL – Tempo de ditadura, vol. 8, nºs 14-15, 2001.

Depoimento de Artur Machado Scavone concedido a Denise Rollemberg em 5 de julho de 2000, p. 3. (A entrevista encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp).

Revista eletrônica

Bressane, Ronaldo Revista V nº 12, de maio/junho de 2005. Disponível em: <http://www.vw.com.br/revistav05/ed_012/materias/mat_12.htm>. Acesso: agosto de 2005.

Quércia intervém na campanha de Erundina. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/news.asp.news>>. Acesso em 14 de agosto de 2004.

Depoimento de Carlos Eugênio Paz a Toni Venturi e Renato Tapajós para o filme No olho do Furacão. “O líder que não caiu”. Disponível em: <<http://cabracega.uol.com.br /imagens/sobre/pesquisa.htm>>. Acesso em junho de 2005.

SOBRE QUATRO SUJEITOS HISTÓRICOS NAS MEMÓRIAS DA GUERRILHA URBANA E A CONSTRUÇÃO DE UMA LEMBRANÇA AFETIVA*

Mário Augusto Medeiros da Silva**

Às vezes, a gente fica muito preocupado em traçar as histórias políticas do período, sem se preocupar com as pessoas que as protagonizaram.¹

A memória coletiva, pioneiramente trabalhada na Sociologia por Maurice Halbwachs², é entendida como um construto social, onde a lembrança e o esquecimento operam a racionalização do ordenamento da

* Esse artigo corresponde, com pequenas alterações, a capítulos de minha dissertação de mestrado publicada no livro: *Os Escritores da Guerrilha Urbana: Literatura de Testemunho, Ambivalência e Transição Política (1977–1984)*, São Paulo: Fapesp/ANNABLUME, 2008.

** Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Doutorando em Sociologia pela mesma instituição.

¹ Fala de Renato Tapajós, em 03/05/2005, no Espaço Cultural Casa do Lago, da UNICAMP, em debate após a exposição de seu filme *Linha de Montagem*, para a comemoração da Semana dos Trabalhadores.

² HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990. A 1ª edição em francês é de 1950, publicada postumamente, uma vez que o autor morreu em um campo de extermínio nazista na 2ª Guerra Mundial. Halbwachs, discípulo de Émile Durkheim e Marcel Mauss, vinha se dedicando ao estudo da memória coletiva desde 1925, com o livro *Os Quadros Sociais da Memória*.

sociedade. Lembrar e esquecer, portanto, no âmbito do social, relacionam-se diretamente com o tipo de sociedade que se quer construir, ao mesmo tempo sobre quem ou o quê se quer que faça parte dela. No âmbito individual, e no caso particular de memórias traumáticas, elaboradas por sujeitos que experimentaram situações-limites – caso dos autores aqui analisados, sobreviventes das práticas ditatoriais empregadas pelo Estado Brasileiro a partir do golpe civil-militar de 1964, o lembrar e o esquecer operam como *Testemunho* e o jogo da memória como uma disputa de poder.

A idéia do *Testemunho* é originária de situações de extrema violência e experiências traumáticas, marcantes para o século XX. Guerras, genocídios, ditaduras, violação de direitos humanos racionalizados em escala industrial. A crítica especializada³ considera a consolidação dessa forma literária com a situação de exceção dos campos de concentração e extermínio da Segunda Guerra Mundial, em que sobreviventes passaram a relatar o que experienciaram. No caso latino-americano, o gênero testemunhal (*Testimonio*) foi reconhecido em 1969 pelo Prêmio *Casa de Las Americas*, de Cuba. As ditaduras civis-militares do Cone Sul, a partir dos anos 1960 produziram um sem-número de presos, torturados, exilados, párias sociais e mortos. Nos momentos de um pouco mais de abertura política ou redemocratização, os sobreviventes puderam contar suas experiências de eventos-limites e do horror. Tanto o *Testemunho* como o *Testimonio* são estéticas políticas, ligadas pelo compromisso do sobrevivente em contar o que viveu, para que jamais seja esquecido ou volte a ocorrer, denunciando

³ A bibliografia sobre a Literatura de *Testemunho* e *Testimonio* é numerosa. No Brasil, os trabalhos que procuraram inserir o conceito e sistematizar a discussão no país sobre o assunto encontram-se em: NESTROVSKI, Arthur & SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e Representação: ensaios*, São Paulo: Escuta, 2000; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura: O testemunho na Era das Catástrofes*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003; KOLLERITZ, Fernando. “Testemunho, juízo político e história”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 48, pp. 73-100, 2004; MARCO, Valéria de. “A Literatura de Testemunho e a Violência de Estado”, *Revista Lua Nova*, São Paulo: CEDEC nº 62, 2004, pp. 45-68.

igualmente seu estranhamento com uma sociedade que permitiu que o horror e a barbárie se naturalizassem.

Todavia, o sujeito que lembra o faz sob certas condições. O passado sempre é reelaborado de maneira que dê alguma conformação ao presente e ao devir, como o discutiu, por exemplo, Marie-Claire Lavabre onde o vivido é tratado como um uso político do passado⁴. Pierre Bourdieu explorou esse problema em pelos menos duas ocasiões⁵, valendo-se da idéia de *ilusão biográfica*. O sujeito que lembra criaria as condições para que sua memória sofresse um processo linear e esta conformação parecesse uma linha reta. Isso seria uma ilusão. Bourdieu prefere o termo *trajetória*, pois o caminho do lembrar seria muito mais sinuoso e acidentado, transpassado por eventos e situações que racionalizam o presente vivido.

Essas discussões anteriores permitem a introdução do tema do artigo, pois a abordagem sobre a memória dos antigos militantes da esquerda armada necessita, em geral, de algumas precisões que estabeleçam, efetivamente, quem é o objeto pesquisado. Não no sentido de sua formação política; mas, antes, de aspectos de sua trajetória pessoal, que o conduziram àquela formação. Dito de outra forma: *que tipo de construção o sujeito faz para traçar sua trajetória política e social, de maneira que ela justifique o presente vivido com, no caso, o passado narrado*. Neste artigo, tentarei discutir isto sob o âmbito de uma memória afetiva dos quatro escritores que estudei, de seus itinerários pessoais até o momento de entrada em organizações clandestinas, lembrados posteriormente em seus livros.

Após as entrevistas que me foram concedidas, para a elaboração de dissertação de mestrado sobre sete livros⁶ de memórias, romances e

⁴ LAVABRE, Marie-Claire. *Le Fil Rouge: Sociologie de la mémoire communiste*, Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1999.

⁵ BOURDIEU, Pierre. "L'illusion Biographique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n.62/63 (juin), 1986, pp. 69-72 (traduzido para o português no livro *Razões Práticas*, 1996); *Esboço de Auto-Análise*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

⁶ TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1977; GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, Rio de Janeiro: Codecri, 1977; *O Crepúsculo do Macho*, Rio de Janeiro: Codecri, 1978; SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias*

depoimentos de quatro ex-guerrilheiros urbanos⁷, que se tornaram os escritores Renato Tapajós, Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Reinaldo Guarany, observou-se a necessidade de precisar quem é o *personagem autoral* dessas narrativas, que escreve suas memórias, que se inscreve em discursividades temporais, que faz parte de um grupo e procura, posteriormente, inserir-se em outros, muitas vezes tornando o singular, plural.

Os sujeitos históricos aqui analisados, entre outros aspectos, são brancos, homens, adultos; de origens burguesa/pequeno-burguesa; moradores de grandes e importantes centros urbanos (Belém, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo); e viventes de momentos de transições históricas, culturais, arquitetônicas e políticas consideráveis. Se bem se sabe que toda atribuição e/ou enunciação de identidade é problemática, o que exprimem as categorias acima e em que auxiliam na compreensão de seus relatos?

Significam, antes de tudo, que o tempo, o espaço, os eventos e suas memórias não são algo partilhado por todos da mesma maneira. De partida, isso problematiza a idéia de uma geração, especialmente uma geração 1968. Será melhor falar, então, sobre uma *fração geracional*⁸, em detrimento de sua forma mais ampla. Isto porque, ainda atento às entrevistas, verifica-se

da guerrilha perdida, São Paulo: Global, 1980; *Roleta Chilena*, Rio de Janeiro: Record, 1981; GUARANY, Reinaldo. *Os Fornos Quentes*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; *A Fuga*, São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁷ Entre 2004 e 2005, entrevistei os escritores Renato Carvalho Tapajós, Alípio Vianna Freire, Alfredo Hélio Sirkis e Reinaldo Guarany Simões, para elaboração da dissertação. No mesmo período, os editores Fernando Mangarielo e Luís Alves Jr. Responsáveis pela publicação dos livros de Tapajós, Guarany e Sirkis.

⁸ Utilizam-se aqui os termos *fragmentos de uma geração* ou *fração geracional* no sentido de não uniformizar as experiências daqueles autores naquilo que poderia ser compreendido com uma *Geração dos anos 60* ou *Geração 68*. Isso não faria sentido mesmo dentro dos grupos de esquerda armada, por conta das singularidades dos itinerários pessoais e/ou dos grupos específicos. Foi justamente uma fração de pessoas que entrou na clandestinidade, se exilou etc. Ou ainda, no caso desse estudo em particular, o trabalho versa sobre quatro narrativas de experiências de militantes de origem de classe média e classe média alta. Logo, a formação pessoal e intelectual desses militantes não pode ser uniformizada a toda uma geração, mas

que sim, podem existir elementos do tempo e eventos partilhados por um grupo. Contudo, sua apropriação é sempre particularizada pelo sujeito.

O fato do sujeito histórico aqui analisado ser masculino e pequeno-burguês, logo de saída impõe duas questões: Como seriam as percepções das mulheres, dos militantes de extração proletária e camponesa sobre o *espírito do tempo*⁹? Durante toda a pesquisa, se questionou – e me foi perguntado: “Mas não há romances ou depoimentos de mulheres e operários semelhantes a esses?” E se existissem, seriam diferentes? Para a pesquisadora Elizabeth Jelin, da Universidade de Buenos Aires, sim. Tanto que seu artigo

[...] surge de una inquietud que se puso en evidencia en el curso de las investigaciones sobre los procesos sociales y políticos ligados a la memoria de las dictaduras, la violencia y la represión política, y la lucha por la vigencia de los derechos humanos en los procesos de transición: la escasa presencia y visibilidad de una perspectiva de género. La pregunta obvia es, entonces, ¿ qué tiene para aportar una perspectiva de género a estes estudios?¹⁰

Baseando-se nas idéias de experiência e subjetividade, a autora procura fazer distinções nas representações das memórias de homens e mulheres, discutindo as especificidades dos corpos, das necessidades, dos procedimentos de torturas e até mesmo das origens das instituições

sim à sua fração. A esse respeito, ver o livro de ensaios de CARDOSO, Irene. *Para uma Crítica do Presente*. São Paulo, Editora 34, 2003.

⁹ Sobre isso, veja-se o caso das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), situadas em Ribeirão Preto, interior de São Paulo e composto por militantes majoritariamente de origem camponesa. Cf. BAGATIM, Alessandra. *Forças Armadas de Libertação Nacional: o Grupo de Esquerda Armado Ribeirão-Pretano (1967–1969)*. Campinas, Coleção Monografia–IFCH/UNICAMP, 2004. A autora defendeu dissertação de mestrado sobre o mesmo grupo, naquela instituição, em 2005. Sobre a memória das mulheres, ver COSTA, Albertina de Oliveira. (org.) *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, cuja representação não tange a prosa ficcional, baseando-se em depoimentos.

¹⁰ JELIN, Elizabeth. El Género em las memorias de la represión política. *Mora*, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, vol. 7, 2001, p. 127.

repressoras, enquanto autoritárias e num modelo patriarcal. O corte de gênero, em sua percepção – já apontado por Marco Aurélio Garcia¹¹ – é determinante para compreender o problema da memória social.

Por outro lado, o fato desses testemunhos literários terem sido escritos em idade adulta, dá uma outra dimensão do problema. A produção cinematográfica latino-americana recente tem se voltado cada vez mais a uma memória traumática das crianças sobre as ditaduras no subcontinente.¹² O olhar das crianças capta fatos, racionaliza os eventos de maneira diferente de um indivíduo adulto, mesmo que essa criança tenha de amadurecer mais rápido. Ainda que um dos autores aqui analisados fosse um adolescente quando os eventos de suas memórias são narrados – o caso de Alfredo Sirkis –, a racionalização e escrita do depoimento se faz quando o sujeito se encontra já em sua terceira década de vida.

O aspecto étnico também importa. As justificativas caminham no mesmo sentido que as de gênero e se agravam quando se agregam. Como seriam as representações de negros, orientais, judeus etc. sobre aqueles anos na esquerda armada? E das mulheres negras, judias, orientais etc? Parte dessa pergunta já foi respondida por Beatriz Kushnir¹³ na coletânea que organizou, abordando diversos aspectos da militância, dentre eles a origem étnica. Basta observar alguns dos sobrenomes de militantes – Iavelberg,

¹¹ GARCIA, Marco Aurélio. O Gênero da Militância. *Cadernos Pagu* (8/9), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1997, pp. 319-342.

¹² Vejam-se, exemplarmente, *Kamchatka* – Argentino, 2002, de Marcelo Piñeyro, cujo narrador, Harry, é um menino de 10 anos em 1976, ano do golpe naquele país – *Machuca* – Chileno, 2004 –, filme autobiográfico de Andrés Wood que narra a amizade dois meninos de classes sociais diferentes durante o período Allende, pré-golpe; *Nunca fomos tão felizes* – 1985, de Murilo Salles, sobre a difícil ligação entre um pai guerrilheiro e seu filho; *Dois Córregos* – 1999, de Carlos Reichenbach, narrado a partir das lembranças de uma menina sobre seu tio, militante clandestino; e *Quinze filhos* – 1996, documentário de Martha Nehring sobre as memórias de filhos de militantes exilados, presos, mortos e clandestinos.

¹³ KUSHNIR, Beatriz. “Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-1975)”. In: KUSHNIR, Beatriz. *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*, Rio de Janeiro, Imago, 2002.

Sirkis, Ackselrud – para pensar nessa singularidade (especialmente quando da morte dos indivíduos, atribuída a suicídio, e isso implica em problemas religiosos). A origem étnica é determinante, dentre outros fatores, na produção de memórias e testemunhos, merecendo ser vista com maior atenção.

Os grandes centros urbanos como origem e cenário oferecem a dimensão do turbilhão que essa fração geracional está inserida. Assim como a especificidade do pós-guerra, dos *filhos da bomba tropicais*, subdesenvolvidos, nascidos no terceiro-mundo, latino-americanos. Esse foi um aspecto identitário de grande importância para o trabalho. Uma cultura livresca, francófila e afrancesada, conectada, num segundo momento, a uma discussão terceiro-mundista é preponderante, seja nas entrevistas, seja nos testemunhos, importante especialmente aos que foram exilados. Mais fácil e acessível a indivíduos fora da zona rural, letrados, falantes de ao menos três idiomas, com acessos a bens culturais cosmopolitas, etc.

Oligarquia, comunismo e uma leitura francesa de Marx

Nos anos 1930, em Belém do Pará, chegava ao fim uma guerra entre famílias, objetivando deter o poder do Estado. Guerra histórica, datada desde os meados do século XIX, entre aquelas duas famílias e tantas outras, alternando-se nos espaços de poder, a luta se dava entre os Malcher e os Sarmiento, acirrada pelo declínio e ascensão de um ou outro grupo, em função de singularidades históricas e dinâmicas do Capitalismo. Belém do Pará era um pólo econômico importante, motor e dependente da economia do ciclo da borracha. Já no começo do século XIX, Belém começa a assumir aspectos de grande capital, quando ruas eram calçadas com paralelepípedos de granito (importado de Portugal), surgindo os grandes edifícios públicos, os serviços telegráficos através de cabos submarinos, a drenagem dos alagados, o sistema de iluminação a gás e o Teatro da Paz. O mercado municipal, hospitais, quartéis, cemitérios, todos resultaram da pujança da economia da borracha, que encontra seu declínio por volta de 1912, através da competição de companhias estrangeiras.

Os conflitos oligárquicos em Belém do Pará em nada diferem de outros confrontos regionais, familiares, espalhados pelo Brasil de ponta a ponta, no embalo da crise republicana, incapaz de pôr fim aos regionalismos do poder, culminando com o colapso do governo de Washington Luís, ascendendo a Era Vargas e rompendo – de certa forma – o pacto oligárquico estabelecido até então.

No Pará, a chegada de Vargas significa a intervenção de Joaquim Magalhães Barata, aliado do grupo opositor à família Sarmiento. E eis que os remanescentes dessa família se vêem de uma posição oligárquica, advinda desde o século anterior, reduzidos a uma *classe média precarizada*, tendo como matriarca uma velha senhora enérgica, educada na Suíça, falante fluente do francês – e será através desse conhecimento que sobreviverá, tornando-se professora local e mantendo os seus familiares – com uma vasta biblioteca em casa (cerca de 20 mil títulos), dos tempos antigos do pai, o Coronel da Guarda Nacional Joaquim José Paes Sarmiento, que ia freqüentemente à Europa e gostava de manter-se atualizado com as novidades do pensamento, mesmo que fossem de esquerda.

Essa matriarca via com bons olhos a ligação da filha – Maria Hermengarda Carvalho – com os jovens comunistas, como Pojucan Moura Tapajós, que caminhavam por Belém, à época. É o que relata seu neto, Renato Carvalho Tapajós, nascido naquela cidade, em 1943:

[...] A minha formação é meio complicada. Embora meu pai fosse comunista. Tivesse sido do Partido Comunista, eu tenha vivido numa família que tinha várias pessoas que foram militantes comunistas, certo? [...] Tinha toda uma formação, desde pequeno, muito ligada ao Marxismo. E tinha toda uma literatura marxista à vontade na biblioteca do meu pai. Curiosamente, na biblioteca do meu avô, que foi um dos oligarcas do Pará... Meu bisavô, que era o coronel [...] da Guarda Nacional e uma das figuras políticas proeminentes. Ele era um sujeito muito culto. E ele trazia da Europa os livros, inclusive os livros marxistas, os livros anarquistas etc., porque ele queria se informar de tudo que tava rolando no mundo [...] Meu bisavô foi o... o pai da minha avó. Foi o coronel Sarmiento que dominou... A política paraense no final do século XIX,

comecinho do século XX [...] Esse lado oligárquico da minha família recebe dois baques fundamentais: primeiro, por volta de 1915 por aí, entre 15 e 17. Que o grupo oligárquico do qual o meu bisavô fazia parte é derrotado politicamente no local, e os Malcher, que era o grupo rival, toma conta do estado do Pará. Então de 1917 a 1930... o pessoal da minha família fica fora do poder [...] Em 30, com a Revolução de 30, o... Getúlio nomeia prá interventor um tenente chamado Magalhães Barata, que acaba com o poder dos coronéis [...] Ou seja, a minha família além de perder a grana, perder o poder, ainda fica no desvio...¹⁴

Perda de poder, queda social, crise econômica, abalo do *status*, descida no desvio: a justificativa de Tapajós para a estranha união de sua família – que justificaria parte de suas opiniões *a posteriori* – está, então, no aceite de sua avó aos comunistas e na guerra regional, influenciada por fatores externos (Barata, Vargas, Malcher e crise econômica):

Então, a minha avó, como digna representante dessa oligarquia, ela tinha um profundo ódio... do Getúlio, do Magalhães Barata e de toda aquela configuração política que tinha sido responsável pela desgraça da família. Quando começa a aparecer na família os comunistas, como o meu pai etc., a minha avó acha bom, porque os comunistas são contra o Getúlio, os comunistas são contra o Magalhães Barata [...] Minha avó[...] era daquelas matriarcas autoritárias prá cacete, mas que tinha uma visão muito crítica em relação aos jovens... então quando ela tava, em locais públicos ela comentava, tal, então ela, ela... ela fazia comentários do seguinte gênero: “Olha lá fulano, filho de fulano, etc. etc., um rapaz brilhante, rico, com dinheiro, bem apessoado, pena que ele seja de direita!”¹⁵

Talvez num desejo de recuperar a posição anterior, talvez com um novo projeto de intervenção social: o fato é que os comunistas representam algo novo, não só na família de Tapajós, como também no cenário político brasileiro. Belém, uma cidade que começa a se familiarizar ao cosmopolitismo

¹⁴ Entrevista com Renato Tapajós concedida ao autor em 25/11/2004, Campinas – SP.

¹⁵ *Idem, ibidem.*

das pessoas e das idéias, torna-se palco nada estranho às memórias políticas e culturais de Tapajós, como no trecho a seguir:

Eu nunca fui do Partido Comunista porque quando eu cheguei à adolescência, tanto meu pai, quanto minha tia e meu outro tio, que também eram do partido, todos já tinham saído por causa dos extermínios de Stálin, essa história toda, então eu nunca me senti, vamos dizer assim, motivado a entrar no partido [...] Nesse período, quer dizer, em que eu tava totalmente exposto a... dentro da minha própria família... ao pensamento comunista, marxista, eu li *O Manifesto Comunista* com 13 anos de idade... eu participava de reuniões, eu conheci na minha casa, dirigentes do partido, como o... João Amazonas, que era amigo do meu pai... em 57, 58.¹⁶

Aliado a isso, há uma determinação forte da cultura francesa, alicerçada na rígida educação da avó materna, que exigia de filhos e netos conhecimento invulgar da língua e literatura daquele país. A francofilia no Brasil, especialmente nos grandes centros urbanos, nas grandes capitais, é um fenômeno que se processa até meados dos anos 1950, seja pelo ensino da língua em colégios públicos e particulares; pela divulgação de um padrão cultural dominante, pré 2ª Guerra, que se focava na França, detentora, entre outras coisas, da língua diplomática mundial; a difusão do prestígio daquele país pelas Alianças Francesas e Centros Culturais espalhados ao redor do mundo; os colégios internos para moças e rapazes de famílias abastadas, em que o francês era a língua predominante etc.¹⁷

¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷ Mais tarde, a influência da França se dará, na esquerda, através do pensamento de intelectuais como Louis Althusser. Sobre as relações Brasil-França, checar: BASTOS, Élida, RIDENTI, Marcelo & ROLLAND, Denis. (orgs.) *Intelectuais: Sociedade e Política, Brasil-França*. São Paulo, Cortez Editora, 2003. Especialmente os artigos de Rolland – “O Estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo” – e de Michael Löwy – “Notas sobre a recepção crítica ao althusserianismo no Brasil (anos 1960 e 1970)”. Acerca da francofilia entre os intelectuais modernistas, ver o item “Galomania” de MICELI, Sérgio. “Poder, Sexo e Letras na República Velha”. In: *Intelectuais à brasileira*, São Paulo, Cia das Letras, 2001.

O francês como segunda língua – ou, às vezes, a primeira – cria um padrão de pensamento, um acesso a lógicas diferentes, um bem simbólico importante na estrutura da sociedade brasileira. O caso relatado por Tapajós é um fenômeno comum – ao menos para os indivíduos provenientes de sua fração de classe:

Eu fui exposto também à cultura francesa, entendeu? Quer dizer, a minha avó fazia questão de que todos nós falássemos francês, tivéssemos uma formação, entende? [...] A cultura era coisa criada, gerada e controlada pela França, o resto do mundo, inclusive a Inglaterra era... de bárbaros, certo? [...] Em Belém, isso é muito marcado até o começo dos anos 60 [...] Com 17 anos eu fiz, eu me formei no curso de Língua e Literatura da Universidade de Nancy, dado pela Aliança Francesa, entendeu?¹⁸

A exposição, desde os sete anos, à língua e cultura francesa, exigida pela avó e subvencionada pela biblioteca e dinheiro familiares, molda, como afirma Tapajós, sua visão de mundo. Aliado a isso, a presença de comunistas na família, introduzindo-os no universo da filosofia e prática marxista, conformam um complexo caldo de cultura:

Agora, o quê isso trouxe prá mim? Me expôs muito cedo... a toda a vertente francesa da filosofia européia, quer dizer, formou o meu pensamento como um pensamento cartesiano. [...] Eu reconheço hoje em dia que o meu Marxismo... ele é extremamente carregado de um pensamento cartesiano... que não é a mesma coisa... Quer dizer, Descartes não é a mesma coisa que Hegel... E, no entanto, na minha cabeça, o Marxismo funcionava dentro daquele universo cartesiano...¹⁹

Essa mistura também está unida e/ou culmina com a leitura do Existencialismo ateu, de Sartre, como afirma o autor:

¹⁸ Entrevista com Renato Tapajós, 25/11/2004, Campinas – SP.

¹⁹ *Idem ibidem*, p. 21.

E em seguida, dentro dessa conexão francesa, eu li o Existencialismo... Então, com 14, 15 anos, eu comecei a devorar o Sartre, eu li Simone de Beauvoir e Sartre, que era de romances, livros mais leves etc., mesmo livros teóricos como *O Existencialismo é um Humanismo* [...] *O Ser e o Nada*, um pouco mais tarde, já com 20 e poucos anos [...] Eu tanto considerava o Existencialismo como uma visão de mundo extremamente correta e adequada, como o Marxismo também, quer dizer, prá mim, foi de uma perfeição histórica, ver o Sartre nas ruas, em maio de 68, apoiando os estudantes nas barricadas e vendendo o jornal maoísta, quer dizer, aquilo ali, pra mim, era, era a comprovação de que eu tava certo, de que o Marxismo e o Existencialismo casavam [...] E assim aconteceu comigo, eu acho que aconteceu com grande quantidade de jovens de classe média que tavam na Universidade, que participaram do Movimento Estudantil, que foram pra luta armada, que tinham esse par de filosofias na cabeça.²⁰

No início dos anos 1960, Tapajós vem a São Paulo para estudar Engenharia, no curso da Escola Politécnica da USP. Matriculou-se e não o concluiu. Resolve fazer Ciências Sociais, aproxima-se de grupos de literatura – Poesia Concreta e Poesia-Práxis – de discussões de cinema e ganha a vida como publicitário. Inicia sua carreira como documentarista também. São dessa época os vídeos *Vila da Barca* – premiado em 1967, no Festival de Leipzig, Alemanha –, e *Universidade em Crise* etc. Como afirma o autor:

[...] eu, eu chego ao cinema pela literatura, a minha formação é, originalmente, literária. Eu lia pra cacete quando criança, meu pai tinha uma biblioteca imensa, meu bisavô tinha uma biblioteca maior ainda, eu vivia numa casa que tinha quase 20 mil livros... então, eu li muito, eu fui uma criança muito solitária, sem muitos amigos, então eu me metia naquela biblioteca, e até os 15 anos de idade eu li coisa pra cacete. Eu li muita coisa! Quando eu vim pra São Paulo, aos 19 anos... eu nunca tinha ido no cinema. E é um momento que eu acho que tem... quer dizer, a eclosão do Cinema Novo... O

²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 21-22.

Glauber tava aparecendo... Um dia, volto de férias pra Belém e vejo que o filme de que se falava há seis meses, que era *Deus e o diabo na terra do sol* tava passando no cinema de Belém, antes de estrear em São Paulo. Aí eu fui na... sessão de duas horas da tarde pra ver o filme... Eu consegui sair do... do cinema às 10 horas da noite, eu vi cinco sessões seguidas do *Deus e o diabo*... Eu fiquei, assim, fascinado, grudado na cadeira, não conseguia, sabe? Quer dizer... Decorei o filme! Aí me apaixonei pelo cinema, quer dizer, e o cinema... E eu acho que não é só uma coisa individual, é uma coisa de geração, eu acho que a minha geração foi apaixonada pelo cinema... Num momento em que a televisão não era muito significativa, não existia computador, não existia internet, não existia nada dessas coisas, o cinema era a grande linguagem... e... e eu acho que... que isso acabou moldando uma forma de expressão que hã... o meu cinema era literário e a minha literatura cinematográfica, é... porque o meu cinema é literário, se você for ver meus filmes, você vai ver que eu não sou uma pessoa que parte da imagem... A imagem é consequência. Eu parto do texto, eu parto do conceito, eu parto do discurso. Eu... Eu me preocupo muito mais com o fluxo da narrativa do que com as imagens individuais.²¹

Por conta de sua militância e atuação numa organização de orientação maoísta, a Ala Vermelha, o autor é preso e condenado a cinco anos de detenção no Presídio Tiradentes, São Paulo, entre 1969 e 1974. O livro *Em Câmara Lenta*, que seria o primeiro de um ex-guerrilheiro urbano a narrar tal experiência, e as considerações sobre o período nascem em 1973, na cadeia, em discussão coletiva com companheiros de cela. Infelizmente, não será possível discutir o romance aqui neste artigo²².

²¹ *Idem, ibidem.*

²² Cf. SILVA, Mário Augusto M. da. *Op. Cit.*

A vida passando na janela ou A Idade da Razão?

Nosso quadro teórico nos permitia apenas explicar as determinações sociais que operam no indivíduo. Mas não tínhamos a mínima idéia das múltiplas mediações que são colocadas pela vida pessoal de cada um, ao receber essas influências sociais.²³

No interior de uma família mineira, em 17 de fevereiro de 1941, em Juiz de Fora, nasce aquele que seria um dos mais controversos e editorialmente bem-sucedido autor de memórias sobre a guerrilha urbana – Fernando de Paula Nagle Gabeira.

A trajetória intelectual, profissional, muitas coisas que se entrelaçam... Eu sou um cara do interior de Minas, Juiz de Fora, que é uma cidade operária, sempre foi uma cidade de indústria têxtil. Nasci e me criei num bairro operário, mas sou um cara de classe média; meu pai era um pequeno comerciante e sempre desejava que nós fôssemos muito bem-educados e tivéssemos as condições que ele não teve, quer dizer, que tivéssemos uma ascensão social que ele não conseguiu ter. Então, meu pai me preparou para ser um cara que trabalhasse no Banco do Brasil, porque o Banco do Brasil naquela época era a perspectiva mais interessante que a gente tinha. Então, nesse sentido, eu sou tudo aquilo que meu pai não quis que eu fosse, entende? Quer dizer, ele dizia que detestava que as pessoas fossem poetas, jornalistas e ficassem de noite nos botequins...

Eu não saía dos botequins, era poeta e jornalista...²⁴

²³ GABEIRA, Fernando. “Somos todos cosmonautas?” *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 32ªed., 1982, p.70. Grifos meus. O autor foi o único escritor que não consegui entrevistar. Em razão disso, me vali de outras entrevistas que concedeu ao longo dos anos.

²⁴ Entrevista concedida em 04/10/1979 a HOLLANDA, Heloísa B. de & PEREIRA, Carlos Alberto M. (orgs.) *Patrulhas Ideológicas (marca reg.): arte e engajamento em debate*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p.181. Essa entrevista foi realizada pouco menos de um mês após o retorno do exílio do autor.

Gabeira iniciou sua carreira de jornalista ao final dos anos 1950 em Juiz de Fora, onde também se tornou secretário da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Em 1960, muda-se para o Rio de Janeiro, após uma rápida passagem por Belo Horizonte, para trabalhar como redator do *Jornal do Brasil*, num período, bem como subsecretário de oficina do semanário *Panfleto*, que defendia as posições da ala à esquerda do PTB. Ainda no *Jornal do Brasil*, em 1964, passa a atuar no movimento sindical dos jornalistas.

Numa dupla vida que, de um lado, lhe abria uma promissora carreira profissional (aos 23 anos era pauteiro e, mais tarde, foi promovido a Chefe do Departamento de Pesquisas do mesmo jornal) e, por outro, buscando uma atuação num jornal clandestino de um partido político. Gabeira opta pelo segundo, iniciando militância e atividade clandestina na Dissidência da Guanabara do Partido Comunista (DI-GB ou a *O.*, como aparece em seus livros), mais tarde Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8, em 1969, aos 28 anos.

Num certo momento, eu chego na janela do *Jornal do Brasil*, e vejo uma manifestação de 50 estudantes andando contra o trânsito. Eu digo, “Esses caras não têm a mínima chance de vitória, mas eu sei que eles são audaciosos, não é? Poxa, 50 caras aí contra o trânsito...” Aí eu olhei prá minha redação, e estavam lá aqueles jornalistas escrevendo, já meio curvos... eu pensei... “isso aqui não tá com nada, eu vou embora”...Aí fui, desci. Eu já andava procurando contatos com o movimento estudantil e toda vez que pintava uma manifestação defronte ao *JB*, eu já ia, entende, já era normal... e com isso eu comecei a ter realmente contato com o movimento estudantil, a transar com o movimento estudantil e assim saltei de geração, porque eu sou um pouco de contrabando nessa geração de 68. Naquela época, eu já estava casado, com filhos e toda essa coisa... E me dei bem; no sentido de que quando tomei contato com o movimento estudantil, percebi que era ali que estava se fazendo o trabalho mais sério contra a ditadura.²⁵

²⁵ HOLLANDA, H. B. de & PEREIRA, C. A. M. *Patrulhas Ideológicas...* *Op. Cit.*, pp. 183-184.

Dez anos mais velho que a maioria de seus companheiros de mesma extração social, detalhe sempre apontado pelo próprio autor e por outros, o quadro de opções de Gabeira (e de outros) parece ser semelhante ao da personagem Mathieu Delorme, do romance *A Idade da Razão* (1945), início da trilogia d'*Os Caminhos da Liberdade*. Na obra de Jean-Paul Sartre, o personagem principal é um jovem professor de filosofia num liceu, em meio a questões individuais e políticas de enorme monta: entrar na Idade da Razão, assumindo suas responsabilidades, fazendo como todo cidadão de sua idade (34 anos) e classe social; ou seja: casar-se, solidificar uma carreira, ter filhos, não se envolver com política, deter uma moral burguesa ilibada etc.; ou engajar-se, por outro lado, em alguma causa, pronunciar-se publicamente pelo comunismo e pela Resistência, atuar ao lado de jovens militantes – em geral, seus alunos, com quem tem embates de diversas ordens –, enfim, escolher fazer uma traição de classe e de geração. Creio que o diálogo entre este personagem e seu irmão mais velho Jacques, o bem-sucedido a quem Mathieu pede dinheiro emprestado para pagar o aborto sua amante, Marcelle, é bastante ilustrativo sobre o quê se argumenta:

— Escuta – disse Mathieu – há um mal-entendido entre nós; pouco me importa ser ou não burguês. O que eu quero, apenas... – acabou a frase entre os dentes – é conservar a minha liberdade.

— Eu imaginava – disse Jacques – que a liberdade consistia em olhar de frente as situações em que a gente se meteu voluntariamente e aceitar as responsabilidades. Não é, por certo tua opinião: condenas a sociedade e, entretanto, és funcionário nessa sociedade. Proclamas uma simpatia de princípio pelos comunistas, mas tens cuidado em não te comprometeres. Nunca votaste. Desprezas a classe burguesa e, no entanto, és um burguês, filho de burgueses, e vives como um burguês.

Mathieu fez um gesto, mas Jacques não se deixou interromper.

— Estás, no entanto, na idade da razão, meu caro Mathieu – disse com uma piedade ralhadora – Mas isso você também o esconde, quer fazer-se de mais moço. Aliás... talvez seja injusto. Talvez não tenhas ainda a idade da razão, é uma idade moral, a que cheguei antes de ti.

“Pronto”, pensou Mathieu, “vai-me falar de sua mocidade”. Jacques era muito orgulhoso de sua juventude, era sua garantia,

permitia-lhe defender o partido da ordem em boa consciência. Durante cinco anos macaqueara com aplicação as loucuras em voga, fora surrealista, tivera algumas aventuras lisonjeiras e chegara mesmo a respirar por vezes, antes do amor, um lenço embebido em éter. Um belo dia acertara o passo. Odette trazia-lhe seiscentos mil francos de dote. Ele escrevera a Mathieu: “É preciso ter coragem de fazer como todo mundo para não ser como ninguém”. E comprara um cartório.²⁶

Em Gabeira, o embate pela idade da razão se processa semelhantemente a Mathieu, no excerto abaixo, em que as influências existencialistas do autor são reconhecidas:

Então, você vê, a minha trajetória assim a um nível especial é essa... um cara que era jornalista, boêmio, líder estudantil na década de 50, que depois passa a ser um jornalista profissional nos 60 e se integra ao movimento de oposição à ditadura e à luta armada nos fins dos 60 e dos 70. Quer dizer, a trajetória intelectual não é a trajetória clássica. Eu não cheguei à luta armada através da leitura d’*O Capital* nem da leitura marxista e foram poucos os de nossa geração que chegaram à luta política e à luta armada através de uma leitura, de uma reflexão sobre os clássicos. No meu caso, a formação que eu tinha, quando ... eu lia muito, eu ia ser escritor, eu lia muito os americanos, [William] Saroian, [Ernest] Hemingway, [John] Dos Passos, todo mundo... eu era um contista em potencial e a influência filosófica sobre a nossa geração era a influência francesa do pós-guerra, ainda eram os existencialistas... Sartre e Camus. [...] Voltando à questão inicial sobre a minha trajetória, eu te diria: um cara literato, existencialista, que fez a luta armada no

²⁶ SARTRE, Jean-Paul. *A Idade da Razão*. São Paulo, Abril Cultural, 1981, pp. 130-131. [tradução: Sérgio Milliet.] O fato desse romance ter sido escrito no pós-guerra é altamente significativo e o trecho escolhido é carregado de simbolismos. *A Idade da Razão* – e os romances seguintes que compõem *Os Caminhos da Liberdade: Sursis* (1945) e *Com a morte na alma* (1949) – é a forma literária que Sartre escolheu para dar conta do colaboracionismo francês com a ocupação nazista de Paris e de Vichy, objetivando analisar o comportamento dos franceses – em especial, dos intelectuais – durante o período (imediatamente antes, durante e depois, como segue a trilogia).

horizonte ainda do existencialismo, que abraçou o marxismo um tanto *post-festum*, depois de ter feito todas as cagadas decorrentes da minha incompreensão teórica.²⁷

O que é isso, Companheiro?, escrito no exílio europeu, na Suécia, após um encontro casual com Ziraldo e outros jornalistas d'*O Pasquim*²⁸, em 1978, pelas ruas de Paris, procura dar conta do período compreendido entre 1964 e 1973, abrangendo sua tomada de posição até o seu primeiro momento de exílio no Chile. O livro se tornaria um sucesso, fenômeno sem precedentes e jamais repetido para os guerrilheiros que se tornaram escritores. Os trabalhos posteriores de Gabeira, todos versando sobre o exílio ou suas impressões sobre seu retorno ao Brasil também nunca alcançaram os mesmos índices de venda que este seu primeiro depoimento. Em 1980, Fernando Gabeira recebeu o prêmio Jabuti, categoria “Memórias” por seu livro²⁹.

O dobrado do Barão do Rio Branco: do lacerdismo ao exílio

Em datas diferentes aportam no Brasil, ao fim dos anos 1940, dois imigrantes poloneses, refugiados da guerra e do comunismo que ascendera naquele país. Ambos oriundos de cidades do interior da Polônia (Lodz e Pinsk, respectivamente) chegam ao Rio de Janeiro ainda na época em que a cidade era capital federal e centro de referência cultural, cosmopolita por excelência.

Como se conheceram Herman Sirkis – com 31 anos, chegado em 1947 – e Liliana Sirkis – com 25 anos, em 1948, quando aportou no

²⁷ HOLLANDA, H. B. de & PEREIRA, C. A. M. *Patrulhas Ideológicas... Op. Cit.*, pp.185 e 187. (Colchetes meus.)

²⁸ Entrevista com Fernando Gabeira a *O Pasquim*, nº 490, Rio de Janeiro, de 17 a 23/11/1978, pp. 10-18.

²⁹ Cf. SILVA, Mário A. M. da., *Op. Cit.* Especialmente o capítulo quatro.

Brasil – é objetivamente menos importante para este artigo que o resultado dessa união: Alfredo Hélio Sirkis, nascido em 1950, naquela cidade.

Ao que parece, apesar de virem na condição de migrantes, os pais de Sirkis conseguiram estabelecer um padrão de vida razoavelmente bom, podendo propiciar ao filho único certas benesses. Como se tratam de refugiados, experimentados em dois sistemas totalitários, adquirem “[...] *o descrédito por todos os sistemas de poder e um humanismo cético e apolítico, mitigado de leves simpatias pela social-democracia sueca*”³⁰, como afirma o autor em suas memórias. Essa percepção advém do fato de que Herman, judeu polonês fugido da ocupação nazista em 1939, chegou a uma região da Polônia Oriental ocupada pelo Exército Vermelho russo, ao qual foi incorporado forçosamente. Seu dever, como o de muitos outros, seria o de construir uma estrada de ferro entre Moscou e Leningrado, a golpes de picaretas. Pegara malária, passara fome e por não conseguir trabalhar, negaram-lhe comida.

O Alto Comando Soviético decidiu criar uma divisão polonesa de guerra quando eclode o conflito entre as URSS e a Alemanha. Foi o que salvara Herman Sirkis, curado e alimentado para juntar-se às fileiras do Exército Vermelho. Termina a guerra como capitão da divisão de blindados. Em 1946 chega a uma Polônia devastada e resolve fugir, não se sabe porque, exatamente para o Brasil.

Liliana, também judia polonesa, filha de um dos treze mil oficiais poloneses prisioneiros e fuzilados sob as ordens de Stálin no *Massacre da Floresta de Katyn*³¹, sofre as ações da guerra e do comunismo, quando é deportada com mãe e irmãs para a Sibéria,

³⁰ SIRKIS, Alfredo. Do lacerdismo à subversão. In: *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo, Círculo do Livro, 1980, p. 28.

³¹ Katyn: aldeia da Rússia, a oeste de Smolensk. Nas suas proximidades, os alemães descobriram, em abril de 1943, oito fossas com cadáveres de cerca de 4.500 oficiais poloneses mortos com um tiro na nuca. Os alemães acusaram os soviéticos pelo massacre, e estes responderam atribuindo à Alemanha a autoria do crime. A responsabilidade dos soviéticos, porém, foi estabelecida posteriormente.

trabalhando cinco anos em um *kolkhoz*.³² Enquanto estivera na Sibéria, as famílias judaicas de sua cidade natal – Pinsk – foram exterminadas pelos alemães (após a expulsão dos soviéticos). Daí sua decisão de emigrar.

Logo, é de se imaginar que as características do humanismo cético e apoliticismo, revelados por seu filho na imagem que montou dos pais, estão harmônicos, em certo sentido, com o período de desmobilização ideológica no Brasil do pós-guerra do governo Eurico Gaspar Dutra (1945-1950) e reverberam no estilo de educação passada para o filho:

Depois de uma bem cuidada infância no British School of Rio de Janeiro, no Anglo-Americano e todo o ginásio no Andrews, caros colégios particulares de Botafogo, de cursos na Aliança Francesa, na Cultura Inglesa e mais uns quantos professores particulares – não somos ricos, mas fazemos os sacrifícios necessários para te dar a formação que não pudemos ter, dizia ela [a mãe] –, aos dezesseis anos, por sugestão-para-o-meu-próprio-bem, fui medir-me com o temido exame de seleção do *Cap*.³³

Cap é o Colégio de Aplicação, vinculado à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que alunos dos últimos anos da faculdade lecionavam, ao lado de professores mais antigos e regulares. Isso se dá no ano de 1965.

A singularidade expressa por Gabeira, em suas memórias, era sua idade avançada em uma década face aos seus companheiros mais jovens. A de Sirkis, como de tantos outros, estaria justamente na sua extrema juventude. Aos 14 anos, em 1964, como muitos de sua fração geracional, é um apoiador do golpe, lacerdista, liberal-conservador, com um retrato de John Kennedy estampado no quarto, o que muito orgulhava seu pai. Aos 16 anos já iniciava o caminho para o ingresso numa organização subversiva.

³² Kolkhoz: na antiga URSS, fazenda de propriedade coletiva, desenvolvida a partir de 1930. Tinha superfície média de 7.000 hectares.

³³ SIRKIS, A. Hora do Rush. In: *Os Carbonários... Op. Cit.*, p. 20. (colchetes meus.)

Por causa, até hoje acredita [seu pai], daquele maldito colégio, como diz, é que seu filho rebelde, mas no fundo bom menino e, em todo caso, sadiamente direitista, um belo dia trocou, no quarto, o retrato de John Fitzgerald Kennedy pelo de Ernesto Che Guevara. [...] Eu não era propriamente da turminha. Novo colégio, nem da esquerda era. Continuava a ser lacerdista... Depois que entrei no CAP e conheci, pela primeira vez, os “terríveis esquerdistas”, fui nuanceando os juízos[...] Revoltado com o fechamento do nosso grêmio, com a censura ao nosso jornalzinho de escola e com a supressão dos jornais-murais, eu concordava também com os objetivos daquela passeata, convocada pela UME e pela AMES, contra as condições imundas e degradantes do Calabouço, o restaurante universitário, contra os acordos MEC–USAID e o pagamento de anuidades.³⁴

Os Carbonários se inicia com as memórias do narrador em meio à sua entrada no Colégio de Aplicação da UFRJ e em fins de outubro de 1967, quando se dirige à passeata contra os acordos entre o Ministério da Educação e um órgão norte-americano (USAID), na qual morreria o estudante Édson Luís. Um narrador adolescente, no tempo das passeatas, que vai construindo suas percepções sobre os sujeitos sociais, as alterações de espaço, de política – alterações objetivas que se confundem com a subjetividade de alguém tão jovem.

Um narrador que tenta ser muito sincero e cujo autor se vale do uso de um estilo literário livre, mais despojado, em que romances escritos como um repertório do cotidiano pessoal, um inventário de fatos e situações, sem grandes ostentações e inventividades formalistas é aceitável. *Os Carbonários* foi escrito no embalo de leituras de autores convencionalmente denominados *malditos e contraculturais* como o afirma Sirkis,

[...] porque, nessa época, eu tava lendo muito [William] Burroughs, tava lendo o... [Charles] Bukowski, tava lendo o pessoal... os *beat* [*beatniks*], *On the road* [de Jack Kerouac]...³⁵

³⁴ *Idem, ibidem*, pp. 21-23.

³⁵ Entrevista concedida ao autor em 28/04/2005, Rio de Janeiro. É interessante que esses autores possam ser influência de Sirkis. Tanto ele quanto aqueles são

Mas assim como *On the road*³⁶ tem como personagem um Sal Paradise (alter ego de Jack Kerouac), cuja intenção é narrar suas viagens, encontros, expectativas e experiências entre 1947 e 1950 pelos trilhos e estradas norte-americanas e mexicanas, *Os Carbonários* segue o mesmo propósito de inventário do cotidiano, com a narrativa de um Sirkis – Felipe (codinome do autor na VPR) que diz:

Comecei a escrever *Os Carbonários* em fins de 77, em Portugal. Concluí, já na época que ia pintar anistia, em agosto de 79 [...] De volta ao patropi reescrevi algumas passagens depois de rever pessoas e ruas. A narrativa se refere a um período de quarenta e quatro meses, entre outubro de 67 e maio de 71. Não tenho nostalgia daqueles tempos, mas curto as vivências, os despertares, as aventuras e os “cacos de sonho onde até hoje a gente se corta”, como diz Alex [Polari], numa poesia do seu *Inventário de Cicatrizes*. [...] ³⁷

Os Carbonários foi o segundo livro de um ex-guerrilheiro a receber o Prêmio Jabuti, em 1981, tendo alcançado nove edições entre 1980 e 1984. No ano seguinte, o autor lançaria um segundo livro sobre o exílio, *Roleta Chilena* que, como seus projetos literários subseqüentes, não alcançaram o mesmo sucesso do primeiro³⁸.

Vida dupla, razões múltiplas

O último autor a ser comentado nesse artigo, por motivos diversos, se tornou um dos menos lidos e menos criticados em termos de análise literária

acusados de informalidade excessiva, de uma ausência de invenção/ elaboração literária. Ao mesmo tempo, o autor comenta, na mesma entrevista, que escritores como Jorge Amado, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Jorge Semprún, Norman Mailer e Mario Vargas Llosa também lhe são influências caras.

³⁶ KEROUAC, Jack. *On the road: Pé na Estrada*. São Paulo, Brasiliense, 3^ªed., 1984. [tradução Eduardo Bueno & Antônio Bivar.]

³⁷ SIRKIS, A. Pré(pos)facio. In: *Os Carbonários... Op. Cit.*, p. 10.

³⁸ Cf. SILVA, Mário A. M. da., *Op. Cit.* Especialmente o capítulo quatro.

e/ou acadêmica, comparado com seus pares. Um silêncio que pode ser compreendido de três maneiras distintas. Primeiro, a maneira despojada, por vezes zombeteira, que, ocasionalmente, pode ser observada como um excesso de sinceridade pessoal e/ou uma máscara literária com que narra suas experiências dramáticas e a de seus companheiros. A segunda, decorrência da anterior, situa-se nas caracterizações, quer sejam das mulheres, de militantes, ou de projetos pessoais e políticos. O terceiro motivo pode ser observado numa maneira muito particular de ser que faz, segundo a entrevista que me concedeu, Reinaldo Guarany Simões, ao mesmo tempo, um galhofeiro, uma pessoa altamente reservada e um obsessivo em tudo o que faz (como economista, tradutor de quase uma dezena de idiomas, escritor, artista plástico, fotógrafo e militante político), o que o levaria a certos exageros.

Em 05 de novembro de 1945, Oscar Simões e Margarida Souto Simões teriam seu segundo filho homem, no Rio de Janeiro, cujas memórias expressas em *Os Fornos Quentes* (romance de 1978), *O último banido* (contos, 1980) e *A Fuga* (romance, 1984), gerariam um certo grau de polêmica imediata e, depois, silêncio. Fato curioso, uma vez que *Os Fornos Quentes*, escrito na Suécia, publicado pela Editora Alfa-Ômega, se tornaria finalista do Prêmio Casa de Las Américas, de Havana, em Cuba, na categoria *Testimonio*. *A Fuga*, publicado pela Brasiliense, figuraria como o 18º título da coleção *Cantadas Literárias* daquela editora, ladeado por clássicos literários dos anos 1980, como *Morangos Mofados*, de Caio Fernando Abreu; *A teus pés*, de Ana Cristina César; *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva; e nomes como os de Paulo Leminski (*Caprichos e Relaxos*), Francisco Alvim (*Passatempo e outros poemas*), Chacal (*Drops de Abril*), etc.

Se em *Os Fornos Quentes* se tem uma narrativa do exílio altamente fragmentada, quase incompreensível, vazada por expressões estrangeiras mescladas ao idioma pátrio do autor, o estilo de *A Fuga* se altera, tornando-se límpido, linear e sardônico, narrando seu ingresso na ALN do Rio de Janeiro, até seu retorno na Anistia, em 1980. Segundo a entrevista que o autor me concedeu, tudo pode ser explicado pela sua

formação. A vida dupla – estudante, pequeno administrador de dia e militante à noite –, as obsessões, a infância, a figura paterna, etc. Segundo o autor:

Primeiro, meu pai foi militante do Partidão durante algum tempo (embora tenha lido apenas a metade dos manuais, e mesmo assim de cabeça para baixo). Por isso sempre teve a preocupação de “educar” os filhos (a mim e a meu irmão, as duas irmãs foram excluídas disso) com uma visão que achava ser de esquerda: o trabalho intelectual aliado ao manual. Assim, nós estudávamos e, mais em meu caso, a partir dos 12 anos passei a trabalhar numa de suas farmácias – meu irmão também, mas pulou fora cedo. [...] Eu procurava corresponder à imagem que meu pai formulou para mim: o menino que estudava bem, era bom aluno e trabalhava.³⁹

Até 1956, a família Simões residia em Niterói, na época, uma cidade interiorana avessa às alterações que o país sofreria na drástica urbanização e mudanças culturais dela decorrentes. Segundo o autor, a brincadeira dos meninos de Niterói era contar se algum carro passaria na rua Miguel Couto no dia. Viviam de pés no chão, viam algumas sessões de cinema – por conta de um vizinho cineclubista e amante de jazz – e avistavam a cidade do Rio de Janeiro como algo um tanto longínquo.

Num momento determinado, porém, meu pai que era alguma coisa na Johnson & Johnson, começou a abrir farmácias no Rio e a trabalhar inclusive nos fins de semana [...] Acontece que – coisa que só me ocorreu recentemente – meu pai também levava uma espécie de vida dupla, antes era executivo da Johnson & Johnson, meio militante, e tinha uma família quase-caipira em Niterói. Eu e meu irmão só usávamos sapatos para ir à escola, o resto do dia andávamos descalços, sem camisa e de calção.

³⁹ Entrevista concedida ao autor em 10/12/2004, Rio de Janeiro. Observação: essa entrevista foi concedida por e-mail e enviada via Correios para a confecção de minha dissertação. A data considerada é a constante no arquivo de texto do computador do entrevistado, significando o dia final em que o mesmo respondeu às perguntas que lhe foram enviadas.

E ainda:

Eu não fui camponês, mas meu pai foi filho de um proprietário em Minas (não sei de que porte), e por questões familiares ele, a mãe e os irmãos foram parar em Niterói. Por caminhos tortos, chegou no ramo farmacêutico e no Rio. A família morava em Niterói ele trabalhava e passava a maior parte do tempo no Rio. [...] Um belo dia, acho que ele ganhou mais dinheiro do que havia previsto e propôs à minha mãe a mudança para o Rio. Fomos morar num imenso apartamento na praia do Flamengo. Para mim, foi o maior choque cultural de minha vida (o segundo foi a chegada na Europa). Ao mesmo tempo, meu pai colocava a mim e a meu irmão pra trabalhar muito cedo, sem necessidade material para justificar. [...] Essa mudança – Niterói/Rio – também significou uma mudança de classe social, já que antes nós nos inseríamos na classe da rua Miguel Couto: gente simples, que andava descalça, não tinha tevê, nem geladeira, nem carro. Agora, meu pai tinha um Dodge, televisão alemã, etc. Depois comprou um apartamento ainda maior no Flamengo, na rua Samuel Morse, com três salas e uma saleta [...] A pseudo-formação marxista que meu pai tentou dar aos filhos homens, serviu, pelo menos, para me tornar bom leitor de livros e estudioso. Muito novo também, comecei a estudar pintura numa escolinha de artes da praia de Icarai, acho que aos cinco ou seis anos. Na escola, eu era um bom aluno, quadrado e careta.⁴⁰

Além do aspecto dos impactos das mudanças geográficas e de classe, o que mais chama a atenção nos excertos escolhidos é a retomada constante da figura paterna nas memórias pessoais do autor (não em seus livros, ao menos não diretamente), em geral, com sinal negativo. Restringindo-se ao âmbito sociológico, a figura paterna de Guarany, em aspectos objetivos, em determinados momentos, significará algo a ser negado. Isso pode ser ampliado como um fenômeno social maior. O militante relapso do PCB x o militante compulsivo da ALN; o executivo bem sucedido da Johnson & Johnson x aquele que abandona uma carreira como administrador de farmácias, para

⁴⁰ Entrevista concedida ao autor em 10/12/2004, Rio de Janeiro.

se tornar um *proletário intelectual*⁴¹; um semi-militante do PC nos anos 1950 x um guerrilheiro urbano nos anos 1960 etc.

Agora, membro de uma parcela de renda mais elevada da população, poder-se-ia falar em choque de projetos, onde a figura paterna, apesar de provedora, aparece como antagônica.

Já como estudante secundarista, a chamada *vida dupla* de Guarany se inicia com a entrada no Ateneu São Luiz, colégio receptivo aos choques de classes sociais e de discussões políticas e culturais, segundo o autor. Sua entrada para a luta armada, segundo ele, deveu-se à precária formação marxista do pai – e, a meu ver, à sua negação – e ao colégio.

No meu caso, depois de fazer parte de um grupelho semi-anarquista no secundário, com atividades esporádicas e discussões diárias, me vi chegando depois de terminar o secundário e fui resgatado por um membro do mesmo grupelho já bastante radicalizado em 68, quando entrou para a Faculdade de Economia Cândido Mendes, que era então um bastião da esquerda universitária no Rio. [...] Se você me perguntar o que, de fato, me teria levado para a esquerda clandestina, num primeiro momento, para ser honesto, eu teria de responder: não sei. Num segundo momento, tentando elaborar, posso dizer: uma série de fatores, minha formação com meu pai (hoje em dia, não nos falamos), a influência do tempo, o chamado espírito da época, o meio estudantil, os meios de comunicação... os jornais, a gozação do Stanislaw Ponte Preta, a leitura de Debray, de *Nossa Luta em Sierra Madre* do Che... e principalmente a mudança de cabeça provocada pela mudança que houve no processo de conurbação, etc.⁴²

Multi-fatores e múltiplas determinações conformam o sujeito, mas em meio disso tudo existem alguns pontos em comum, anteriormente apresentados, que mais uma vez se enunciam:

⁴¹ A expressão *proletário intelectual* é usada por Guarany em entrevista como forma do autor condensar a grande quantidade de atividades a que foi obrigado aprender, para poder sobreviver no exílio e no país, quando de seu retorno.

⁴² Entrevista concedida ao autor em 10/12/2004, Rio de Janeiro.

Nossa leitura foi muito mais de Sartre, [Roger] Garaudy, [Herbert] Marcuse, do que dos clássicos de Marx e Lênin; houve influência também do Cinema Novo, do cinema de Jean Luc Godard, em meu caso do cinema italiano em filmes como *Rocco e seus irmãos* [de Luchino Visconti], *A Longa Noite de Loucuras* [de Pier Paolo Pasolini], com atores como Renato Salvatore, Alain Delon, Lino Ventura, etc.⁴³

Nesse complexo meio tempo, o autor inicia seus estudos em Direito na Faculdade Cândido Mendes, entre 1965 e 1968, simultaneamente aos de Psicologia, na Gama Filho, entre 1968 e 1969, curso que abandona pela militância na ALN. Após algumas ações armadas, em conjunto com militantes da VPR, participa do seqüestro do embaixador alemão – narrado também n’ *Os Carbonários*, de Sirkis. Devido a infiltrações na organização, em agosto de 1970 é preso e enviado ao DEOPS, ao CENIMAR e ao Presídio da Ilha das Flores. Foi banido do país em 1971 e sai da prisão na ação de seqüestro do embaixador suíço.

Mas por que a forma romanesca? Muito simplesmente por uma questão de infra-estrutura. Quando escrevia (quando escrevo) coisas minhas, paro de trabalhar em outras coisas e fico sem ganhar dinheiro durante o tempo que levo para escrever [...] *A Fuga* foi assim. Eu não podia ficar um ano pesquisando, entrevistando companheiros para averiguação de dados, lendo, relendo o que escrevi, etc. Então, quando digo que o Negão Wilson bebia um garrafão de vinho de cinco litros ao almoço, se não for verdade, ele que se dane, porque afinal não estou escrevendo uma tese, um ensaio, um livro de história.⁴⁴

Destarte, pode-se dizer que *A Fuga* tem um fator complicador que é o fato de ter sido escrito numa onda de sucesso. O senão é que alçou tal fenômeno justamente quando ele se encontrava em seu fim. 1984 é o ano das Diretas-Já; se no início da década a figura do guerrilheiro

⁴³ Entrevista concedida ao autor em 10/12/2004, Rio de Janeiro.

⁴⁴ *Idem, ibidem.*

heróico já tinha sido substituída pela do ativista dos novos movimentos sociais e, talvez, pelo protagonismo de um outro sujeito histórico, agora, em meados dos anos 1980, as memórias dos antigos militantes aparentemente perderiam seu completo interesse⁴⁵.

Abro aqui uma nova pergunta: qual o motivo desse desinteresse, num momento tão crítico como o das Diretas, para com aquelas narrativas? Por quê os projetos seguintes de Gabeira (*Entradas & Bandeiras, Diário da Crise, Sinal de vida no Planeta Minas* etc.), Sirkis (*Corredor Polonês, Silicone 21*) e Guarany, dentre tantos outros, se tornaram fracassos editoriais? Por quê um romance como *Em Câmara Lenta* nunca passou da segunda edição, de 1979?

A Memória contra a prática social do esquecimento

Para além de uma inquietação pessoal e acadêmica, têm-se em mãos um desafio social mais abrangente, que é executado, nesse momento, por outras sociedades onde golpes civis-militares, semelhantes ao do Brasil, foram desencadeados. Os governos da Argentina e do Chile, no biênio 2003–2004, quando minha dissertação era escrita, impulsionados por um amplo debate nacional – surgido em movimentos sociais civis organizados⁴⁶ – preocuparam-se com a reavaliação de seus períodos ditatoriais, com a revogação de leis que impediam punição de responsáveis e explicação sobre os mortos e desaparecidos de seus respectivos países. Por consequência desse processo dos últimos anos, a discussão sobre a memória coletiva emergiu, robusteceu-se e se adiantou, especialmente em relação ao Brasil. A compactuação de

⁴⁵ Cf. SILVA, Mário A. M. Da. *Op. Cit.* Particularmente o terceiro e quarto capítulos.

⁴⁶ É importante ressaltar que algo semelhante aconteceu no Brasil, durante a Campanha pela Anistia, encampada desde o fim 1976, com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia, a campanha semanal de jornais da imprensa alternativa, como *O Movimento* e o *Em Tempo*. A pressão dessas mobilizações foi fundamental para que os processos da Abertura e da Anistia se deflagrassem, aliados a outros fatores, como a greve dos operários, em 1978, por exemplo.

parcela considerável da sociedade civil e militar brasileira com o Golpe de 1964 é algo que procura ser sistematicamente esquecido, sendo lembrado somente pelos militares quando buscam se defender das acusações sobre os crimes praticados durante a ditadura ou por aqueles que resistiram ao golpe.

Essa prática do esquecimento não é algo circunscrito somente a esse quase um quarto de século que foi o período ditatorial, mas a muitos momentos da história da sociedade brasileira, a vários acontecimentos determinantes para a sua constituição. *A prática social do esquecimento* constitui-se, por si só, num problema sociológico de enorme relevância. No que se refere, portanto, às questões aqui levantadas, parece ser esta prática uma das chaves necessárias para a compreensão da atual configuração dos últimos vinte e cinco anos da sociedade brasileira: a questão do esquecimento e/ou rememoração crítica e crônica do período ditatorial. Foi através do esquecimento de virtuais rivalidades que a possibilidade da Anistia pôde ser costurada. Foi através desse mesmo esquecimento que a Nova República foi instaurada, esquecendo-se do passado de colaboração com a ditadura, do então novo presidente, José Sarney e outros, para que o país pudesse ter novamente uma presidência civil. Através do mesmo fenômeno socialmente compartilhado, agora no âmbito dos ressentimentos pessoais e da preservação ao sigilo eterno de *estórias nada bonitas* que os arquivos da ditadura civil-militar são relegados ao poço do esquecimento

Nesse artigo, procurei observar pontos comuns nas gêneses das memórias que fossem além de uma *identidade guerrilheira e/ou militante*. Daí a tentativa de voltar às origens sociais dos autores das memórias, os espaços sociais que as alimentam (origem familiar, atividades, trabalhos, posições sociais através de mediações de classe, gênero, etc.), assim como compreender os lugares de produção social que as permitem ser possível, editoras e editores, momentos e situações de escrita, objetivado analisar a conformação entre aspectos da trajetória pessoal e política com os livros. A construção de uma memória afetiva se dá, então, na conformação daquelas lembranças para a objetivação das personagens em seus livros. É também, três décadas depois, na concessão de entrevista a um pesquisador interessado.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
COLEÇÃO IDÉIAS 7
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
13081–970 – Campinas – São Paulo – Brasil

Tel.: (0XX 19) 3521.1604/3521.1603
Telefax.: (0XX 19) 3521.1589
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
pub_ifch@unicamp.br

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received:

FALTA-NOS: _____

We are lacking:

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.